



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Tatiana Feitoza da Rocha

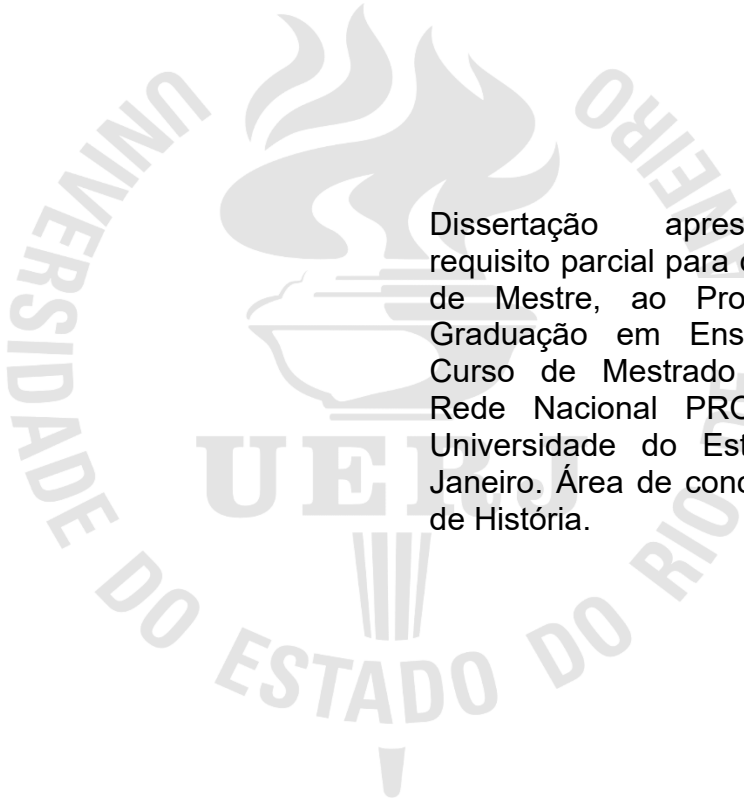
**Estações de memórias: nos trilhos da história local de Vila
Velha/ES**

São Gonçalo

2024

Tatiana Feitoza da Rocha

Estações de memórias: nos trilhos da história local de Vila Velha/ES



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Luís Reznik

São Gonçalo

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

R672 TESE	Rocha, Tatiana Feitoza da. Estações de memórias: nos trilhos da história local de Vila Velha/ES / Tatiana Feitoza da Rocha. – 2024. 135f. : il. Orientador: Prof. Dr. Luís Reznik. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. 1. História – Estudo e ensino – Teses. 2. História local – Teses. 3. Memória coletiva – Teses. 4. Identidade social – Teses. I. Reznik, Luís. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.
CRB7 – 6150	CDU 93(07)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Tatiana Feitoza da Rocha

Estações de memórias: nos trilhos da história local de Vila Velha/ES

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Aprovada, em 08 de outubro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luís Reznik (Orientador)

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Carlo Guimarães Monti

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Prof. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro

Universidade Estadual do Piauí

São Gonçalo

2024

DEDICATÓRIA

Aos alunos, que, mesmo diante das adversidades, ainda fazem com que seus mestres acreditem em um ensino de história que liberta e transforma.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me permitiu concluir esta jornada.

A todos os mestres que me inspiraram a seguir na docência na área de história. Em especial ao meu orientador, Dr. Luís Reznik, por me instigar nas reflexões acadêmicas durante todo o processo de idealização e construção da pesquisa, pelo seu olhar atento e preciso aos meus escritos e principalmente por sua disponibilidade.

Aos meus familiares, pelo amor, compreensão e apoio incondicional em todos os momentos, sobretudo quando parecia impossível viajar todas as semanas do Espírito Santo ao Rio de Janeiro para concretização de um sonho. Aos meus pais, João e Denilde, por serem meu alicerce e por sempre me conduzirem pelo caminho dos estudos, e às minhas irmãs, Gisele e Kênia, por serem minhas parceiras e amigas.

Em especial, agradeço ao meu companheiro de vida e esposo, Erick Moraes, por suas palavras de incentivo, seu carinho constante, por compreender meus momentos de cansaço físico e mental e por ser meu lar.

Aos meus colegas de profissão e amigos, que compartilharam comigo suas experiências, dúvidas e angústia ao longo desta caminhada, sendo suas contribuições essenciais para enriquecer este trabalho.

Principalmente aos amigos Thiago, Luciana, Naciete, Mauro, Lucas e Camila por nunca terem soltado minha mão, pela escuta atenta e por me possibilitarem os melhores momentos e sorrisos.

Aos encontros que o mestrado oportunizou, Ludmila, Maurício e Giselli por caminharem sempre ao meu lado, pelas trocas de ideias e experiências, mas principalmente por tornarem-se meus amigos.

A dissertação foi realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código do Financiamento 001, sendo a bolsa fundamental no custeio de todo o trabalho, auxiliando-me no transporte semana do estado do Espírito Santo para o Rio de Janeiro, além de viabilizar a aquisição de materiais e livros para o desenvolvimento da pesquisa.

A todos, o meu mais sincero agradecimento.

Todo capixaba¹ tem um segredo de espuma,
uma conversa de duna,
um disse me disse.
Todo capixaba é chique.
Todo capixaba tem um pouco de beija-flor no bico,
uma panela de barro no peito,
uma orquídea no gesto,
um cafezinho no jeito,
um trocadilho na brincadeira,
um congo no andar,
um jogo de cintura,
um chá de cidreira,
uma moqueca perfeita
e uma rede no olhar.
Todo mundo de lá desenha nas areias brancas,
compõe nas areias pretas.
Todo capixaba tem um verso,
tem um pouco de Anchieta.
Todo povo por lá tem um certo louco,
tem um certo torto,
uma palavra solta,
uma revoada de colibris.
Todo capixaba tem uma força de povo.
Tem um pouco de Maria Ortiz.
Toda montanha lá
tem um caso obstinado com o vento,
uma pedra azul,
um albatroz de convento.
De luva e biquini é que eu vou pra lá.
Todo capixaba é um evento".
*Elisa Lucinda*²

¹ É chamado capixaba o brasileiro nascido no estado do Espírito Santo, e cognominado canela-verde, o capixaba nascido no município de Vila Velha. O termo capixaba vem do tupi *kop'saua*, que significa local apropriado para o plantio, sítio, roça (CUNHA, 1989, p. 98).

² Elisa Lucinda é poeta, escritora, jornalista, atriz, além de capixaba. Poema disponível em: <https://www.blocosonline.com.br/literatura/poesia/brpoe/brpoe105.php>. Acesso em: 14 set. 2024.

RESUMO

ROCHA, Tatiana Feitoza da. *Estações de memórias: nos trilhos da história local de Vila Velha/ES*. 2024. 135f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

A dissertação propõe reflexões sobre as potencialidades da história local como estratégia pedagógica para promoção do ensino de história, mobilizando de forma crítica os conceitos de memória, identidade e patrimônio cultural. Nesse contexto, o município de Vila Velha, no Espírito Santo, é apresentado como cenário dessa investigação, destacando-se enquanto espaço de memórias e de construção de identidades. Como produto final da pesquisa, foram elaboradas cinco oficinas que integram teoria e prática pedagógica de forma dinâmica, possibilitando uma abordagem contextualizada que explora diferentes temporalidades e temáticas relacionadas à história local. Por meio dessas oficinas, pretende-se que os alunos participem de forma ativa na construção do conhecimento histórico, estimulando-os a se visualizarem e se compreenderem enquanto sujeitos históricos do seu tempo, capazes de reconhecer seu papel nos processos sociais e culturais de sua comunidade e do mundo ao seu redor.

Palavra-chave: ensino de história; saberes históricos no espaço escolar; história local; memória; identidade.

ABSTRACT

ROCHA, Tatiana Feitoza da. *Memory stations: on the tracks of local in Vila Velha/ES*. 2024. 135f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

The dissertation proposes reflections on the potential of local history as a pedagogical strategy to promote the teaching of history, mobilizing in a critical way the concepts of memory, identity and cultural heritage. In this context, the municipality of Vila Velha, in Espírito Santo, is presented as the setting for this investigation, standing out as a space for memories and the construction of identities. As a final product of the research, five workshops were developed that dynamically integrate theory and pedagogical practice, enabling a contextualized approach that explores different temporalities and themes related to local history. Through these workshops, it is intended that students actively participate in the construction of historical knowledge, encouraging them to visualize and understand themselves as historical subjects of their time, capable of recognizing their role in the social and cultural processes of their community. and the world around you.

Keywords: History teaching; historical knowledge in the school space; local history; memory; identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Interior da fábrica de cal “Forte São João”, de propriedade de Manuel Courinho Madeira	28
Figura 2 –	Localização dos Sítios e fases arqueológicas identificados na região central do Estado do Espírito Santo	31
Figura 3 –	Sítios Arqueológicos do Espírito Santo	32
Quadro 1 –	Sítios Arqueológicos Registrados no SICG	33
Figura 4 –	Objetos líticos encontrado sob a posse de moradores do entorno da reserva natural municipal de Jacarenema	34
Figura 5 –	Objetos líticos encontrado na sondagem da reserva natural municipal de Jacarenema	35
Figura 6 –	Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes	48
Figura 7 –	Recorte de mapa indicando a presença de grupos indígenas na província do Espírito Santo (1878)	49
Figura 8 –	Mapa do Município de Vila Velha	62
Figura 9 –	Capitania do Espírito Santo, de 1631	64
Figura 10 –	Notícia veiculada no jornal A Gazeta do dia 18 de maio de 2023	71
Figura 11 –	Banda de Congo Beatos de São Beneditos – ES	87
Figura 12 –	Mapa das bandas de congo, segundo o levantamento do IPHAN (2014-2015)	87
Quadro 2 –	Mapa da população da Província do Espírito Santo do ano de 1824	90
Figura 13 –	Mapas que representam o tráfico dos negros escravizados no Brasil	91
Figura 14 –	Planta Cadastral da Cidade do Espírito Santo (atual Vila Velha), confeccionada pelo Engenheiro Antônio Athayde, em 1894	103
Figura 15 –	Mapa da linha de bonde implementada em Vitória e Vila Velha	104

Figura 16 –	O bonde passando sob o viaduto da Estação Leopoldina, situada no bairro Argolas, em 1963	105
Figura 17 –	Rodovia Carlos Lindenberg, década de 1950/60	106
Figura 18 –	Vista aérea do Ibes em Vila Velha, onde podemos ver a construção das residências e formação do bairro, s/d	107
Figura 19 –	Imagem, em ordem de construção, das três pontes que fazem a ligação entre o município de Vila Velha e Vitória	108
Figura 20 –	Fábrica Garoto na década de 1960	109
Figura 21 –	Hospedaria Pedra D' Água, construída em 1889	110
Gráfico 1 –	Evolução da população de Vila Velha de 1970 a 2022	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IBES	Instituto do Bem Estar Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PROFHISTORIA	Mestrado Profissional em Ensino de História
PRONAPA	Programa Nacional de Pesquisa Arqueológicas
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	SAMBAQUIS: REFLETINDO ACERCA DOS POVOS ORIGINÁRIOS DA VILA	19
1.1	O local como ponto de embarque para o ensino de história	19
1.2	E no meio do caminho tinham as fontes histórias	21
1.3	É um amontoado de conchas, é o início do caminho	25
1.4	Primeira estação de memórias – Sambaquis: Refletindo acerca dos povos originários	35
1.4.1	<u>Apresentação da oficina</u>	35
2	SE AS RUAS DE VILA VELHA FOSSEM NOSSAS	42
2.1	Por esses caminhos existem memórias	42
2.2	Antes mesmo dos trilhos	46
2.3	Marcos da viagem	52
2.4	Segunda estação de memórias - Se as ruas de Vila Velha fossem nossas	54
2.4.1	<u>Apresentação da oficina</u>	54
3	“PEGANDO O BONDE ANDANDO”: A CHEGADA DO COLONIZADOR	61
3.1	Ao redor dos trilhos	61
3.2	Sob as rotas do ensino de história no Brasil	67
3.3	Terceira estação de memórias - “Pegando o bonde andando: a chegada do colonizador”	72
3.3.1	<u>Apresentação da oficina</u>	72
4	“FAZENDO UMA CONGADA”	86
4.1	Conexões para além das fronteiras	86

4.2	Encruzilhadas	93
4.3	Quarta estação de memória – “Fazendo uma congada”	96
4.3.1	<u>Apresentação da oficina</u>	96
5	CHEGANDO AO DESTINO: A VILA VELHA DO TEMPO PRESENTE	103
5.1	Entre memórias e novos trilhos	103
5.2	As janelas do tempo	111
5.3	Quinta estação de memórias – Chegando ao destino: A Vila Velha do tempo presente	114
5.3.1	<u>Apresentação da oficina</u>	114
	CONSIDERAÇÕES FINAIS – CONCLUINDO A VIAGEM E PROSPECTANDO PERCURSOS	127
	REFERÊNCIAS	129

INTRODUÇÃO

Bora pegar o “*bonde da história?*” Trata-se de um convite um tanto quanto inusitado e metafórico, cujo intuito é conduzir os leitores pelos trilhos da história local, possibilitando, assim, o seu desprendimento físico do tempo presente, “*teletransportando-os*”, para um passado, muitas vezes não vivido, mas que lhes constituem enquanto indivíduos e fazem parte de suas memórias.

Desta forma, o convite parte de inquietações pessoais acerca da história local de Vila Velha/ES, que nasceram desde os meus primeiros anos escolares, perpassando pela minha vida acadêmica e perdurando em minha vida profissional. Justifico:

Apesar de Vila Velha/ES ter sido a vila transformada em cidade mais antiga do estado do Espírito Santo e, conseqüentemente, possuir grande diversidade de patrimônios materiais e imateriais, ao analisar a forma como este passado histórico é contado, ainda hoje, vê-se que está impregnado por lacunas e pelo reforço da ideia eurocêntrica de que a sua história só se inicia a partir da chegada do colonizador.

Recordando meus primeiros anos escolares, lembro-me de que a história local, quando estudada, sempre perpassava pela informação de que a colonização do Espírito Santo começou em Vila Velha/ES, com Vasco Fernandes Coutinho como capitão donatário e que aqui chegou em um dia de Pentecostes, motivo pelo qual a localidade foi inicialmente nomeada Vila do Espírito Santo e que, mais tarde, o nome foi alterado para Vila Velha, após a sede da capitania ser transferida para a Vila de Vitória.

Esse conjunto de informações, que giram em torno do colonizador, sempre me trouxe diversos questionamentos; pois, onde estariam os negros, os indígenas e as mulheres? Apesar de sempre ter ouvido dos meus familiares que minha bisavó era indígena e que tinha sido “*pega no laço*” – fato narrado por muitas famílias capixabas –, parecia não se tratar da mesma história; ou seja, existia a história contada no livro e a história real.

Posteriormente, quando da graduação em história, alimentei a expectativa de compreender e estudar com mais profundidade a história do Espírito Santo e conseqüentemente de Vila Velha/ES; entretanto, ao analisar a grade curricular de 2001, ano no qual ingressei na UFES, pude perceber que o estudo da história do

Espírito Santo se resumia a um único semestre e a uma única disciplina que, apesar de ter contribuído para meu processo formativo, ainda assim, mostrou-se incipiente em função do quantitativo de materiais, estudos e obras existentes à época, que abordassem essa temática.

No que tange à prática docente, desde o ano de 2015 atuo como professora de história junto à rede municipal de ensino de Vila Velha/ES e, durante esse percurso, sempre estive em constante contato com os livros didáticos adotados, o que me fez perceber que eles não possuem a preocupação e o cuidado com a abordagem e o trabalho com a história local, sendo exemplares padronizados, que raramente mencionam o estado do Espírito Santo, no qual está localizado o município objeto deste estudo.

É importante aqui fazer uma observação acerca do livro didático, pois apesar de saber que ele é apenas um dos recursos didáticos a serem utilizados pelo professor, a depender da localização da unidade escolar, muitas vezes é o material mais acessível ao aluno; todavia, em razão dos moldes nos quais é constituído, geralmente não dialoga com a realidade vivenciada pelos educandos, levando-os, conforme Freire (1967), mais à condição de objeto que à de sujeito de sua própria história, fazendo-os, conseqüentemente, não se enxergarem como parte dos processos históricos de seu tempo, em razão do distanciamento gerado entre o que é estudado e o que é vivido.

Sinto a ausência de materiais sistematizados, voltados para os alunos dos anos finais do ensino fundamental, que abordem a história local; já que, conforme apontado, muitos dos materiais didáticos adotados pela municipalidade, em questão, são padronizados e não trazem qualquer menção à cidade de Vila Velha/ES, mesmo preconizando a LDB e a BNCC um olhar diferenciado sobre o regional/local.

Logo, a escolha pelo estudo da história local de Vila Velha/ES também perpassa por outras experiências de cunho pessoal; uma vez que leciono no referido município e percebo em meus alunos certo desconhecimento acerca de suas origens e história, o que reflete, em muitos casos, na ausência do sentimento de pertencimento, identidade e memória.

Retomando a minha prática docente, entre os anos de 2019 a 2022, tive a oportunidade de atuar junto à formação continuada dos professores de história de Vila Velha/ES, momento no qual estive diretamente em contato com os demais profissionais da rede, podendo observar suas maiores dificuldades e lacunas

decorrentes de suas formações iniciais. Desta forma, em levantamentos realizados, era recorrente a solicitação para que fosse abordada a história de Vila Velha/ES nos momentos formativos; bem como, estratégias para o ensino da história local.

Cabe também relembrar o início da minha prática docente, momento em que a sala de aula se tornou um enorme desafio, pois, embora eu quisesse colocar em prática todos os conceitos e conhecimentos aprendidos na universidade, parecia que existia um enorme hiato entre a teoria e a prática, faltavam-me vivências que o mundo acadêmico não conseguira supri-las, fato que com o tempo pude perceber que não estava restrito a mim e que diversos colegas também passaram em suas carreiras.

Assim, nesse contexto de fragilidades, quanto ao ensino de história, é que se justifica e se insere a presente pesquisa, a partir da qual proponho como um possível caminho para sanar as lacunas apresentadas, o desenvolvimento de um material didático, com a reunião de diversas fontes históricas, estruturado e alinhado à BNCC, tendo como ponto de partida o estudo da história local.

Referido material visa subsidiar o trabalho dos professores de história a partir do ensino da história local, para que estes consigam gerar aprendizagens significativas no aluno, levando-os à compreensão de sua identidade e de seu papel histórico como indivíduo do seu tempo, partindo do universo conhecido ou vivenciado pelos discentes.

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo geral contribuir para o ensino da história, através do estudo da memória, da identidade e do patrimônio da municipalidade de Vila Velha/ES. Assim, a partir do estudo da história local, aspiro levar o aluno à compreensão do tempo presente, suas rupturas e permanências; além de correlacionar o contexto vivenciado com a história global.

Para tanto, a proposição didático-pedagógica apresentada nesta pesquisa está alinhada à BNCC, dialoga com a história local de Vila Velha/ES, é voltada para o uso do professor de história junto aos alunos do sexto ano do ensino fundamental e foi organizada no formato de oficinas, que trabalham com procedimentos investigativos.

Assim, as oficinas sugeridas apresentam-se como um recurso dentro do processo de ensino-aprendizagem, que valoriza o protagonismo do aluno, possibilitando que o professor, durante a sua execução, trabalhe com diversas temporalidades históricas, rupturas, permanências, perpassando pelas memórias e identidades que constituem referida localidade.

Logo, ao escolher investigar a história a partir de uma dada municipalidade, no caso em questão, a cidade de Vila Velha/ES, estou utilizando a escala de observação como estratégia para facilitar o processo de ensino-aprendizagem, visando outras formas de promoção do conhecimento histórico (REVEL, 1998). Assim, mesmo com diferentes discussões que poderiam ser abertas nesta pesquisa, optei por me dedicar à produção de aprendizagens significativas que conectem, de forma mais direta, os conteúdos da história com a realidade vivida pelos alunos da escola pública municipal.

Elencar a história local de Vila Velha/ES como objeto deste trabalho se justifica não apenas pela escassez de pesquisas aprofundadas sobre essa temática ou pelo fato de ser o município onde resido e leciono, mas também pelo seu potencial histórico e educativo. Esse contexto permite ao docente abordar diversas temporalidades, sendo perfeitamente possível passar de uma história a outra, sem subsumir uma história pela outra (REVEL, 1998), analisar rupturas e permanências, bem como compreender a formação das memórias e identidades.

A cidade de Vila Velha, - localizada no estado do Espírito Santo, situada na região sudeste do Brasil-, é hoje o segundo município mais populoso do estado, sendo os nascentes dessa localidade conhecidos como canelas-verdes.

Apesar de muito usual essa expressão, não se sabe com precisão sua origem, existindo quatro possíveis versões: a primeira remeteria ao fato dos pescadores da localidade, ao desembarcarem na Prainha de Piratininga, ficarem com suas canelas esverdeadas em razão da quantidade de algas presentes na região; outra versão, por sua vez, acredita que os indígenas, que habitavam a região, passavam em suas pernas um líquido verde extraído das plantas, para evitar picada de cobras e insetos; uma terceira, acredita que foi um apelido atribuído pelos indígenas aos portugueses por usarem em suas vestimentas uma perneira verde e, por fim, a quarta, atribui ao fato dos antigos habitantes serem catadores de caranguejo e budião e, portanto, ao saírem dessa região de manguezal, ficavam com as canelas esverdeadas.

Enfim, são muitas as *“histórias da Vila”*, que pretendo problematizar ao longo dos cinco capítulos desta dissertação. Assim, o presente trabalho está estruturado na forma de uma viagem segmentada em estações de memórias, nas quais teoria e proposição didático-pedagógica se entrelaçam, conduzindo o leitor a reflexões sobre a história local de Vila Velha/ES.

Deste modo, cada capítulo promove discussões pontuais acerca do ensino de história; bem como correlaciona o tema gerador de cada parte da dissertação ao

processo de formação das memórias e da constituição da identidade do povo canela-verde.

A divisão proposta, portanto, visa valorizar outras narrativas para além da historiografia eurocentrada, mobilizando, para tanto, discussões acerca das histórias silenciadas, dos patrimônios materiais e imateriais, dos hábitos, dos costumes, da cultura local, dos espaços de memória, do tempo presente, entre outros.

O primeiro capítulo, com o título, “*Sambaquis: refletindo acerca dos povos originários da Vila*”, pretende, através do estudo e análise dos sambaquis, discutir o modo de vida dos primeiros habitantes da cidade de Vila Velha/ES; bem como, compreender o processo de ocupação territorial.

Já o segundo capítulo, cujo título é “*Se as ruas de Vila Velha fossem nossas...*”, visa, a partir dos espaços de memória correlacionados à cultura indígena, mobilizar o conceito de memória e os saberes transmitidos por esses lugares, além de refletir acerca da presença e importância dos indígenas na formação do povo vila-velhense.

O terceiro capítulo, “*Pegando o bonde andando: A chegada do colonizador*”, tem por intuito problematizar a chegada do colonizador, por meio da análise de algumas fontes históricas, verificando a sua interferência no território e consequentes alterações políticas, econômicas, sociais e culturais.

O quarto capítulo, intitulado: “*Fazendo uma Congada*”, objetiva, a partir do estudo da chegada da população negra no território de Vila Velha, pensar o processo de formação da identidade local, utilizando como recurso para esse estudo, a oficina de confecção de casacas.

Por fim, sob o título “*Chegando ao destino: A Vila Velha do tempo presente*”, o quinto capítulo propõe, a partir de um álbum de figurinhas que reúne alguns dos patrimônios culturais de Vila Velha/ES, promover a análise das transformações e permanências ocorridas na municipalidade, possibilitando que o aluno, a partir do contexto mais próximo às suas vivências, possa se enxergar enquanto sujeito histórico do seu tempo.

Retomando a metáfora proposta inicialmente, de “*pegarmos o bonde da história*”, ressalto que o leitor pode percorrer o trajeto na ordem sugerida, passando pela tríade da memória, identidade e patrimônio, para compreender as “*histórias da Vila*”. No entanto, também é possível “*pegar o bonde andando*” e utilizar os capítulos e/ou oficinas de forma independente, a fim de estudar ou se aprofundar em uma única temática da história local.

Desta forma, te convido a pegar o “*bonde da história*” e percorrer os trilhos da memória, da identidade e do patrimônio cultural, para conhecer essa e outras “*histórias da Vila*”.

1 SAMBAQUIS: REFLETINDO ACERCA DOS POVOS ORIGINÁRIOS DA VILA

1.1 O local como ponto de embarque para o ensino de história

Um dos grandes desafios que se apresenta ao professor de história na atualidade é o de aproximar o conhecimento abstrato ensinado das vivências do aluno, com o objetivo de gerar aprendizagens significativas.

Posto que, no que tange ao ensino de história, partindo da realidade vivenciada por mim, observo que, para os meus alunos, muitas vezes não faz sentido falar a respeito de temáticas/conteúdos, sem que ele compreenda de que forma tal conhecimento se correlaciona e/ou interfere no seu tempo presente.

Acredito, portanto, na concepção freiriana de que o aluno só aprende quando aquilo que lhe é ensinado lhe toca de alguma forma, “à medida em que um método ativo ajude o homem a se conscientizar em torno de sua problemática, em torno de sua condição de pessoa, por isso de sujeito” (FREIRE, 1967, p. 119); ou seja, “para ensinar história a João é preciso entender de ensinar, de história e de João” (CAIMI, 2015, p.111); desta forma, nas aulas de história, sempre busco partir do universo conhecido pelo aluno, ou pelo menos, daquilo que é próximo à sua realidade, para levá-lo à compreensão da história. Remetendo a Tardif:

[...] Um professor raramente tem uma teoria ou uma concepção unitária de sua prática; ao contrário, os professores utilizam muitas teorias, concepções e técnicas, conforme a necessidade, mesmo que pareçam contraditórias para os pesquisadores universitários. Sua relação com os saberes não é de busca de coerência, mas de utilização integrada no trabalho, em função de vários objetivos que procuram atingir simultaneamente. (2000, p.14)

Nesse viés, é que a história local se apresenta como uma possível estratégia pedagógica a ser aplicada pelo professor, a fim de servir como veículo enriquecedor para o ensino de história, capaz de gerar aprendizagens significativas que conectem, de forma mais direta, os conteúdos de história com a realidade vivida pelos alunos. Isso porque:

Parece que, para que a prática de sala de aula adquira "o cheiro bom do frescor" é preciso que se assuma definitivamente, os desafios que a

educação histórica enfrenta hoje em dia. Esta seria uma das formas de se contribuir para que os educandos se tornem conhecedores da pluralidade de realidades presentes e passadas, das questões do seu mundo individual e coletivo, dos diferentes percursos e trajetórias históricas. É importante, também, para que ele adquira a capacidade de realizar análises, inferências e interpretações acerca da sociedade atual, além de aprender a olhar a si próprio e ao redor com olhos históricos, resgatando, sobretudo, o conjunto de lutas, anseios, frustrações, sonhos e a vida cotidiana de cada um, no presente e no passado. (SCHMIDT, 2006, p. 127)

Portanto, a história local promove a construção da identidade e consequente sentimento de pertencimento a um determinado lugar. Assim, recorrendo a Gonçalves (2004, p. 178), temos que “o estabelecimento desses lugares se materializa na ação dos homens no mundo, ou seja, no curso de suas experiências históricas, nas quais se inserem os atos de nomear, leiam-se identificar e localizar os lugares onde se vive”.

Albuquerque Jr. (2012, p. 35), por sua vez, lembra que “o sentido primeiro da palavra ensino remete a esse ato de produzir marcas em alguém”. Logo, o trabalho com a história local apresenta-se como um possível caminho, capaz de romper com o ensino de história centrado na Europa, promovendo aprendizagens significativas a partir da identidade do local. Neste sentido, aponto a proposta de José Ítalo Bezerra Viana, em “História Local” (2016, p. 58), que considera “o interesse de proporcionar às comunidades as condições necessárias para produzir um projeto educacional com base no repertório local, pautado na apreensão dos conteúdos culturais e valores próprios dos grupos envolvidos”.

Como definido por Luís Reznik *et al.* (2014, p. 12), o local pode ser um “espaço associado a uma aldeia, a uma cidade, a um bairro, a uma instituição – escolas, universidades, hospitais –, a um espaço político-administrativo, como distritos, freguesias, paróquias, municipalidades”. Esta definição permite:

[...] construir uma nova densidade no quadro das interdependências entre agentes e fatores constitutivos de determinadas experiências históricas então eleitas pela lupa do historiador. Nessa nova pintura, cada aparente detalhe, insignificante para um olhar apressado ou na busca exclusiva dos grandes contornos, adquire valor e significado na rede de relações plurais de seus múltiplos elementos constitutivos. (REZNIK, 2005, p. 3)

Logo, ao escolher como trilho condutor para o estudo da história uma dada localidade, não se deve perder de vista a conjuntura macro, mas, sim, utilizar a escala de observação como um recurso para facilitar o processo de ensino-aprendizagem, já que, como compreende Jacques Revel, em “Jogos de Escalas” (1998, p. 38), “é

perfeitamente possível passar de uma história a outra, e não subsumir uma história pela outra”.

Em outro aspecto, é difícil para os alunos das escolas “entenderem que o estado atual de alguns assuntos (econômicos, sociais ou políticos) no mundo é temporário e representa um ponto em um processo contínuo de mudança”, e que os próprios são parte desse processo, num movimento ativo (LEE, 2006, p. 138). O que nos leva à questão central debatida por Alain Bourdin, no livro intitulado “A Questão Local” (2001), ao afirmar que o foco das análises deve ser a relação entre ação e lugar, tendo em mente a conceituação geográfica dessa espacialidade por meio da presença e da ocupação humana, a fim de dar sentido e significado ao que está sendo vivenciado pela comunidade ao longo do tempo. Os monumentos, as construções e as atividades regionais, neste sentido, devem refletir a cultura local, que tem valor histórico e cria a memória coletiva daquele grupo.

Todavia, a opção pelo estudo da história local é apenas um dos possíveis caminhos para promover o ensino e aprendizagem da história, não devendo ser visto como um valor superior de ufanismo pela terra ou de oposição à história global; mas sim, como “a ‘costura’ de um retalho dos processos de identificação do sujeito” (REZNIK, 2008, p.51).

Assim, ao estudar a história local da municipalidade de Vila Velha/ES, os alunos entrarão em contato com outras narrativas históricas, para além da tradicionalmente difundida, que parte da chegada do europeu em terras capixabas, sendo capazes de entender o tempo presente, suas rupturas e permanências; além de correlacionar o contexto vivenciado com a história global; compreendendo-se como “*canelas-verdes*”.

1.2 E no meio do caminho tinham as fontes histórias

Ao fazer a opção pelo uso da história local como estratégia para o ensino de história, é comum o professor se deparar com a ausência dessa abordagem nos livros didáticos adotados pela rede que leciona, bem como a carência de bibliografias voltadas para essa temática. Isso porque o livro didático acaba sendo um produto padronizado, com narrativas nacionais e globais, visando atender de forma genérica ao mercado:

O livro didático é, antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado. Como mercadoria ele sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização. Em sua construção interferem vários personagens, iniciando pela figura do editor, passando pelo autor e pelos técnicos especializados dos processos gráficos, como programadores visuais, ilustradores. É importante destacar o livro didático como objeto da indústria cultural impõe uma forma de leitura organizada por profissionais e não exatamente pelo autor [...]. (BITTENCOURT, 2003, p.71)

Desta forma, ficam alguns questionamentos: Como gerar aprendizagens significativas no aluno a partir do estudo da história local? Como sanar possíveis lacunas?

No processo de promoção do ensino e aprendizagem de história, no contexto escolar, as fontes históricas apresentam-se como verdadeiras chaves que levam os alunos a acessarem portais que os remetem ao passado histórico.

Assim, as fontes históricas são ferramentas fundamentais para o desenvolvimento de operações cognitivas pelo aluno, uma vez que os levam, através do uso da imaginação, com base em suas vivências, ao desenvolvimento do raciocínio histórico, conectando o presente ao passado.

Desta forma, o professor, ao colocar o aluno em contato direto com as fontes históricas locais, possibilita que o educando compreenda a sua própria história, sentindo-se sujeito histórico do seu tempo, sendo protagonista do processo de ensino e aprendizagem através do desenvolvimento de uma postura proativa, reflexiva e crítica na construção do conhecimento histórico. Nesse sentido, concordo com SCHMIDT *et al.*, quando:

O contato com as fontes históricas facilita a familiarização do aluno com formas de representação das realidades do passado e do presente, habituando-o a associar o conceito histórico à análise que o origina e fortalecendo sua capacidade de raciocinar baseado em uma situação dada. (SCHMIDT *et al.* 2004, p.94)

Logo, as fontes, no ensino de história, são utilizadas como facilitadoras da compreensão do passado e, assim, podem apresentar-se em diferentes suportes e linguagens, conforme a diversidade das produções humanas ao longo do tempo; tais como: escrita, oral, iconográfica, material, arqueológica etc.

Ao focarmos no estudo da história local, é perceptível que, em sua grande maioria, ainda são constituídas de documentos, textos, encartes e materiais

produzidos por órgãos administrativos locais, que difundem a imagem do grupo detentor do poder político ou econômico, visando à preservação da memória da elite local (FONSECA, 2003), devendo, quando do seu uso no contexto escolar, serem historicizados e selecionados, a fim de não se reproduzir uma história única.

Ademais, as fontes não são um fim em si mesmas, e, portanto, em razão das suas diversas potencialidades, seu uso pode ser ampliado para além de ratificadores dos argumentos do professor, ou ilustradores do conteúdo, deixando cada vez mais o professor de ser um mero explicador, - que coloca o aluno em uma postura passiva de receptor, rompendo com um “ensino bancário” (FREIRE, 2005) -, tornando-se, um mediador do conhecimento histórico, capaz de levar o educando, em contato com os vestígios do passado, a assumir o protagonismo na relação de aprendizagem.

[...] Nessa perspectiva, os documentos não serão tratados como fim em si mesmos, mas deverão responder às indagações e às problematizações de alunos e professores, com o objetivo de estabelecer um diálogo com o passado e o presente, tendo como referência o conteúdo histórico a ser ensinado. (SCHMIDT *et al.*, 2004, p.95)

Assim, ao pensar o uso das fontes no ensino de história, é fundamental a postura mediadora do professor, que tem o papel de selecioná-las, problematizá-las e de traçar o percurso metodológico para o seu uso contextualizado. Em suma:

O objetivo é favorecer sua exploração pelos alunos de maneira prazerosa e inteligível, sem causar muitos obstáculos iniciais. É preciso cuidado para que os documentos forneçam informações claras, de acordo com os conceitos explorados, e não tornem difícil a compreensão das informações. A má seleção deles compromete os objetivos iniciais propostos no plano de aula, ao passo que sua complexidade e extensão podem criar uma rejeição pelo tema ou pelo próprio tipo de material. (BITENCOURT, 2008, p. 330)

Desta forma, ao professor não basta apenas promover o acesso do aluno às variadas fontes, mas se faz necessário desenvolver estratégias para que o educando as explore e consiga identificar qual tipo está sendo usada (primária ou secundária), como ela se apresenta (escrita, iconográfica, oral, material, por exemplo) e que ele consiga, também, formular seus próprios questionamentos (Quem produziu? Quando? Qual o contexto? etc.), além de confrontá-las e compará-las a outras fontes e conhecimentos.

Logo, o que se propõe com o presente trabalho não é a promoção de mini historiadores; mas sim que o aluno do sexto ano do ensino fundamental, ao entrar em

contato com as diversas fontes históricas que narram o passado de uma determinada localidade, por meio de oficinas que as problematizem, seja capaz de realizar a análise crítica da sociedade em uma perspectiva temporal e, assim, compreender-se enquanto sujeito do seu tempo.

Destaco aqui que a escolha pela produção de oficinas - que promovam o contato imediato do aluno com as fontes históricas -, a serem aplicadas para a promoção de reflexões acerca da história local, ocorre em razão de compreendê-las como um recurso que facilita e auxilia o processo de construção do conhecimento histórico, sendo uma ponte entre o professor e o aluno; ou seja, são instrumentos de trabalho do professor e do aluno, servindo como “suportes fundamentais na mediação entre o ensino e a aprendizagem” (BITTENCOURT, 2008, p. 295).

Ressalto que as oficinas propostas são compostas por uma ou mais atividades e foram pensadas para o uso em sala de aula; no entanto, poderá o professor correlacioná-las a outros públicos e métodos de aplicabilidade, sendo atividades abertas a adaptações e ampliações, conforme a cultura escolar da localidade a ser utilizada.

Ademais, ressalto que, tendo em vista as inúmeras limitações físicas e estruturais, as quais os professores, principalmente da rede pública de ensino estão expostos; como a ausência de verbas que lhes possibilitem o desenvolvimento de aulas de campo e/ou de tecnologias passíveis de serem utilizadas dentro dos sistemas educacionais; o presente trabalho traz como proposição o desenvolvimento de oficinas, que podem ser aplicadas dentro da sala de aula, com sugestões de recursos de baixo custo ou que possam ser substituídos conforme a realidade da unidade escolar, viabilizando; desta forma, um ensino de história dinâmico, no qual o protagonismo, no processo de aprendizagem, esteja centrado no aluno.

Assim, pretendo, a partir das diversas fontes históricas relacionadas à Vila Velha/ES, tais como: mapas, fotografias, documentos oficiais, patrimônios materiais e imateriais, manifestações culturais, entre outros, apresentar oficinas que trabalhem com procedimentos investigativos, a partir do levantamento de problemas, que estimulem os alunos a pensar historicamente, compreendendo a autoria, as temporalidades e espaços; bem como, os interesses e intencionalidades de sua produção.

Logo, ao fazer a opção pelo trabalho com oficinas, estou buscando aproximar os sujeitos do objeto de conhecimento. Todavia, é importante ter em mente que as oficinas são apenas mais uma alternativa metodológica a ser utilizada pelo professor, para estimular e colocar o aluno no centro do processo de ensino-aprendizagem, respeitando suas vivências e descobertas. Portanto:

Inferimos que não são os materiais que farão o ensino se tornar mais qualificado, mas sim, o uso que o professor fará deste material na oficina. O uso de recursos deve servir para resgatar, na sala de aula, a dialética que existe entre forma e conteúdo. (VIEIRA *et al.*, 2002, p.13)

Deste modo, é fundamental considerar que as oficinas, elencadas neste trabalho, são fruto de seleções e de escolhas, que têm por intuito visitar outras narrativas históricas, para além das tradicionalmente difundidas, que parte da chegada do europeu em terras capixabas para compreender o processo de constituição de Vila Velha/ES.

E é assim que iniciamos nossa viagem ...

1.3 É um amontoado de conchas, é o início do caminho ...

Nesse processo de busca por raízes vila-velhenses, é que embarcamos há cerca de 6500 anos AP³, momento em que muitos pesquisadores atribuem ter iniciado a ocupação da faixa litorânea do território brasileiro, por povos pescadores, coletores e caçadores, denominados sambaquieiros.

Sambaqui, por sua vez, é uma palavra de etimologia Tupi, na qual, *Tamba* significa conchas e *ki* amontoado, sendo essa a principal característica desse tipo de sítio (GASPAR, 2000). Desta forma, trata-se de sítios arqueológicos, que apesar de sua heterogeneidade, constituem-se, principalmente, pela deposição de conchas,

³ AP significa “antes do presente”, que, por convenção, é 1950. Trata-se de uma menção de datação através do carbono 14, que se deu em 1952. Assim, o evento mencionado ocorreu 6500 anos antes de 1950. As referências cronológicas obtidas através de métodos físicos são sempre acompanhadas de suas respectivas margens de erro, que são expressas com o sinal positivo ou negativo. Para muitos o nascimento do Cristo é a principal referência cronológica e o tempo é dividido entre antes e depois de Cristo. A data mencionada acima equivale a 4550 anos a.C. (GASPAR, 2000, p.8-9)

restos de peixes, moluscos, aves e mamíferos; estando, em sua grande maioria, localizados às margens de cursos d'água, tais como rios, lagunas e manguezais.

Esses sítios são caracterizados basicamente por serem uma elevação de forma arredondada que, em algumas regiões do Brasil, chegam a ter mais de 30m de altura, sendo resultante de um trabalho ordenado e paulatino, mas que, no entanto, não se pode afirmar com exatidão o que, de fato, levou nossos ancestrais a construírem esses grandes marcos paisagísticos, cujas pesquisas apontam para o seu uso como espaços de moradia e para os sepultamentos dos membros dessas comunidades que os produziram. Trata-se, portanto, de sociedades complexas, capazes de realizar grandes obras.

[...] No sambaqui ocorreria a associação espacial de três importantes domínios da vida cotidiana: o espaço da moradia, o local dos mortos e o de acumulação de restos faunísticos relacionados com a dieta de seus construtores. Era um lugar particular, resultado da concentração de material orgânico que certamente tinha implicações no desenrolar do dia-a-dia. Outros materiais poderiam ter sido usados, mas a escolha recaiu sobre aqueles intrinsecamente relacionados ao consumo alimentar. Ressalto que o espaço em questão é um lugar bastante peculiar, construído principalmente com conchas de moluscos e apresentando condições especiais no que se refere a textura, relevo e odores. (GASPAR, 2000, p.33-34)

É comum encontrar nesses sítios vários tipos de ferramentas ou artefatos feitos de ossos, espinhos de peixes, quartzos ou conchas, que podem ter sido utilizados para a captura do pescado, a perfuração da caça, a fabricação de estatuetas, para moer os alimentos ou como espécies de adornos.

Gaspar (2000) também registra nos sambaquis a presença de grandes peixes e de uma diversidade na fauna aquática, como indício da intimidade dos povos sambaquieiros com o mar e da consequente ocupação de ilhas, sendo um indicativo de que eles já realizavam a construção de algum tipo de embarcação, que possibilitava o constante deslocamento entre as ilhas e o continente. Assim:

Pouco se sabe sobre as rotas de migração mas certamente o caminho percorrido era por água, pois trata-se de um grupo que vivia da pesca e eventualmente habitava ilhas. Seguramente contavam com algum tipo de embarcação e tinham grande habilidade no mar e nos rios. Só a destreza nesse ambiente poderia explicar a presença de restos faunísticos tão variados (tubarões, baleia, golfinho, tartaruga, raias) e a ocupação de ilhas. (GASPAR, 1999, p. 166)

Desta forma, analisando mais detidamente os sambaquis, encontramos duas correntes que buscavam interpretá-los, sendo elas denominadas: naturalistas ou artificialistas. Segundo nos aponta Gaspar (2000), a tendência naturalista considerava os sambaquis decorrentes do recuo do mar e da ação dos ventos sobre as conchas lançadas à praia. Já os defensores da tendência artificialista julgavam os sambaquis resultantes da ação humana, oriundos do acúmulo casual de restos de cozinha, configurando-se como moradia, ou como uma construção monumental, com objetivos funerários. Da junção dessas duas correntes interpretativas, surge a corrente mista, que considera tanto os elementos naturais quanto os humanos, na formação dos sambaquis.

Levy Figuti (1993), por sua vez, ao refletir acerca das razões que levavam a essa acumulação de conchas em um determinado ponto do território, pelos povos sambaquieiros, atribui a rentabilidade das suas diferentes atividades de subsistência ao valor nutricional dos moluscos e ao processo formativo destes sítios. Em outras palavras, o consumo de moluscos era um complemento significativo na dieta desses povos, em razão da alta disponibilidade destes organismos no meio e por possibilitar a ingestão de carboidratos; assim, apesar dos moluscos produzirem uma massa relativamente pequena de alimento, deixavam uma enorme massa de rejeito, auxiliando os sambaquieiros na construção dessas elevações, que hoje, acredita-se estarem relacionadas ao prestígio desses moradores perante àqueles que estavam à sua volta.

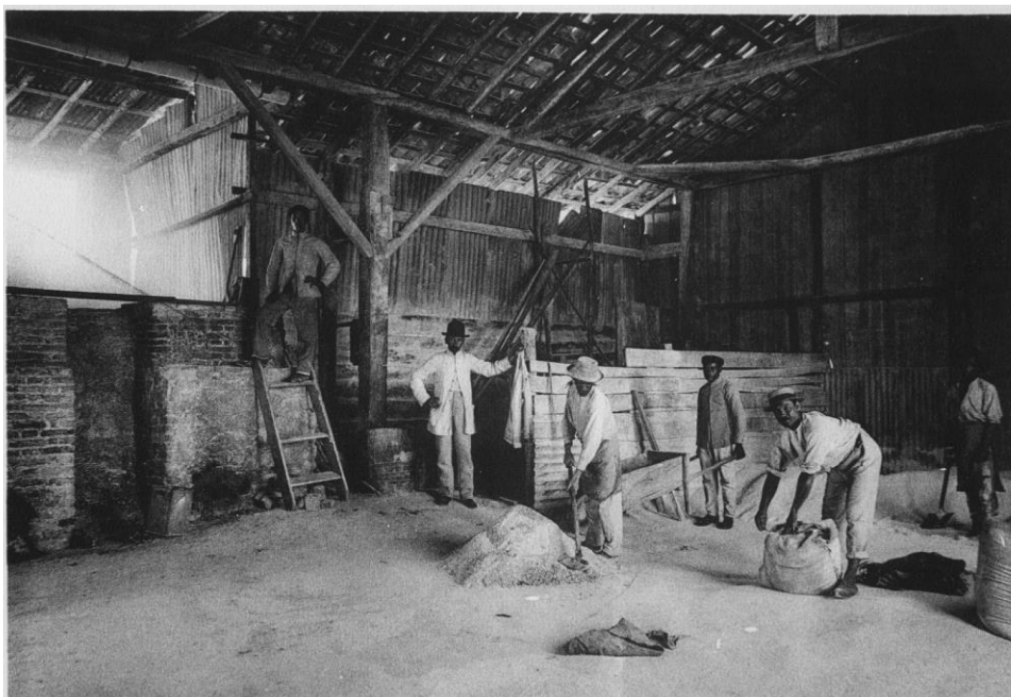
No que se refere aos sepultamentos, conforme Wesolowski (1999), uma das características mais marcantes era a convivência estabelecida entre vivos e mortos, uma vez que mantinham as sepulturas na mesma área do sítio. Todavia, as pesquisas mais recentes não conseguiram identificar a ocorrência de um padrão na realização desses sepultamentos, sendo encontrados corpos enterrados nas mais diversas posições (decúbito lateral, ventral, dorsal ou sentada) e, também, de forma individual ou acompanhada. Além disso, vários objetos de cunho pessoal também poderiam acompanhar os mortos, tais como: colares, pontas de osso, estatuetas, entre outros; sendo comum o uso do fogo, - como parte do ritual – e, a sua cobertura, posterior, com uma camada de ossos de peixes e conchas.

Apesar do crescente registro de sambaquis em áreas lagunares, é provável que muitos tenham desaparecido ao longo do tempo, em razão de sua utilização, desde o

período colonial, na fabricação de cal ou por terem sido soterrados nos areais (LAMEGO, 1946).

Ressalto que Perota (1974), durante a realização de levantamentos arqueológicos, também narra esse processo de destruição dos sambaquis no Estado do Espírito Santo, como decorrentes da fabricação de cal; e, entre as décadas de 1960/70, soma-se a especulação imobiliária e a execução de grandes projetos industriais e agropastoris, considerando esses sítios, irremediavelmente, perdidos por não haver mais a possibilidade de um estudo sistêmico.

Figura 1 - Interior da fábrica de cal “Forte São João”, de propriedade de Manuel Courinho Madeira



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1910.

Todavia, apesar desses apontamentos acerca dos povos originários do Espírito Santo, Costa (2019) evidencia que referido estado foi marcado por um quadro de poucas pesquisas arqueológicas de longa duração, em razão da falta de instituições perenes e da pouca quantidade de pesquisadores. Sendo, ainda, as pesquisas nessa área, carentes de projetos acadêmicos locais e contínuos, configurando-se a arqueologia de contrato⁴, na atualidade, como um importante meio de levantamentos

⁴ RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986, do IBAMA, que obriga todas as construtoras a realizarem um levantamento ambiental e cultural nas áreas que serão afetadas de

e sondagens, mas que, no entanto, não está sendo capaz de cobrir o vazio informativo ou a reintegração com o debate nacional, o que conduziu ao acentuado isolamento do Espírito Santo em relação às pesquisas desenvolvidas em regiões vizinhas.

Entretanto, não se pode perder de vista que, em virtude das características geográficas do Estado do Espírito Santo - que propicia uma farta alimentação proveniente do mar e dos manguezais -, a sua área litorânea e os vales dos seus principais rios, como Doce, Crícaré, Itapemirim, Santa Maria e Jucu, já vinham sofrendo um intenso povoamento há aproximadamente 4000 a.C.

[...] Constatamos na faixa litorânea da região pesquisada quase uma centena de sambaquis, localizados principalmente na baía de Vitória, nos vales dos rios Jucu, Reis Magos, Piraquê-Açu, Piraquê-Mirim e Jacareipe. Estes sambaquis estão sendo cadastrados e neles não foi realizado qualquer trabalho arqueológico e por isto nada sabemos sobre seu conteúdo cultural. (PEROTA, 1974, p.129)

Assim, acerca da presença de povos sambaquieiros na municipalidade de Vila Velha, Levy Rocha, no seu livro intitulado “Viagens de D. Pedro II ao Espírito Santo”, escrito a partir do “Diário de Pedro II”, relata que o Imperador do Brasil, no ano de 1860, em visita ao Forte de Vila Velha/ES, detecta a presença de conchas provenientes do Rio da Costa na argamassa da construção, o que nos aponta para indícios de sambaquis na localidade:

D. Pedro II examinou de perto as velhas pedras argamassadas com cal de burgigão, ou conchas do rio da Costa, e óleo de peixe e viu no portão de entrada pela parte inferior, destinado aos que chegavam pelo mar, uma inscrição recente, marcando a última reedificação, feita em 1848, no governo meteórico do presidente Antônio Pereira Pinto. Mas a sua atenção voltou-se para o monte das grossas correntes que outrora eram empregadas para fechar o porto, prendendo-se ali uma das pontas e a outra nos argolões que ainda se encontravam cravados na pedra do Pão de Açúcar ou Penedo, bem defronte. (ROCHA, 1971, p. 92)

Dentre os levantamentos e estudos feitos no Espírito Santo acerca da presença de povos sambaquieiros, em especial, na municipalidade de Vila Velha/ES, destaco o casal Adam e Elfrieda Slaventish Orssich⁵, que em meados da década de 1960

alguma forma por um grande empreendimento, que resulta na contratação de arqueólogos, para procurar e salvar vestígios arqueológicos que poderão ser destruídos pelo uso do local.

⁵ Orssich era membro da aristocracia dos Bálcãs, chegando a ser nomeado em 1941, Governador de Província, cujo cargo perdeu com a queda do Reino da Iugoslávia na Segunda Guerra Mundial e a ocupação da Macedônia pelos búlgaros. Devido aos inúmeros conflitos existentes em toda Europa,

chegam ao estado, realizando a sondagem e o cadastramento de sítios arqueológicos junto ao SPHAN, atual IPHAN.

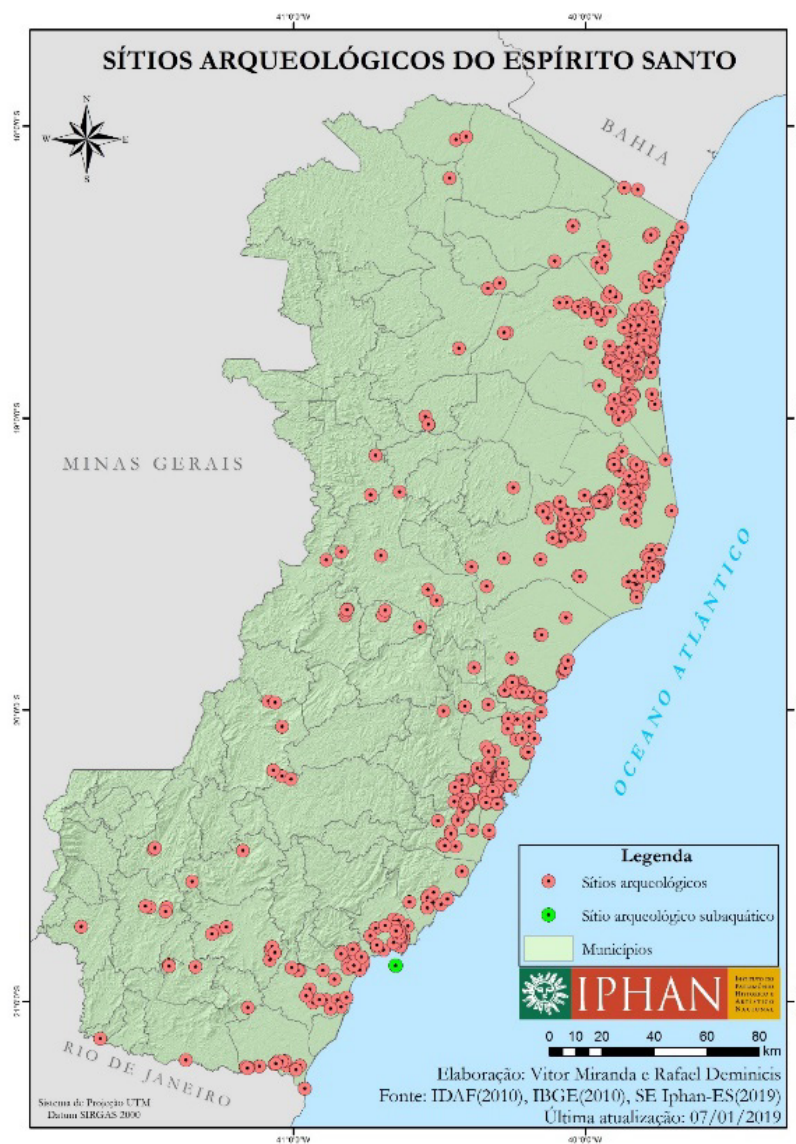
Orssich no “*Relatório Arqueológico do Espírito Santo*”, aponta que o litoral do referido estado parecia ser abundante de sambaquis, com tamanhos e quantitativos de conchas inferiores ao de outras localidades do Brasil. E, em relação à Vila Velha/ES, o estudioso registra:

Observei restos indubitáveis de um sambaqui recentemente destruído na margem de uma lagoa que se acha ao pé do morro de Nossa Senhora da Penha a leste. Além de terra tipicamente preta e misturada com conchas, vi numerosos fragmentos de osso grandes, possivelmente humanos. (ORSSICH, 1981, p.46)

Ainda na década de 1960 e início de 70, o Espírito Santo foi contemplado com a presença do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), coordenado pelo professor Celso Perota, que tinha como objetivo o conhecimento arqueológico desde o vale do rio Doce até a faixa litorânea de Vitória, sendo realizado o mapeamento dos sítios arqueológicos identificados até aquele momento, no qual foi feito o registro da presença de sambaquis no Rio Jucu, que corta o município de Vila Velha/ES.

Adam Orssich e sua esposa fugiram para o Brasil, sendo imediatamente convidados por José Loureiro Fernandes para lecionar, em 1952, no primeiro curso de Arqueologia no Brasil, na Universidade Federal do Paraná. Em 1961, com a aprovação da Lei Federal 3924, que determinava o requerimento da licença de pesquisa à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério de Educação e Cultura, fez com que em 1966, o casal fosse convidado a realizar o levantamento arqueológico no Espírito Santo. (COSTA, 2011)

Figura 3 - Sítios Arqueológicos do Espírito Santo



Fonte: Site do IPHAN. Acesso em: 29 nov. 2023.

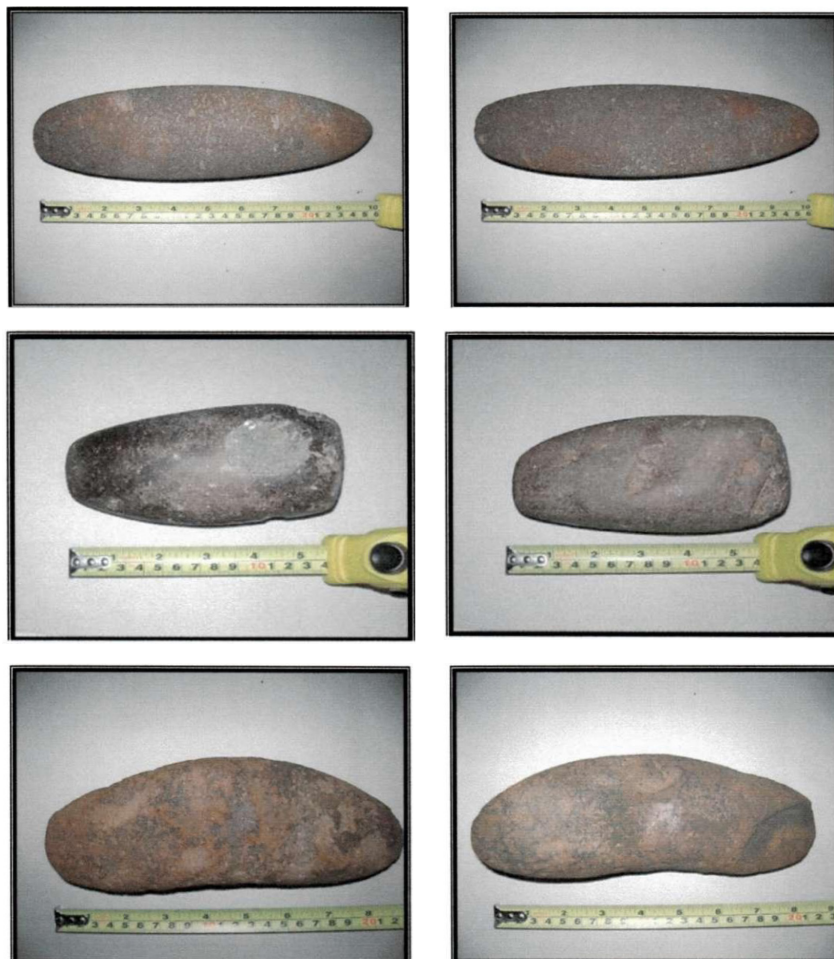
Quadro 1 - Sítios Arqueológicos Registrados no SICG

Nome do Sítio	UF	Município	Síntese do bem	Classificação
Ruínas do Porto do Sal	ES	Vila Velha		Sem classificação
Vila Velha 1	ES	Vila Velha		Histórico
Sambaqui de Itapuã	ES	Vila Velha	O Sambaqui de Itapuã se trata de um sambaqui em uma ilha, denominada Ilha de Itapuã, a 200m da costa. Pode-se inferir que trata-se de um sambaqui, não acúmulo conchífero, pelo fato de haver muitas ferramentas líticas e perfil estratigráfico profundo, repleto de camadas com conchas, ossos de aves marinhas, esporões de arraia e plastrão de tartaruga. A ilha é muito frequentada por turistas, portanto, há sinais de antropização, como descarte de lixo. Não obstante, surgiram materiais de metal fortemente oxidado e vidro irregular, característicos do período colonial, sugerindo visita da ilha por colonos.	Pré-colonial
Jacarenema 01	ES	Vila Velha	Originalmente sítio arqueológico pré-cerâmico.	Pré-colonial
Ruínas do Antigo Casarão da Manteigueira	ES	Vila Velha	Ruínas em topo de elevação rochosa construída em alvenaria de argamassa, pedra e tijolos maciços e cimento como acabamento. Atualmente a cobertura arbórea impede a visualização total.	Histórico
Jacarenema 02	ES	Vila Velha	Sítio arqueológico pré-cerâmico.	Pré-colonial
Laranja	ES	Vila Velha	Sítio multicomponencial, porém, a parte pré-colonial é anedótica já que não está no topo da colina em que foram verificados e coletados louça, vidro, fragmentos cerâmicos e materiais construtivos associados a ocupações históricas. Estão, esses poucos materiais pré-coloniais, na baixa vertente, e foram achados fortuitos e provavelmente fora de contexto. Apesar de o terreno ter sido bastante revolvido, cuja regularização visou à compactação do sedimento e arrastar os materiais construtivos para fora da área plana, sobretudo os blocos rochosos que provavelmente compunham os alicerces da edificação histórica, foi possível localizar o provável local em que a mesma fora construída, ao redor do qual, verificou-se a maior concentração de fragmentos de vasilhames e recipientes vitreos e cerâmicos. O período em que a construção esteve "viva" remonta ao século XVIII, a partir dos padrões decorativos das louças/faianças identificadas e o levantamento histórico do local.	Pré-colonial e Histórico

Fonte: Site do IPHAN, acessado em 29/11/2023

No que tange ao sítio arqueológico de Jacarenema 01 e 02, Costa (2008), ao realizar o levantamento do potencial arqueológico da localidade, em contato com a comunidade do entorno da reserva natural, detecta um pequeno acervo de lâminas e machados polidos em posse da população.

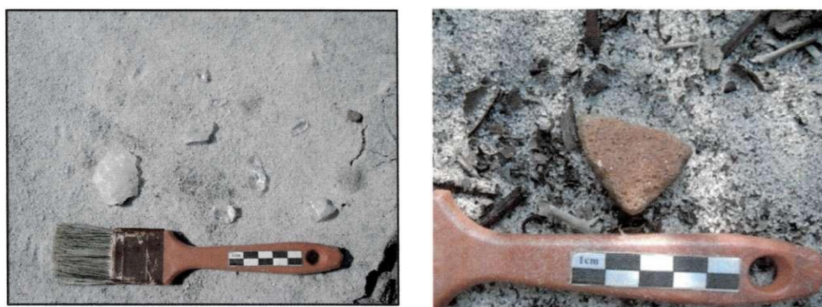
Figura 4 - Objetos líticos encontrado sob a posse de moradores do entorno da reserva natural municipal de Jacarenema



Fonte: Relatório de diagnóstico do levantamento do potencial arqueológico da reserva natural municipal de Jacarenema/Vila Velha/ES, 2008.

Já nas incursões a campo, foram encontrados materiais arqueológicos pré-coloniais, constituídos de materiais líticos lascados e cerâmicas.

Figura 5 - Objetos líticos encontrado na sondagem da reserva natural municipal de Jacarenema



Fonte: Relatório de diagnóstico do levantamento do potencial arqueológico da reserva natural municipal de Jacarenema/Vila Velha/ES, 2008.

Conforme pudemos observar, os estudos sobre os povos sambaquieiros na municipalidade de Vila Velha/ES ainda são muito incipientes e carecem de fontes; no entanto, tais fatores não devem ser limitadores ao professor na promoção da discussão acerca dos povos originários da Vila.

Assim, visando dar subsídio ao educador para que exerça a função de mediador do conhecimento e promova a criticidade de seus alunos, é que se propõe a oficina a seguir, que tem por intuito levar para o contexto escolar o estudo acerca da história local a partir da análise dos povos sambaquieiros e das diversas fontes históricas.

1.4 Primeira estação de memórias – Sambaquis: refletindo acerca dos povos originários da Vila

1.4.1 Apresentação da oficina

Os sambaquis são espécies de sítios arqueológicos muito comuns no Brasil, principalmente na região litorânea.

Sambaqui é uma palavra de origem tupi, que significa monte de conchas, sendo inicialmente considerado, pelos estudiosos, um fenômeno natural; posteriormente, foi tratado como uma espécie de local de descarte de restos de mariscos, ostra, camarão,

caranguejo, ossos de peixes e mamíferos marinhos, restos alimentares acumulados por milhares de anos, por antigos pescadores, coletores que viviam nessas regiões costeiras e, atualmente, passou, também, a ser visto como construções que identificavam e/ou homenageavam os grupos que habitavam a localidade.

Nas camadas mais profundas desse material fossilizado, é comum encontrar a presença de sepultamentos humanos, indicando que os sambaquis podem ter servido, também, como espécies de cemitérios.

O estado do Espírito Santo, em razão de suas características geográficas, estando situado na faixa costeira do continente - local de farta alimentação em razão da proximidade do mar -, teve uma acentuada concentração de povos sambaquieiros.

Todavia, em especial na década de 1960/70, ocorreu um acelerado processo de destruição desse patrimônio cultural do estado do Espírito Santo, decorrente da especulação imobiliária, que levou à construção de diversos empreendimentos (conjuntos habitacionais, casas, rodovias, vias de acesso etc.), sem se atentarem para a existência de sítios arqueológicos.

No que tange ao município de Vila Velha/ES, a localidade possui três sambaquis registrados junto ao IPHAN⁶, em especial, podemos citar o que se encontra situado na Ilha de Itapuã, a 200m da costa, com diversas ferramentas de pedra, repleto de camadas de conchas, ossos de aves marinhas, esporões de arraia e esqueleto de tartaruga, demonstrando a presença dos povos sambaquieiros na localidade.

PERCURSO	Nesta oficina pretendemos, através do estudo e análise dos sambaquis, conhecer o modo de vida dos primeiros habitantes da cidade de Vila Velha/ES; bem como, compreender o processo de ocupação deste território. A oficina se propõe, através da reprodução de mini sítios arqueológicos, dentro do contexto da sala de aula, promover a valorização de narrativas históricas, que abordem a história local para além da historiografia euro centrada.
-----------------	---

⁶ <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1SAgyRgMKPOVarkzDAial0LyxsoAygkU/edit#gid=1769114803>.

DURAÇÃO DA VIAGEM	4 etapas de 50 minutos.
PASSAGEIROS	Esta oficina foi elaborada pensando nos alunos de 6 ^{os} Anos do Ensino Fundamental.
BAGAGEM	1. Caixas de plástico ou de papelão com dimensão de 50x50cm e 15 cm de profundidade (Sugere-se 1 caixa a cada grupo de 3 alunos); 2. Pincéis; 3. Elásticos ou rolo de barbante; 4. Fita gomada para fixação do elástico ou barbante; 5. Pazinhas de plástico; 6. Baldinhos; 7. Areia; 8. Cacos de cerâmica (sugere-se comprar vasilha, panela ou prato de cerâmica e quebrar em pedaço); 9. Pedras; 10. Pedacos de carvão vegetal; 11. Conchas; 12. Material para registro (ficha, prancheta e lápis); 13. Sala de Vídeo; 14. Vídeo: <i>“Sambaqui, sociedade redescoberta”</i>
PREPARAÇÃO DA BAGAGEM	1. Montar as caixas intercalando uma camada de areia e os materiais (Pedras, cacos de cerâmica, carvão vegetal e conchas) 2. Pegar os elásticos ou barbantes e cruzá-los na caixa, formando quatro quadrados de mesmo tamanho. 3. Criar um sistema de demarcação para o mini sítio arqueológico, com letras e números, para que seja possível localizar o quadrante no qual o objeto foi localizado. 4. Organizar um espaço no ambiente escolar, para exibição do vídeo: <i>“Sambaqui, sociedade redescoberta”</i>.
PONTO DE EMBARQUE	História: tempo, espaço e formas de registros
OBJETIVO DA VIAGEM	As origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização.

EMBARQUE	1ª Etapa 1. Cada grupo receberá o mini sítio arqueológico, os materiais para realizar a escavação e a ficha para fazer os registros (modelo abaixo). 2. O grupo deverá ser orientado quanto ao processo de escavação, sendo incentivados a retirarem os sedimentos com calma, sem fazer buracos irregulares, até que os vestígios sejam localizados. 3. À medida que o material for sendo encontrado, o grupo deverá promover o seu registro nas fichas, desenhando os vestígios achados e pontuando sua localização. 2ª Etapa: 1. Após identificar e desenhar os vestígios encontrados, o grupo deverá coletivamente discutir e responder as questões propostas na ficha: 1.1 – Quais vestígios foram localizados no seu mini sítio arqueológico? 1.2 - O que os vestígios, que você localizou, trazem de informações acerca do modo de vida das populações que os produziram? Existe alguma semelhança com o seu atual estilo de vida? 1.3 – Observando os vestígios localizados no seu mini sítio arqueológico, você acredita que essas populações ocupavam qual parte do território brasileiro? 1.4 – Analisando o território que você mora e os vestígios que você identificou no seu mini sítio arqueológico, você acredita que os povos sambaquieiros viviam na região de Vila Velha/ES? Por quê? 1.5 – Examinando os vestígios presentes no seu mini sítio arqueológico, você estima que os sambaquis foram construídos em qual momento da história?
-----------------	---

	3ª Etapa: Com a conclusão da 1ª e 2ª Etapa, para que os alunos consigam visualizar a estrutura real de um sambaqui, deverá ser exibido o vídeo: “<i>Sambaqui, sociedade redescoberta</i>”, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jnEXuTnNW3U
COMPARTILHE A VIAGEM	4ª Etapa: Após as primeiras etapas, todos deverão sentar-se em uma roda de conversa, para socializarem as experiências e conclusões. Neste momento, os alunos poderão ser convidados a refletir, acerca das informações que os objetos deixados na atualidade transmitirão sobre nós para as populações futuras.
PONTO DE CHEGADA	(EF06HI05) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas.

BAGAGENS

FICHA DE REGISTRO DA OFICINA	
SAMBAQUIS: REFLETINDO ACERCA DOS POVOS ORIGINÁRIOS DA VILA	
NOMES: _____ _____ _____	
1	2



B

1 – Quais vestígios foram localizados no seu mini sítio arqueológico?	
2 - O que os vestígios, que você localizou, trazem de informações acerca do modo de vida das populações que os produziram? Existe alguma semelhança com o seu atual estilo de vida?	
3 – Observando os vestígios localizados no seu mini sítio arqueológico, você acredita que essas populações ocupavam qual parte do território brasileiro?	

4 – Analisando o território que você mora e os vestígios que você identificou no seu mini sítio arqueológico, você acredita que os povos sambaquieiros viviam na região de Vila Velha/ES? Por quê?

5 – Examinando os vestígios presentes no seu mini sítio arqueológico, você estima que os sambaquis foram construídos em qual período da história?

2 SE AS RUAS DE VILA VELHA FOSSEM NOSSAS ...

2.1 Por esses caminhos existem memórias

O passo que o homem dá para a frente tem na pegada anterior a sua condição de possibilidade. Trespasado de tempo, o seu caminhar vai deixando traços no ecrã branco de Cronos que, ou serão sugados pelo Letes, que é pior que a morte, ou, como no recalçado de cada existência, perdurarão – mesmo quando esquecidos ou não encontrados – como reserva de memória e de história. Seja como for, eles são sinais que o impedem de ser só presente ou só futuro. (CATROGA, 2015, p.7)

Ao começar o ano letivo, no primeiro contato que tenho com as turmas de sextos anos do ensino fundamental, com o intuito de *“quebrar o gelo”* inicial e adentrar na construção do pensamento histórico, faço a seguinte pergunta aos alunos: *“Vocês tomam banho todos os dias?”* Ao que logo se inicia um burburinho e risadas, seguidas da afirmação: *“Lógico que sim, professora!”*. Então, continuo o diálogo: *“Por que vocês tomam banho todos os dias?”*

Rapidamente respondem: *“Ora, professora, para não ficarmos sujos!”*. Prossigo o diálogo: *“Os portugueses, por exemplo, não tomam banho todos os dias. Então, por que vocês tomam banho todos os dias?”*

É curioso observá-los na busca por respostas que tragam algum sentido ao diálogo: *“Porque aqui faz muito calor”*. Imediatamente, contra-argumento: *“Na Europa, em determinados meses do ano o calor também é intenso e, nem por isso, eles tomam banho todos os dias. Então, por que vocês tomam banho todos os dias?”*

Vou insistindo na pergunta, até que um deles responde: *“Porque aprendi com os meus pais”*. Continuo: *“E de onde vem esse hábito?”*. Passo vários minutos da aula instigando-os na busca por uma resposta, até chegarem à conclusão de que a prática do banho diário advém dos indígenas.

Essas perguntas, em um primeiro momento, para meus alunos, podem parecer óbvias as respostas; mas, ao fazê-las, não pretendo que eles me respondam simplesmente que tomam banho todos os dias para não ficarem sujos; antes, quero levá-los a refletir acerca de suas práticas diárias, hábitos, costumes, identidade, memória etc.

[...] Ao refletir sobre essas vivências, nos aproximamos delas de forma cognitivamente mais elaborada, construindo significados e sentidos que podem até nos orientar acerca de outras ações planejadas e desejadas, nas expectativas para o presente e para o futuro. Dito de outra forma e de maneira objetiva, ao refletir sobre o que vivemos, transformamos vivências em experiências. A experiência é a vivência refletida, pensada, digerida, redimensionada e ressignificada. [...] (REZNIK, *et al.*, 2014, p. 7)

Tal diálogo nos remete a vários questionamentos, no entanto, o que quero trazer como cerne neste momento é a reflexão acerca de como as memórias são formadas e/ou constituídas? Seriam elas resultados de nossas vivências, ou fruto de uma coletividade?

Recorrendo rapidamente ao dicionário Aurélio (1999), temos que memória é a “faculdade de lembrar e conservar ideias, imagens, impressões, conhecimentos e experiências adquiridas no passado e a habilidade de acessar essas informações na mente”, um conceito simples, mas incapaz de explicar, em sua integralidade, por exemplo, o ato de “*tomarmos banho todos os dias*”.

O que nos remete a três diferentes manifestações/níveis da memória, propostas por Candau, quais sejam: a protomemória, que seria a memória repetitiva ou memória-hábito, constituindo-se naquela que é internalizada através das vivências, sendo aprendidas de maneira espontânea e imperceptível, sem que ocorra a tomada de consciência, tendo como exemplo o ato de falar, caminhar, sentir e pensar; a memória propriamente dita, que enfatiza a recordação e o reconhecimento, podendo sofrer inferências externas, estando relacionada aos saberes, crenças, sensações, bem como, ao esquecimento; e a metamemória, que seria a representação que cada indivíduo faz de suas próprias lembranças, moldando as dimensões de seu pertencimento ao passado.

Percebe-se, desta forma, a complexidade da memória, que vai muito além da capacidade que cada indivíduo possui de armazenar dados e fatos do passado, existindo uma verdadeira simbiose, em constante construção, entre o esquecimento e a lembrança, marcada por uma seleção do passado feita no presente, que constituirão o repertório de um indivíduo inserido numa dada coletividade, possibilitando, apesar das narrativas diferentes, memórias em comum.

Retomando o diálogo inicial, para compreender e/ou justificar nossos atos e formas de agir e pensar no presente, nos baseamos não apenas em nossas vivências, mas também nos caminhos que já foram trilhados.

O sujeito, mesmo antes de ser um *eu*, já está, a um certo nível, imerso na placenta de uma memória que o socializa e a luz da qual ele irá definir, quer a sua estratégia de vida, quer seus sentimentos de pertença e de adesão ao coletivo. (CATROGA, 2015, p.12)

A memória é, portanto, uma construção social, que está relacionada às práticas sociais e culturais de uma determinada comunidade, que ao serem compartilhadas podem tornar-se coletivas; neste sentido, Candau expressa que “não pode haver construção de uma memória coletiva se as memórias individuais não se abrem umas às outras visando objetivos comuns, tendo um mesmo horizonte de ação” (2021, p.48).

Nessa perspectiva, a memória é um processo dinâmico, que está em constante transformação, influenciada pelas experiências e pelas práticas sociais dos indivíduos, sendo um elemento fundamental para a construção da identidade, pois é a partir dela que se estabelecem as referências simbólicas que constituem a identidade coletiva de uma comunidade.

Todavia, é preciso atentar para o caráter seletivo da memória, pois esta é constituída tanto pelo ato de lembrar quanto pelo de esquecer, o que me leva a refletir acerca de quais memórias estão sendo preservadas e quais estão sendo esquecidas e, por conseguinte, quais identidades estão sendo construídas.

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final resta apenas o esquecimento. (CANDAU, 2021, p. 16)

Para fins de ampliação acerca da discussão das memórias coletivas, faço uso, a partir de Pierre Nora, dos lugares de memória, compreendendo-os enquanto espaços físicos e simbólicos que ajudam a moldar a identidade - sendo, no presente, testemunhas do passado e fontes de informação para as gerações futuras - ; portanto, “a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial” (1993, p.22).

Contudo, há que se fazer um contraponto, pois esses mesmos lugares de memória, que contribuem para o fortalecimento das identidades, também podem ser usados com fins políticos e ideológicos, já que são frutos de escolhas. Assim, Le Goff nos ensina:

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens (Le Goff, 2021, pág.437).

Dessa forma, ao olharmos para uma dada localidade, percebemos que ela é atravessada por memórias, que estabelecem o sentimento de pertença e de vínculos com as outras gerações, estando a memória e identidade indissolúvelmente ligadas. “Essas memórias coletivas informam heranças e tradições sociais que constituem e reafirmam os nexos de pertencimento de indivíduos aos grupos, conformando nossas identidades” (ROCHA, 2016, p. 132).

Nesse viés, analisando a municipalidade de Vila Velha/ES, questiono: Quais memórias constituem seus indivíduos? Observando as narrativas históricas, bem como o patrimônio de *“pedra e cal”*, o que tem sido lembrado e o que tem sido esquecido? Sua historiografia contempla as mais diferentes memórias?

Isso me leva a um lugar de memória muito eurocentrado, que perpassa pela chegada do colonizador, -Vasco Coutinho ao território de Vila Velha-, e a construção de alguns monumentos existentes, como a Igreja do Rosário e o Convento da Penha. Isto é, uma historiografia, que, se por um lado coloca o europeu em evidência, por outro, nos conduz a refletir acerca da origem de nossos hábitos, costumes, crenças, bem como a presença de diversos grupos sociais na localidade.

Assim, a história local busca privilegiar “a análise dos imbricados processos de sedimentação das identidades sociais, em particular dos sentimentos de pertencimento e dos vínculos afetivos que agregam homens, mulheres e crianças na partilha de valores comuns, no gosto de se sentir ligado a um grupo” (REZNIK, 2008, p.51), o que ainda sinto é que se encontra pouco interligado aos múltiplos aspectos culturais que o patrimônio histórico material e imaterial de Vila Velha/ES tem a oferecer.

Apesar dos silenciamentos e apagamentos provocados por uma historiografia eurocêntrica, basta caminhar pela cidade, observar os vocabulários utilizados, participar de uma manifestação cultural, ou então, analisar o censo demográfico do IBGE, para percebermos as múltiplas memórias que constituem o povo canela-verde.

Tudo isso me remete ao convite inicialmente proposto, o de *“pegarmos o bonde da história”*, para juntos percorrermos os trilhos da memória, unindo o passado ao presente, tendo como próxima parada selecionada os povos Tupis.

2.2 Antes mesmo dos trilhos

Quando eu vejo as narrativas, mesmo as narrativas chamadas antigas, do Ocidente, as mais antigas, elas sempre são datadas. Nas narrativas tradicionais do nosso povo, das nossas tribos, não tem data, é quando foi criado o fogo, é quando foi criada a lua, quando nasceram as estrelas, quando nasceram as montanhas, quando nasceram os rios. Antes, antes, já existe uma memória puxando o sentido das coisas, relacionando o sentido dessa fundação do mundo com a vida, com o comportamento nosso, como aquilo que pode ser entendido como o jeito de viver. Esse jeito de viver que informa a nossa arquitetura, nossa medicina, a nossa arte, as nossas músicas, nossos cantos. (KRENAK, 1992, p. 202).

Até recentemente, os indígenas eram sujeitos praticamente ausentes em nossa historiografia e, muito do que sabíamos e/ou relatávamos sobre eles, provinham de narrativas feitas dentro da perspectiva do colonizador, que, além de descrevê-los como um obstáculo ao desenvolvimento, também os tratavam como um único povo, generalizando-os, o que contribuiu com sua invisibilidade histórica.

E que diremos da luta, tantas vezes inevitável que tiveram de travar com os índios, e na qual não poucos pereceram e foram por eles devorados?! Inevitável, dizemos, porque, no estado de fraccionamento em pequenas cabildas, hostis umas as outras, em que os mesmos índios foram encontrados, em todo o atual território do Brasil, ainda quando os colonos, assim brancos como pretos, conseguiam a amizade daqueles do lugar onde desembarcavam, tinham logo por inimigos os inimigos desses novos aliados, e se viam constrangidos a combater aos que destes eram contrários; conforme sucedeu (para citar dois exemplos bem conhecidos) com o Caramurú, na Bahia, e com João Ramalho em Piratininga. E ainda admitindo que muitas vezes abusavam os superiores dos inferiores, os senhores dos escravos, e uns e outros dos índios, como é certo, não é também certo que, a custa das lágrimas do exílio, nos legaram eles a nós, seus herdeiros, as casas fabricadas, as fazendas criadas, as vilas e cidades fundadas, — a vida, a religião, o comércio, a riqueza, a civilização, a pátria em fim? (VARNHAGEN, IX, 1854)

Assim, como nos aponta Darcy Ribeiro (2006), a reconstrução desse processo histórico parece, muitas vezes, impossível, porque só temos o testemunho de um dos protagonistas, o invasor, que é quem nos relata o que sucedeu aos indígenas e aos negros, sendo raros os registros de suas próprias falas.

Focando nos indígenas, podemos dizer que, ao olharmos para o passado, víamos uma historiografia que relegava aos povos originários um papel secundário, como se eles estivessem à disposição dos objetivos do europeu, ou seja, sendo

descritos como povos úteis ou inúteis, bons ou maus, conforme os interesses do colonizador.

Dentro dessa concepção, enquanto inimigos, os indígenas que habitavam o Espírito Santo, especificamente onde hoje se situa o município de Vila Velha/ES, foram tratados por muitos anos como figuras más, que atacaram e expulsaram os portugueses, que lá chegaram. Narrativas que reforçavam a dualidade entre o civilizado e o selvagem.

No dia 23 de maio de 1535, a caravela Glória lançava âncoras na enseada da Prainha, entre os morros da Penha e Inhoá [...]. Portanto, o que mais desejavam naquele instante era sentir aquela terra sob os seus pés. Entretanto ali estava a pequena praia apinhada de aborígenes em interminável bulício. [...] Registros que nos revelariam hoje o choque das culturas do europeu e do ameríndio, do vestido e do mosqueado, do nobre e do nômade, do certo e do errado, do bem e do mau, da teofania e do animismo, do Deus e do Jurupai. (SANTOS, 1999, p. 20-22)

Corroborando essa imagem do indígena como uma figura de atraso, José Teixeira de Oliveira evidencia:

Outras donatarias exibiam mais riquezas, mas, por certo, em nenhuma outra as condições haviam sido mais adversas à implantação do homem europeu. Aqui, a floresta espessa – verdadeira fortaleza oposta às tentativas de penetração – era, mais que qualquer outro acidente de qualquer outra parte do Brasil, uma barreira a contrariar e esmagar os planos de conquista, não só pela sua pujança inigualável, mas, e principalmente, pelo inumerável gentio que abrigava. Décênios, séculos decorreriam até que o homem branco pudesse palmilhar – sem o temor mortal dos primeiros tempos – o território que ficava além das praias marítimas (OLIVEIRA, 2008, p. 18).

Por outro lado, seguindo essa lógica interpretativa, também nos deparamos com enredos nos quais é destinado aos indígenas o papel de aliado, sendo “*colaboradores*” no processo de colonização e, conseqüentemente, heróis da história, por terem auxiliado os portugueses na defesa do território da colônia, como o caso de Araribóia⁷:

Seguiram, de fato, muitos índios flecheiros, sob o comando de Arariboia, que, segundo já escrevemos, durante quatro anos, muito auxiliou no combate aos franceses. Colaborou, assim, na fundação da cidade do Rio de Janeiro, e, pelos seus méritos, foi nomeado Cavaleiro de Cristo, com uma tença de

⁷ Chefe do povo temiminó, pertencente à etnia tupi, que habitou o litoral brasileiro no século XVI, ficando conhecido na história devido à sua aliança com os portugueses, na conquista da baía de Guanabara frente aos tamoios e franceses, em 1567.

Ao analisarmos detidamente o Mapa de Nimuendajú, tendo como cerne o município de Vila Velha/ES, encontramos o litoral capixaba habitado pelos povos do tronco linguístico Tupi. Fato que nos traz alguns questionamentos: Como eles chegaram à região litorânea? Foram os primeiros povos que tiveram contato com os portugueses? Quais memórias os capixabas possuem dos Tupis?

Fonte 7 - Recorte de mapa indicando a presença de grupos indígenas na província do Espírito Santo (1878)



Fonte: Adaptado por BENTIVOGLIO (2017).

Conforme Noelli (1996), os povos Tupis mantinham a posse de seus domínios por longos períodos, expandindo-se para novos territórios sem abandonar os antigos, havendo um consenso acerca da existência de um centro comum de origem (região amazônica) e sobre suas distintas rotas de expansão, mas não a respeito de sua exata localização e dos trajetos utilizados; todavia, apesar das causas que levaram à expansão desses povos ainda serem desconhecidas, acredita-se que possam estar relacionadas a adaptações ecológicas ou a questões culturais.

Desta forma, há duas principais hipóteses reconhecidas pela literatura, que visam justificar o povoamento da costa brasileira por esses povos: A primeira assinala que essas populações partiram juntas até a região da fronteira com o Paraguai e ali se dividiram, uma parte continuando pelo Sul, dando origem à etnia Guaraní (Tupi-Guarani do sul), e outra para o litoral, originando os Tupiniquins (Tupi-Guarani da costa); já a segunda hipótese, supõe que essas duas ramificações tiveram início ainda na Amazônia, e que esses povos já teriam partido de lá como grupos independentes.

Ao direcionar nossos olhares para o território capixaba, Saletto (2011) pontua que, antes da chegada do colonizador no Espírito Santo, os Tupiniquins estariam ao norte, situados desde Ilhéus até a região de São Mateus e que, ao sul, na localidade conhecida atualmente como Anchieta, seria habitada pelos Goitacás; mas, na região central, as informações não seriam tão precisas:

[...] Gabriel Soares de Souza, escrevendo na década de 1570, diz que a região havia sido habitada pelos papanás, que teriam sido expulsos para o sertão pelos goitacás, que assim teriam chegado ao Cricaré. Porém, o mesmo autor afirma mais adiante que os tupiniquins participaram da expulsão dos papanás, e foram os inimigos dos primeiros colonos – fixados na baía de Vitória. Além disso, nas duas grandes rebeliões que quase destruíram a capitania, eles eram os atacantes. Com os goitacás, na década de 1540, e sozinhos em 1557. É difícil acreditar que tão encarniçado inimigo habitasse uma região distante, pois, embora os portugueses talvez realizassem “saltos” (ataques visando a captura) contra eles ao norte do Cricaré, o conflito deveria ser mais agudo com os habitantes do local onde se fixaram, cujas terras ocuparam. Esses, ou se tornariam aliados, e não foi o caso, como veremos, ou ferrenhos inimigos. Finalmente, os jesuítas fazem referências aos tupiniquins no sertão próximo a Vitória, em meados do século. (SALETO, 2011, p. 113-114)

Fato é que o território do Espírito Santo foi marcado pela presença de tradições culturais distintas, mas em relação ao primeiro contato do donatário da capitania do Espírito Santo (Vasco Fernandes Coutinho), com os indígenas, na região que

atualmente é ocupada pelo município de Vila Velha/ES, a historiografia narra que esse encontro tenha ocorrido, provavelmente, com os Tupiniquins.

Os Tupiniquim foram os primeiros a entrar em contato com os invasores europeus, da nau *Grorya*, que em 23 de maio de 1535, sob o comando de “donatário” Vasco Fernandes Coutinho desembarcaram, na então Capitania do Espírito Santo, com a finalidade de iniciar a conquista do território. Recebidos por índios armados, dispostos a defender a terra que lhes pertencia, foi preciso disparar os canhões de modo a dispersá-los, para que os portugueses pudessem desembarcar. Em terra, teve início o projeto colonizador com a construção do primeiro núcleo de povoamento, a Vila do Espírito Santo (hoje conhecida como Vila Velha). (LOUREIRO, 2019, p. 26)

Desta forma, concentro nossa análise nos Tupis da etnia Tupiniquim, uma vez que antes da chegada do colonizador, eram eles que já dominavam boa parte do litoral brasileiro, incluindo o território do Espírito Santo.

Logo, apesar de não termos meios para estudarmos com nitidez o pensamento dos Tupis que habitavam o Espírito Santo, antes da invasão dos europeus, Loureiro (2019) nos traz algumas pistas para compreendermos, tanto como essas populações se organizavam, quanto como elas se constituíram e contribuíram para a formação do território capixaba.

Assim, as aldeias tupiniquins eram compostas de quatro a oito habitações coletivas, que podiam ser ocupadas por até seiscentas pessoas. Entre os tupiniquins, prevalecia a divisão sexual do trabalho, sendo os homens responsáveis pelas tarefas mais pesadas, como a construção das casas e o preparo da terra; já às mulheres competia cuidar dos filhos, semear, colher, entre outros.

Em relação à alimentação, parte era obtida através do cultivo de suas roças - nas quais plantavam mandioca, feijão, milho, amendoim -, da caça, da pesca, da coleta de ostras e mariscos, além da colheita de frutos silvestres, de palmito, de castanha, de folhas e do mel de abelha.

Darcy Ribeiro também relata que dos indígenas herdamos:

[...] a forma de sobreviver nos trópicos. Herdamos um vasto e complexo arsenal de técnicas para sobreviver e se deslocar nesse imenso território. Herdamos centenas de frutos, árvores, ervas, seu trato e seu uso. Herdamos o hábito do banho diário, mas a herança nobre e profunda que os índios nos legaram é o testemunho de que é possível um povo viver magnificamente integrado à natureza, numa trama secreta de coexistência pacífica e amistosa. (RIBEIRO, Darcy O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil – 1995. 2000. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yVWUMOGi6h0>. Acesso em: 11 jan. 2024.

Assim sendo, mesmo diante das diversas lacunas na historiografia acerca dos povos originários de Vila Velha/ES, ou de outras regiões, é essencial que tal fato não restrinja o trabalho do professor de história; por isso, a oficina sugerida neste capítulo tem como objetivo fornecer recursos ao profissional, permitindo-lhe promover o conhecimento e estimular reflexões históricas, mesmo quando as informações são escassas.

Apesar de todo o processo de apagamento da história das populações indígenas - promovido pelo europeu, por nossa historiografia, por interesses econômicos e por nossas legislações; que por muitos anos construíram a ideia da integração dos indígenas à colonização e consequente aculturação e/ou incapacidade, nos levando à sensação do seu desaparecimento, por terem se sucumbido às doenças e/ou à cultura europeia, o que gerou a consecutiva ausência de estudos e maiores investigações acerca dessa categoria social -, as populações indígenas nunca deixaram de existir e nos últimos anos vemos o seu crescimento demográfico.

Portanto, não há como compreendermos a história local de Vila Velha/ES sem observarmos de forma latente a presença dos indígenas, seja através dos nomes das localidades (Itapuã, Itaparica, Jaburuna, entre outros), seja pelo hábito de fazer moqueca na panela de barro ou até mesmo pelo ato de tomarmos banho diariamente.

2.3 Marcos da viagem

Ao analisarmos os marcos legais que regulamentam as relações indígenas, é possível observar uma mudança de concepção ao longo dos anos, que refletem a mentalidade da sociedade do seu período de vigência.

Assim, enquanto em 1973, temos o Estatuto do Índio, que propõe a integração da população indígena e, consequente desaparecimento, por assimilação de outra cultura; em 1988, com o advento da Constituição Federal, vemos uma normativa que visa garantir uma organização social própria, além da manutenção e da valorização da cultura indígena.

Apresenta-se também, como um marco, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), que regulamenta e organiza todos os níveis da

educação; viabilizando, em 1997, a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que, através do tema transversal “pluralidade cultural”, contribuiu para que as escolas incluíssem em seu ensino a diversidade étnica e cultural do Brasil.

O grande desafio da escola é reconhecer a diversidade como parte inseparável da identidade nacional e dar a conhecer a riqueza representada por essa diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação e valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade.” (Parâmetros Curriculares Nacionais - Pluralidade Cultural, 1998, p. 117)

Já em 2008, com a chegada da Lei 11.645, resultado de uma trajetória de lutas do movimento negro e indígena, é dado um grande passo na educação, ao tornar obrigatório o ensino da história e da cultura dos povos indígenas no ensino fundamental e médio das redes públicas e privadas.

Art. 1º O art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (BRASIL, 2008)

Referida lei trouxe mudanças na produção historiográfica brasileira, na confecção dos livros didáticos e no ensino de história; todavia, apresenta-se, ainda hoje, como um enorme desafio ao professor, que muitas vezes não recebeu uma formação adequada para a abordagem do conteúdo em sala de aula e/ou não encontra materiais pertinentes.

Destaca-se, ainda, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que ao direcionar os currículos dos sistemas e das redes de ensino de todo o Brasil, visa unificar os conhecimentos, competências e habilidades a serem desenvolvidas por cada aluno; assim, no que tange ao ensino fundamental, público-alvo do trabalho em

questão, referida normativa potencializa a Lei 11.645/08, ao trazer a temática indígena de forma transversal e integradora entre os componentes curriculares.

Desta forma, apesar das mudanças provocadas pelas leis, há que se pensar que a sua simples vigência pode não trazer as transformações sociais necessárias; assim, o professor, conjuntamente com a escola, passa a ter um papel essencial, tirando o foco do ensino centrado na figura do indígena escravizado, catequizado, explorado e parado no tempo; trazendo para o contexto escolar novas reflexões, que façam com que o aluno enxergue os indígenas enquanto sujeitos históricos, responsáveis pela construção histórica global e local.

Assim, trabalhar a Lei Federal 11.645/08 nas escolas, além de ser uma obrigação de todos, fomenta o combate ao preconceito e valoriza a diversidade cultural da população brasileira, rompe com a visão eurocêntrica da história, promove o olhar para o local e viabiliza uma história inclusiva, possibilitando que os alunos, ao olharem para o passado, compreendam-se enquanto sujeitos do presente.

2.4 Segunda estação de memórias: Se as ruas de Vila Velha fossem nossas ...

2.4.1 Apresentação da oficina

Ao andar pelas ruas das cidades, raramente refletimos acerca dos nomes atribuídos a cada localidade. Esses espaços possuem uma história e seus nomes, geralmente, expressam um saber.

Olhando para os nomes atribuídos às diversas localidades do município de Vila Velha/ES, é comum nos depararmos com nomenclaturas indígenas, sendo indicadores da presença desta população nesse território. Portanto, seriam essas localidades, lugares de memória? Ao olharmos para os mapas, conseguimos identificar por que determinados nomes foram atribuídos às localidades? E, por que esses nomes foram preservados?

Atualmente, conforme dados estatísticos do IBGE, 1010 pessoas se declaram indígenas no município de Vila Velha/ES, um quantitativo relativamente pequeno para

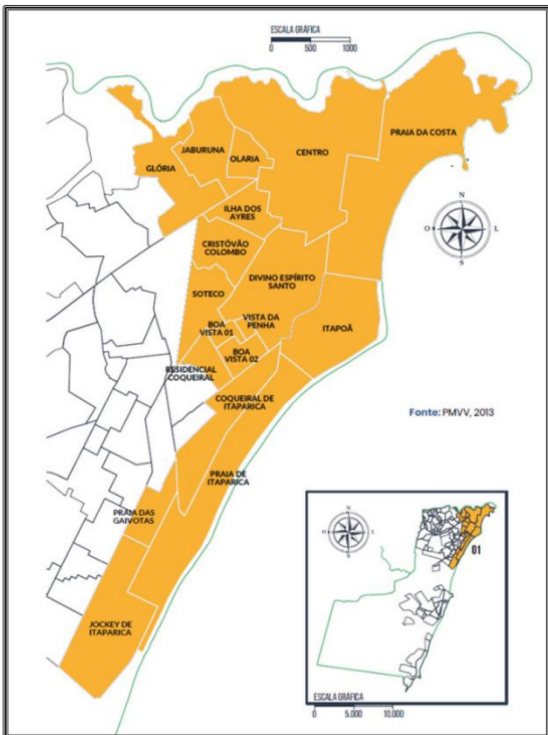
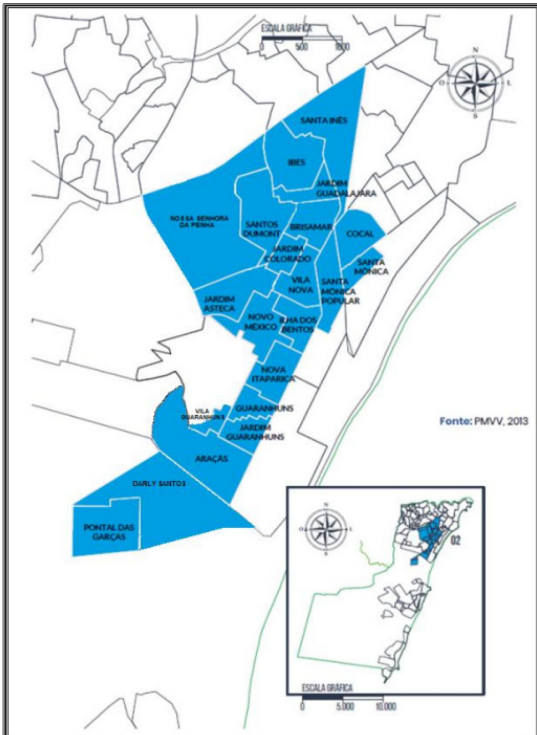
uma população, que no passado, através de sua resistência, obrigou o colonizador a alterar a sede da capitania para outra localidade.

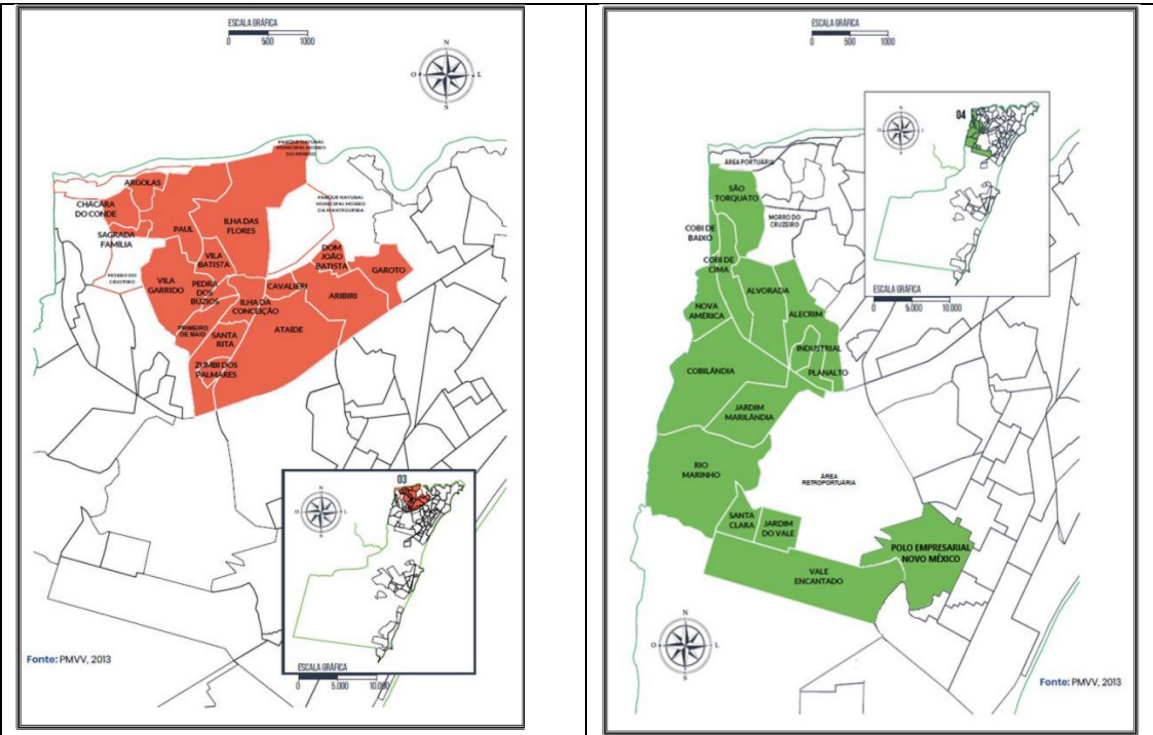
ROTA	Nesta oficina entraremos em contato com os mapas das cinco regiões administrativas de Vila Velha/ES, tendo por objetivo identificar os espaços de memória correlacionados à cultura indígena. A oficina será composta por três etapas, que visam discutir o conceito e espaços de memória, os saberes transmitidos por esses lugares; bem como identificar a presença do indígena na cidade de Vila Velha/ES.
DURAÇÃO DA VIAGEM	3 etapas de 50 minutos.
PASSAGEIROS	Esta oficina foi elaborada pensando nos alunos de 6ºs Anos do Ensino Fundamental.
BAGAGEM	1. Mapas das cinco regiões administrativas de Vila Velha/ES 2. Lápis e Borracha 3. Ficha de registros 4. Folha A4 5. Jogo da Memória 6. Tesoura
PREPARAÇÃO DA BAGAGEM	1. Organize as carteiras da sala de aula, possibilitando o trabalho em dupla.
PONTO DE EMBARQUE	História: tempo, espaço e formas de registros
OBJETIVO DA VIAGEM	As origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização.
EMBARQUE	1ª Etapa: 1. Em dupla, ao receberem os mapas das cinco regiões administrativas de Vila Velha, observem os nomes dos bairros e circule aqueles que vocês acreditam que possuem origem indígena. 2. Leiam as cartas do jogo de memória e descubra o significado dos nomes que circularam.

	3. Ainda em dupla, ao preencherem a ficha de registro, discutam e respondam os seguintes pontos: 3.1 – Vocês conhecem todas as localidades que circularam? 3.2 – Sabiam o significado dos nomes que circularam? 3.3 – Acreditam que há uma correlação entre a localidade e o seu significado? Exemplifique. 3.4 – Existem outras palavras de origem indígena que vocês utilizam no cotidiano? Quais? 3.5 – Por que Vila Velha possui várias localidades com nomes indígenas? 2ª Etapa: 1. Após concluir a etapa 1, pense ou pesquise outros espaços de memória que recebem nomenclatura de origem indígena e crie suas próprias cartas; 2. Recortem as cartas para confecção de um jogo de memória; 2. Embaralhe as cartas; 3. Coloque as cartas sobre a mesa com o verso para cima; 4. O primeiro jogador deve virar duas cartas, se as cartas forem correspondentes ele deve retirá-las e guardá-las, jogando novamente; 5. Caso as cartas sejam diferentes, o jogador vira novamente a face para a mesa, passando a sua vez para o próximo jogador; 6. O jogo termina quando todos os pares forem encontrados; 7. Ganha aquele que acumular o maior número de cartas.
COMPARTILHE A VIAGEM	3ª Etapa:

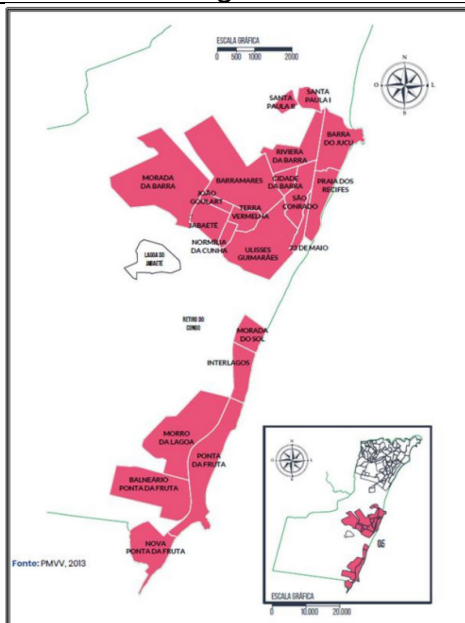
	Ao final pode-se realizar uma roda de conversa abordando o porquê do jogo receber esse nome (Jogo da Memória), se todos os indivíduos possuem o mesmo conjunto de memórias e, por fim, qual a sua relação com os locais mencionados nas cartas.
PONTO DE CHEGADA	(EF06HI05) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas.

BAGAGENS

Região 1	Região 2
 Mapa da Região 1, destacando áreas em laranja. O mapa mostra a costa e o interior com diversos bairros e pontos de interesse. A escala gráfica varia de 0 a 1000 metros. Um inseto no canto inferior direito mostra a localização da região no contexto de uma cidade maior, com uma escala de 0 a 10.000 metros. A fonte é citada como PMVV, 2013.	 Mapa da Região 2, destacando áreas em azul. O mapa mostra a costa e o interior com diversos bairros e pontos de interesse. A escala gráfica varia de 0 a 1000 metros. Um inseto no canto inferior direito mostra a localização da região no contexto de uma cidade maior, com uma escala de 0 a 10.000 metros. A fonte é citada como PMVV, 2013.
Região 3	Região 4



Região 5



Ficha de Registros
Se as ruas de Vila Velha fossem nossas...

1. Vocês conhecem todas as localidades que circularam?



2. Vocês sabiam o significado dos nomes que circularam?	
3. Acreditam que há uma correlação entre a localidade e o seu significado? Exemplifique.	
4 Existem outras palavras de origem indígena que vocês utilizam no cotidiano? Quais?	
5. Por que Vila Velha possui várias localidades com nomes indígenas?	

JOGO DA MEMÓRIA			
1 ITAPARICA	1 O Cercado de Pedra Praia do município de Vila Velha	2 ITAPUÃ	2 A Pedra com pontas ou dedos Praia e Bairro de Vila Velha
3 JABURUNA	3 O Jaburu Negro Aves há muito desaparecidas dos banhados capixabas	4 ARIBIRI	4 O rio da barata O termo barata se refere a um peixinho de água doce com escamas (sardinhas, lambaris ou assemelhados).
5 COBI	5 O Mato azul, remete a uma planta, a anileira Atualmente é o nome atribuído a um morro de Vila Velha	6 JUCU	6 Brejal ou Alagadiço Local com muita abundância de caranguejos, peixes, aves e mosquitos

3 “PEGANDO O BONDE ANDANDO”: A CHEGADA DO COLONIZADOR

3.1 Ao redor dos trilhos

Estudar o passado do Espírito Santo no período em que a capitania era parte do tabuleiro do jogo de Portugal para o Atlântico e Índia frente a uma competição com outras nações europeias é tarefa complexa e agravada pela dificuldade do acesso às fontes e pelo atraso na formação de uma crítica historiográfica vigorosa e permanente sobre o tema. (RIBEIRO, 2012, p. 171)

“Venha de onde vier, vamos chegando devagar, veja a beleza desta terra...”, inspirada por estes versos do hino de Vila Velha/ES, convido os leitores a explorarem um pouco mais a história desta localidade.

O município de Vila Velha é hoje o segundo mais populoso do estado do Espírito Santo, localizado na região sudestes, fazendo divisa com o Oceano Atlântico, a capital, Vitória, e com os municípios de Cariacica, Viana e Guarapari, possuindo atualmente uma população estimada em 467.722 (quatrocentos e sessenta e sete mil setecentos e vinte e duas) pessoas, sendo que destas, 99,5% estão concentradas no núcleo urbano⁹.

⁹ Para maiores informações sobre o assunto, consultar: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/vilavelha/pesquisa/23/22107?tipo=ranking&indicador=22242>.

Figura 8 - Mapa do Município de Vila Velha



Fonte: Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil – Julho/2020.

Ao analisarmos a cidade de Vila Velha/ES, percebemos que seu passado histórico é anterior à chegada do europeu; todavia, sua atual configuração territorial e populacional, bem como seus aspectos sociais, políticos e econômicos, sofreram influências diretas das intervenções feitas pelo colonizador.

Em 1534, D. João III, rei de Portugal, fez a doação de uma capitania hereditária com cinquenta léguas de terra sobre a costa do Brasil, desde o rio Cabapuana até o rio Mucuri, a Vasco Fernandes Coutinho, que se destacou nas conquistas de territórios da África e da Ásia, sendo membro de uma das famílias de fidalgos portuguesa.

Hei por bem de lhe fazer, como de efeito por esta presente carta faço mercê e irrevogável doação entre vivos valedora deste dia para todo sempre de juro, e herdade para ele, e todos seus filhos, netos, e herdeiros, e sucessores, que após ele vierem assim descendentes, como transversais, e colaterais segundo adiante será declarado de cinquenta léguas de terra na dita Costa do Brasil as quais se começarão na parte onde acabarem as cinquenta léguas de que tenho feito mercê a Pedro de Campo Tourinho e correrão para a banda do Sul tanto quanto couber nas ditas cinquenta léguas, entrando nesta capitania quaisquer Ilhas, que houver até dez léguas ao mar, na fronteira, e demarcação destas cinquenta léguas se entenderão, e serão de largo ao longo, digo léguas de que assim faço mercê ao dito Vasco Fernandes, as quais cinquenta se entenderão e serão de largo ao longo da Costa, e entrarão na mesma largura pelo Sertão, e terra firme a dentro tanto quanto puderem entrar e for de minha Conquista da qual terra pela sobredita demarcação lhe assim faço doação, e mercê de jure e herdade para todo o sempre, como dito é. E quero, e me praz que ao dito Vasco Fernandes e a todos seus herdeiros, e Sucessores que a dita terra herdarem e sucederem se possam chamar, e chamem, Capitães, e Governadores dela. 26/09/1534:

Traslado da doação da capitania do espírito santo, de que é capitão vasco fernandes coutinhoHistória Capixaba. Disponível em: <https://historiacapixaba.com/documentos/26-09-1534-traslado-da-doacao-da-capitania-do-espirito-santo-de-que-e-capitao-vasco-fernandes-coutinho/>. Acesso: 17 ago. 2024.

Desta forma, em vinte e três de maio de 1535, dia atribuído a Pentecostes, pela igreja católica, Coutinho, com sua caravela Glória e mais sessenta homens, chega à enseada da Prainha, entre os morros da Penha e Inhoá, atribuindo, como primeiro nome da localidade de Vila Velha, Vila do Espírito Santo.

Conforme Daemon (2010), ao chegar à capitania, o donatário, fazendo uso dos direitos que lhes fora concedido, ordenou a construção das primeiras moradias, o plantio de sementes que trouxera na viagem, a edificação de um forte, a construção de uma pequena capela próximo à praia (que deu origem à Igreja de Nossa Senhora do Rosário), a instalação do primeiro engenho de açúcar e a concessão de sesmarias.

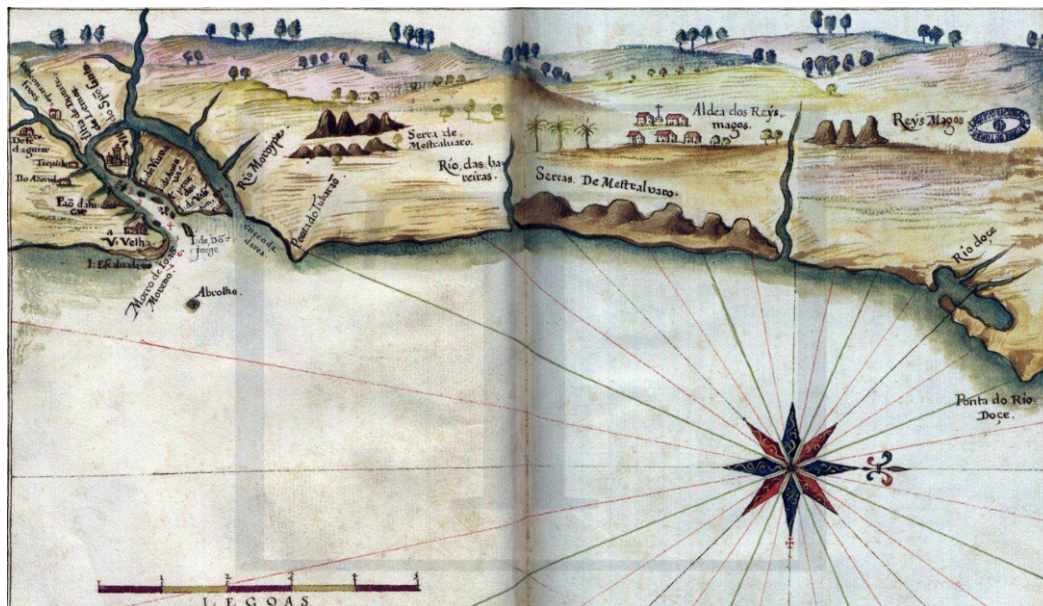
Segundo Ribeiro (2012), por volta do século XVI, existiam os seguintes engenhos de açúcar na capitania do Espírito Santo:

Engenho Santo Antonio, de Henrique Manoel de Medeiros (residente em Lisboa), construído em 1577 na Ribeira da Arittaguape, Vila Velha; engenho Santo Antonio, de Leonardo Fróes e Henrique Manoel de Medeiros, na localidade de Roças Velhas, Vila Velha, reconstruído em 1592; engenho de Nossa Senhora do Rosário, de Leonardo Fróes (residente em Lisboa), em Roças Velhas, Vila Velha, construído em 1601; o engenho São Francisco, construído na localidade de Itaquari termo de Vila Velha, pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho foi vendido a Diogo Rodrigues (residente em Évora), parece ter se acabado. Por volta de 1576, no mesmo local, Anrique Rodrigues Barcellos construiu um novo engenho São Francisco. Este engenho parece ter sido vendido ao mesmo Diogo Rodrigues que cuidou de reconstruí-lo em 1596; engenho Trindade, construído em 1583 por Miguel de Azeredo em Ribeira de Manicara (ou rio de maguanicara ou maguaricara), ou Ribeira do Coripe, em Vila Velha. Este engenho foi reedificado em 1594. Após outra reedificação em 1609 mudou de nome para engenho São Miguel e foi vendido para Leonardo Fróes; engenho de Santtiago de Guaraparim, de Marcos Fernandes Monsanto, merquador, residente em Lisboa, construído em Vila Velha em 1588 (ou 1592) e reconstruído em 1598; engenho de Nossa Senhora da Paz, de Marcos Fernandes Monsanto, construído em Guaraparim, termo de Vila Velha, em 1599. Em 1618, o mesmo Marcos Fernandes Monsanto, em que pese ser morador de Lisboa, já figurava como feitor da capitania e, junto com seu filho Luis Correa Monsanto, possuía outros 2 engenhos: o de Nossa Senhora do Rosário, em Guaraparim, e outros engenhos em Perocão, localidades pertencentes a Vila Velha. (RIBEIRO, 2012, p. 188-189)

Alguns desses engenhos listados por Ribeiro, como o de Leonardo Froes, denominado Engenho de Nossa Senhora do Rosário, e o Engenho Trindade de Miguel

de Azeredo, também foram representados no mapa confeccionado em 1631, por João Texeira Albernaz.

Figura 9 - Capitania do Espírito Santo, de 1631



Fonte: As representações cartográficas da Capitania do Espírito Santo no Século XVII.

Quanto às sesmarias, os donatários deveriam distribuí-las gratuitamente, àqueles que possuísem condições de cultivá-las, devendo os receptores serem cristãos e obrigados a pagar o dízimo. Ocorre que, no Espírito Santo, a maioria das concessões de sesmarias não foi regularmente feita (LOUREIRO, 1988).

Todavia, em Vila Velha, encontramos alguns registros dessas concessões, podendo ser citadas a doação das terras referentes ao Convento da Penha, à Ordem Franciscana, feita no governo de Luiza Grinalda¹⁰, no ano de 1591. E, posteriormente, na mesma localidade, os beneditinos foram contemplados com o legado da sesmaria de Boa Vista.

Em 1589, no governo de Luíza Grinalda, aqui chegaram, vindos da Bahia, dois beneditinos, o frei Damião Fonseca e o irmão-donato de nome Basílio. Acalentavam o propósito de construir um mosteiro em Vila Velha. Muito bem recebidos pela governadora, esta lhes ofereceu uma casa construída numa elevação situada na sesmaria Boa Vista, recebida por doação de seu marido Vasco Filho. Depois de o mosteiro ser ali instalado, a elevação passou a ter o nome de Ilha dos Bentos. Mais tarde, em 1594, todo o sítio, inclusive a Ilha dos Bentos, foi oficialmente doado à ordem dos beneditinos. Talvez a grande distância entre a propriedade rural e a sede da Capitania

¹⁰ Há divergências, entre os historiadores, sobre o verdadeiro sobrenome da primeira mulher governadora da capitania do Espírito Santo: Grinaldi, Grimaldi, Grimalda ou Grinalda.

haja desencorajado os religiosos a permanecer no local, pois na Vila de Vitória a ordem havia iniciado a construção de um convento em terras também doadas pela governadora. O certo é que, tempos depois, a sesmaria Boa Vista com a Ilha dos Bentos passou para o domínio dos franciscanos que arrendaram o sítio a terceiros. (FILHO. 2013. Disponível em: <https://www.morrodomoreno.com.br/materias/ilha-dos-bentos.html>, acesso em: 20 mar. 2024.

Voltemos à chegada do colonizador ao território capixaba, momento no qual eles se depararam com os indígenas que habitavam a localidade, fato que sinaliza as inúmeras dificuldades que os portugueses enfrentariam para se estabelecerem na capitania do Espírito Santo.

A historiadora Nara Saletto (2011) aponta que o número reduzido de colonos e a insuficiência de recursos para dominarem os indígenas fizeram com que os portugueses vivessem praticamente encurralados junto ao mar, levando o capitão donatário, após cinco anos de sua chegada à capitania, a regressar a Portugal, na tentativa de conseguir recursos financeiros e pessoas dispostas a ocuparem as terras. Entretanto, ao retornar à Vila do Espírito Santo, Vasco Coutinho encontrou a capitania em ruínas, os indígenas fortalecidos e os colonos portugueses desanimados.

Deste modo, a localidade de Vila Velha permaneceu como sede da capitania por cerca de vinte anos, quando o donatário, após a vila ter sofrido diversos ataques da população indígena residente na localidade, resolveu transferi-la para a Ilha de Vitória, denominada Vila Nova, passando a Vila do Espírito Santo a ser conhecida, em oposição, como a Vila Velha.

A partir da mudança da sede da capitania para a Vila de Vitória, Santos (1999) relata que Vila Velha foi praticamente abandonada pelo colonizador, passando a receber escassos recursos. O autor também narra que, após a alteração da sede da capitania, alguns homens brancos preferiram continuar vivendo entre os nativos, de quem conquistaram a confiança e com quem tiveram filhos.

Referido registro é evidenciado por meio dos relatos de alguns visitantes, que ao passarem por Vila Velha, através de expedições realizadas no período colonial, como a do príncipe naturalista alemão Maximiliano de Wied-Neuwied, ocorrida entre os anos de 1815 a 1817, apontaram:

Após breve estadia em Guarapari, a tropa segue viagem, passando por Perocão e Ponta da Fruta, “onde várias casas, à sombra de pequeno bosque, formam uma aldeia dispersa, cujos habitantes, descendentes de negros

portugueses, receberam-nos bem”, de lá, “vimos, numa montanha distante, o convento de Nossa Senhora da Penha, perto da Vila de Espírito Santo, para chegarmos à qual tínhamos de viajar cinco léguas”.

Transposto o percurso entre Ponta da Fruta e a Vila do Espírito Santo, finalmente a comitiva de Maximiliano atinge Vila Velha, uma “pequena e miserável vila aberta, construída quase toda numa praça. Numa das extremidades fica a igreja, e na outra, a Casa da Câmara (edifício real, de Câmara Municipal)”. (NASCIMENTO, 2018, p. 71-72)

Encontramos, também, nos relatos feitos pelo naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, a partir de suas viagens exploratórias realizadas entre os anos de 1816 e 1822, alguns registros acerca de Vila Velha, que além de destacar o estado em que encontrou a vila, traz outras possíveis razões, para além da presença dos indígenas, que teriam levado à transferência da sede da capitania para a Vila de Vitória:

Os ataques dos selvagens, originariamente muitos repetidos, forçaram logo os europeus a se retirarem para a ilha de Duarte de Lemos. Porém, outras razões ainda contribuíram para impedir que a Vila do Espírito Santo ou Vila Velha adquirisse alguma importância: as águas são ali de má qualidade, o ancoradouro, à beira do qual a vila foi construída, é raso e as embarcações não podem navegar nele; e por último as terras da vizinhança são por demais arenosas para serem cultivadas. Vila Velha se conservou sede de uma paróquia e de um termo administrado por 2 juizes ordinários e um senado municipal (câmara). Contudo, está suposta vila é apenas um aldeamento formado quase exclusivamente de cabanas meio arruinadas. Se bem que vizinhas das montanhas, essas cabanas são construídas sobre um terreno plano e são apenas cerca de quarenta. As menos estragadas se alongavam mais ou menos juntas até o mar e o lado oposto a este é tomado pela igreja. Não podendo aproveitar suas terras, os habitantes de Vila Velha vivem apenas da pesca; são muito pobres e o número diminui a dia a dia (...). (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 240)

Por sua vez, em 1860, D. Pedro II, em visita à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, deixa registrado em seu diário suas impressões acerca da Vila:

O lugar de Vila Velha é uma várzea excelente para uma cidade, com enseada e perto da costa; só o medo dos caboclos faria mudar os habitantes para a Vitória.

A matriz que não tem vigário há bastante tempo.

Concerta-se tudo na Vila, está em decadência, é uma espécie de São Vicente de São Paulo. (ROCHA, 2008, p.116)

Ressalta-se que, por volta de 1750, Vila Velha foi estabelecida como um distrito e, posteriormente, na fase republicana do Brasil, através da lei estadual 212 de 30 de novembro de 1896, elevada à categoria de cidade. Ocorre que o município se viu incorporado à cidade de Vitória por duas vezes, a primeira em 1931 (Decreto-lei estadual 1.102/1931) e a segunda, em 1934 (Decreto-lei estadual 15.177), perdurando

tal situação até a Constituição Estadual de 1947, momento no qual foi definitivamente emancipada. E, em 1958, passou a ter oficialmente a denominação de Vila Velha.

Assim, a chegada dos europeus ao território de Vila Velha/ES alterou completamente a dinâmica local. Os portugueses, que inicialmente ocuparam a área da Prainha – local do primeiro desembarque do capitão donatário –, expandiram gradativamente seu domínio para outras regiões, resultando na expulsão dos indígenas da região.

Seguindo viagem ...

3.2 Sob as rotas do ensino de história no Brasil

[...] Pensar o ensino de história na sua historicidade significa buscar, se não soluções definitivas, ao menos uma compreensão mais clara sobre o que significa, hoje, ensinar história nas escolas. (FONSECA, 2011, p. 7)

À medida que avançamos em nosso percurso, surgem algumas questões: será que podemos compreender as narrativas históricas acerca de Vila Velha/ES, sem olharmos para a trajetória do ensino de história no Brasil? Estaria a história local desassociada de um contexto nacional ou global?

Ainda hoje, é possível observar os inúmeros resquícios de uma construção historiográfica, que enaltece a figura do colonizador, embutindo a ideia de que a localidade de Vila Velha/ES só tem início a partir da chegada do europeu, colocando o indígena como um obstáculo ao desenvolvimento e anulando e/ou silenciando a figura do negro.

Assim, ao regressarmos à história do ensino de história, vemos que, apesar da difícil tarefa em precisar esse ensino no Brasil antes do século XIX, as suas rotas começam a ser traçadas e sistematizadas com a chegada do colonizador.

Desta forma, a educação escolar no período colonial foi marcada pela presença dos jesuítas, que aqui chegaram em 1549, sendo responsáveis pela conversão dos indígenas à fé católica e pela escolarização formal dos brancos; bem como pela estruturação do ensino, utilizando como método a repetição e a memorização; trazendo, no que tange à história, uma proposta de cunho religioso, ligada às questões

sacras. O objetivo era formar um bom orador capaz de fazer uma preleção erudita em esferas políticas ou em sermão da igreja (BITTENCOURT, 2018).

[...] O ensino jesuítico tinha como eixos o estudo da Gramática, da Retórica, das Humanidades, da Filosofia e da Teologia e previa a utilização de um elenco predeterminado de textos gregos e latinos, entre os quais figuravam autores como Tito Lívio, Tucídides, Xenofonte e Tácito. Era por meio desses historiadores da Antiguidade greco-romana que os estudantes dos colégios inacianos tinham contato com a História, visando ao estudo dos cinco eixos definidos pelo Ratio Studiorum. A História não se constituía, pois, como disciplina escolar e tinha, na verdade, função instrumental, com objetivos exteriores a ela. (FONSECA, 2011, p. 39).

Logo, neste primeiro momento, a coroa portuguesa pouco se envolveu no processo educacional da colônia brasileira, deixando essa tarefa nas mãos da Companhia de Jesus. “No entanto, interferiu em algumas questões, como no impedimento da criação de universidades no Brasil, com intuito de garantir certo grau de dependência e controle sobre a formação intelectual das elites coloniais” (FONSECA, 2011, p.42).

Com a expulsão dos jesuítas e consequentemente as reformas pombalinas do século XVIII, o ensino passa a ser de responsabilidade do estado brasileiro, tendo por enfoque apresentar aos educandos o passado glorioso da nação e os feitos da pátria.

Mas foi apenas com a independência do Brasil que a história passou a se constituir como uma disciplina escolar, ao tornar-se um componente curricular do Colégio Pedro II, tendo como principal função, conforme Bittencourt (2008), “criar uma identidade nacional”.

Pode-se afirmar que a construção do código disciplinar da História no Brasil tem como marco institucional fundador o Regulamento de 1838 do Colégio D. Pedro II, que determinou a inserção da História como conteúdo no currículo. Em obra considerada uma referência para o estudo da história do ensino de História no Brasil, Nadai (1993), além de considerar esse momento como o marco fundador da história enquanto disciplina escolar no Brasil, indica alguns matizes que delinearam o que pode ser considerado como elementos do código disciplinar da História na sociedade brasileira no período. (SCHIMIDT, 2012, p. 73)

É importante destacar que, mesmo pós-independência, o principal objetivo do sistema educacional brasileiro continuava sendo a formação das elites, a busca pela construção de uma identidade nacional e o reforço do sentimento patriótico, o que levou a história a ocupar um papel de destaque entre as disciplinas escolares.

Em 1838, a história torna-se objeto de discussão do recém-criado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), um dos órgãos responsáveis pela produção do conhecimento historiográfico, que buscava compreender a diversidade brasileira e construir uma identidade nacional, tendo papel fundamental na elaboração de uma história nacional e na sua difusão por meio da educação, especificamente, através do ensino de história.

Por conseguinte, o IHGB lançou um concurso de monografias a respeito do melhor plano de escrita da história do Brasil, terminando vitorioso Von Martius, que propôs uma história que partisse da mistura das três raças para explicar a formação da nacionalidade brasileira, ressaltando o elemento branco e sugerindo um progressivo branqueamento como caminho seguro para a civilização.

Já a partir de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e, através da Reforma Francisco Campos, ocorre uma mudança no sistema educacional, sendo uniformizado o currículo ao nível nacional, retirando a autonomia das instituições de ensino e colocando o estudo da história como instrumento central da educação política. Em que pese essas transformações ocorridas no ensino da história, a história do Brasil continuou sendo tratada como um apêndice da história da civilização europeia, valorizando os fatos que marcaram o desenvolvimento da Europa, incluindo a história do Brasil somente a partir do século XV, com o processo de expansão marítima realizada pelos portugueses (FONSECA, 2011).

A Reforma Francisco Campos, de 1931, promoveu a centralização das políticas educacionais e do gerenciamento da educação no recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública e definiu programas instrucionais sobre métodos de ensino. Isso retirava das escolas autonomia para elaboração dos programas, que passavam a ser de competência exclusiva do Ministério. Essa centralização significava, na prática, a unificação de conteúdos e de metodologias, em detrimento de interesses regionais. (FONSECA, 2011, p. 56)

Posteriormente, no governo de Getúlio Vargas, entra em vigor a Reforma Gustavo Capanema, que restabeleceu a história do Brasil como uma disciplina autônoma e a destacou como fundamental para a formação moral e patriótica do povo brasileiro. Assim, a educação deveria estar a serviço da nação, perdendo o seu caráter propedêutico.

O retorno da História do Brasil como disciplina autônoma ocorreu pela Reforma Capanema de 1942, com uma renovação curricular fundamentada

nas *Humanidades modernas*, sob princípios de um nacionalismo patriótico e cívico, cujo conteúdo foi distribuído em várias séries, mas, manteve o referencial da civilização europeia. (BITTENCOURT, 2018, p.139)

Assim, no referido governo, ao perceber a importância da disciplina de história na formação da identidade nacional, traçou estratégias que perpassavam desde as políticas voltadas para a preservação do patrimônio histórico até a celebração da memória da nação, através das festas cívicas, que tinham o caráter pedagógico de formar e exteriorizar memórias e valores.

Com o advento do regime militar, as concepções de história não sofreram grandes transformações, tendo permanecido a herança tradicional, que dava destaque aos fatos políticos e às bibliografias de personalidades consideradas importantes na formação da história.

Na década de 1980, com o processo de redemocratização, ocorreu um movimento de reforma curricular, no qual foram realizadas e discutidas novas propostas e projetos na área de história, visando construir uma disciplina cada vez mais crítica e dinâmica, rompendo com a visão linear, positivista, factual e heroica. Tais transformações resultaram na promulgação da última versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998 (PCN), visando direcionar e centralizar o ensino.

A LDB, por sua vez, quando de sua constituição, previu a criação de uma Base Comum Curricular (BNCC), tendo por intuito unificar o ensino, estabelecendo os conhecimentos, as habilidades e as competências necessárias ao desenvolvimento do aluno ao longo da escolarização básica; sendo capaz, em tese, de promover a formação integral do indivíduo; todavia, traz também o alinhamento do ensino brasileiro às políticas internacionais.

A construção de “uma base nacional comum curricular” (BNCC), prevista na LDB de 1996, em processo de finalização, tem se realizado de forma inédita com prioridade a interlocutores internacionais e, internamente, com uma exclusão quase que total das universidades, delegou sua elaboração a gestores empresariais cujos princípios se fundamentam nas premissas do Banco Mundial. Sob essa política, os currículos brasileiros ficam submetidos a uma avaliação externa, que passa a determinar conteúdos e métodos sob modelo internacional. Uma primeira consequência desse modelo imposto externamente reside na perda do poder dos professores na organização das suas aulas assim como seu poder de criação, de adaptação metodológicas e mesmo de opções de materiais didáticos diante de uma realidade educacional caracterizada por uma enorme diferenciação cultural e socioeconômica nas salas de cursos noturnos, de Educação de Jovens e Adultos... (BITTENCOURT, 2018, p.143)

Apesar de todas as mudanças ocorridas no ensino de história, ainda temos um longo caminho a ser trilhado, pois estamos falando de uma municipalidade, que no presente, comemora a sua fundação no dia 23 de maio, momento da chegada do colonizador ao seu território, atribuindo a essas festividades o dia em que se celebra a “*Colonização do Solo Espírito Santense*”, e que, apesar do nome, é considerado feriado apenas na localidade de Vila Velha.

Figura 10 - Notícia veiculada no jornal A Gazeta do dia 18 de maio de 2023



Fonte: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/colonizacao-do-solo-espirito-santense-onde-e-feriado-em-23-de-maio-0523>. Acesso em: 13 abr. 2024.

Isto posto, ao observarmos a trajetória do ensino de história no Brasil, resta claro que este é um espaço de constantes lutas e disputas, que visam à formação de identidades que variaram ao longo do tempo.

Assim, ao se pensar o ensino de história na atualidade, não há como desassociá-lo da compreensão dos sujeitos históricos e de suas vivências. Há que se dar sentindo ao que se estuda e ao que se aprende, ultrapassando as barreiras da memorização, passando-se “a valorizar, cada vez mais, a cultura escolar, os saberes e as práticas educativas, desenvolvidas em diferentes lugares por docentes e outros atores do processo educativo” (SILVA *et al.*, 2010, p.13).

Logo, os profissionais da área sempre devem estar atentos ao fato de que um currículo nunca é neutro, é sempre resultado de um recorte temporal, que visa atender os interesses de um determinado grupo.

Pensar nos lugares, nos papéis, na importância formativa da História no currículo da Educação básica requer concebê-la como conhecimento e prática social, em permanente (re)construção, um campo de lutas, um processo de inacabamento. Um currículo de História é, sempre, produto de escolhas, visões, interpretações, concepções de alguém ou de algum grupo que, em determinados espaços e tempos, detém o poder de dizer e fazer. Os currículos de História – sejam aqueles produtos das políticas públicas ou da indústria editorial, sejam os currículos construídos pelos professores na experiência cotidiana da sala de aula – expressam visões e escolhas, revelam tensões, conflitos, acordos, consensos, aproximações e distanciamentos. (SILVA *et al*, 2010, p.17)

Portanto, ao pensarmos o currículo de história, temos que ter em mente que essa mesma legislação que limita o trabalho docente é a que viabiliza e assegura, hoje, a abordagem de temas sensíveis e necessários, como as questões indígenas, afro, de gênero, entre outras. Assim, é possível propor abordagens ao conteúdo de história que visem dar protagonismo ao aluno, partindo de sua realidade e de suas vivências, levando os estudantes a se perceber enquanto sujeito histórico do seu tempo.

Todavia, você leitor pode estar, neste momento, se perguntando: Como fazer para gerar o protagonismo do aluno e romper com historiografias sedimentadas e muitas vezes produzidas apenas a partir do olhar do europeu?

Convido-o a seguir viagem até a próxima estação de memórias...

3.3 Terceira estação de memórias - “Pegando o bonde andando: a chegada do colonizador”

3.3.1 Apresentação da oficina

Na história, é comum ouvirmos falar que não é cabível o uso da expressão “se”, pois apesar das inúmeras suposições que possamos fazer acerca de acontecimentos que poderiam ter ocorrido de outra forma, são apenas inúmeras variantes que poderiam nos conduzir a resultados bem distintos dos quais possamos imaginar.

Se o Brasil não tivesse sido colonizado pelos portugueses?.... Se o Espírito Santo não tivesse como donatário Vasco Fernandes Coutinho?... Mas, fato é que o

Brasil passou por um processo de colonização que interferiu nas suas relações sociais, econômicas, políticas e territoriais.

Desta forma, compete à história olhar para esse passado como via de entender o presente, ou seja, compreender que a Vila Velha/ES de hoje perpassa por um passado histórico que deve ser analisado não apenas pelo viés do colonizador, mas por seus diversos interlocutores.

ROTA	Nesta oficina entraremos em contato com diversas fontes históricas produzidas a partir da chegada do colonizador português ao Brasil, e por conseguinte, na atual localidade de Vila Velha/ES. A oficina será composta por três etapas, que visam problematizar, analisar e observar as permanências e rupturas ocorridas a partir das intervenções europeias no território apossado.
DURAÇÃO DA VIAGEM	3 etapas de 50 minutos.
PASSAGEIROS	Esta oficina foi elaborada pensando nos alunos de 6 ^{os} Anos do Ensino Fundamental.
BAGAGEM	1. Envelope 2. Cartas com as pistas 3. Fichas de registro 4. Lupa 5. Celular 6. Internet 7. Lápis 8. Borracha
PREPARAÇÃO DA BAGAGEM	1. Divida a sala em grupos compostos por no máximo quatro integrantes. 2. Organize as carteiras da sala de aula, possibilitando o trabalho em grupo. 3. Entregue um envelope por grupo, contendo as cartas com as pistas acerca da história local de Vila Velha/ES e as fichas de registro. 4. Distribua uma lupa por grupo.

PONTO DE EMBARQUE	História: tempo, espaço e formas de registros
OBJETIVO DA VIAGEM	* A questão do tempo, sincronias e diacronias: reflexões sobre o sentido das cronologias. * Formas de registro da história e da produção do conhecimento histórico.
EMBARQUE	1ª Etapa: 1. Divida os alunos em grupo com quatro componentes. 2. Cada grupo deverá atuar como verdadeiros detetives históricos, lendo, investigando e analisando o passando de Vila Velha/ES a partir das pistas/fontes históricas selecionadas. 3. Ainda em grupo, ao preencherem a ficha de registro, os componentes deverão discutir e responder os seguintes pontos: 3.1 – Se vocês estivessem na posição dos indígenas, como imaginam que seriam suas sensações/reações ao avistar a chegada das embarcações europeias? 3.2 – Ao ler sobre a descrição da terra, das águas e da vegetação, vocês conseguem imaginar como seria viver nesse ambiente, antes da chegada do europeu? 3.3 – A partir das pistas, cite as principais intervenções feitas pelo europeu no território brasileiro: 3.4 – Como a chegada de Vasco Coutinho à capitania do Espírito Santo impactou a população local e os aspectos sociais e econômicas da região? 3.5 – A partir da análise das pistas, vocês acreditam que as intervenções feitas por Vasco Fernandes Coutinho, afetaram o processo de ocupação territorial da localidade de Vila Velha? Justifique. 3.6 - Analisando o atual Município de Vila Velha, quais permanências e quais mudanças vocês conseguem observar, na cidade, ao longo do tempo?

	3.7 - Ao percorrer a história local de Vila Velha/ES através das pistas, conte como foi essa experiência e o que mais surpreendeu ao grupo:
	2ª Etapa: 1. Após concluir a etapa 1, a partir da Pista 13, identifique o bairro onde você reside e pesquise sua história. 2. Preencha a ficha 5 Obs: Para o desenvolvimento dessa etapa, sugere-se as seguintes alternativas: a) Possibilitar que os alunos utilizem o celular dentro da sala de aula. b) Utilizar o laboratório de informática da escola. c) Não sendo viável o uso do celular ou a utilização do laboratório de informática, pode-se permitir que o aluno leve a ficha para casa e traga preenchida.
COMPARTILHE A VIAGEM	3ª Etapa: Ao final pode-se realizar uma roda de conversa na qual cada grupo irá apresentar suas conclusões, atuando o professor como um mediador, levando os alunos a refletirem acerca das narrativas históricas eurocentradas, bem como, sobre o trabalho do historiador.
PONTO DE CHEGADA	(EF06HI01) Identificar diferentes formas de compreensão da noção de tempo e de periodização dos processos históricos (continuidades e rupturas). (EF06HI02) Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas.

BAGAGENS

- Cartas contendo as pistas sobre a história de Vila Velha

Olá, Detetives Históricos!

BEM-VINDOS A UMA JORNADA EMOCIONANTE ATRAVÉS DO TEMPO E DO ESPAÇO, NA QUAL VOCÊS TERÃO A OPORTUNIDADE ÚNICA DE SE TORNAREM VERDADEIROS PESQUISADORES DA HISTÓRIA DE VILA VELHA/ES.

ASSIM, EMBARQUE NESTA EXPERIÊNCIA IMERSIVA E ANALISE AS VÁRIAS PISTAS DEIXADAS AO LONGO DOS TRILHOS E AO FINAL COMPARTILHE SUAS CONCLUSÕES.

Equipe de Detetives:



PISTA I

(...) Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz (...)

(...) Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram (...)

(...) Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença (...).

Trechos da Carta de Pero Vaz de Caminha, escrita para o Rei português D. Manuel, escrita em 1500, relatando sua viagem ao Brasil



PISTA 1.1

(...) Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam (...)

(...) Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá.

Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.(...)

(...) Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.(...)

Trechos da Carta de Pero Vaz de Caminha, escrita para o Rei português D. Manuel, escrita em 1500, relatando sua viagem ao Brasil



PISTA 2

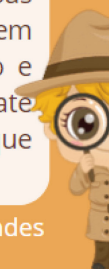


Mapa de Luís Teixeira (c. 1574) com a divisão da América portuguesa em capitanias

PISTA 3

(...) A quantos essa minha carta vyrem faço saber que considerando eu quanto serviço de Deos e meu proveito e bem de meus Reinos e Senhorios (...) ouve por bem de mandar repartir e ordenar em capitánias de certas em certas legoas para dellas prover aquellas pessoas que me bem parecer, e pelo que esguardando eu os muitos serviços que Vasco Fernandez Coutinho, fidalgo de minha casa (...) lhe fazer como de feito por esta presente carta faço merce e irrevogável doação deste dia para todo sempre de juro e de herdade para elle e todos os seus filhos, netos e herdeitos e sucessores que apos elles vyerem assi descendentes, como trasnversaes e coleteraes segundo ao diante iraa declarado de cinquenta legoas de terra na dita costa do Brasil, as quais se começarão nas partes onde acabarem as cinquenta legoas de que tenho feito merce a Pero de Campo Tourinho e correrão para banda do sul tanto couber nas ditas cinquenta ilhas que ouuer ate dez legoas ao mar na fronteira e demarcação destas cinquenta legoas de que assi faço merce ao dito Vasco Fernandez (...)

Trechos do traslado da Carta de Doação da Capitania do Espirito Santo a Vasco Fernandes Coutinho - Évora, 1º de junho de 1534.

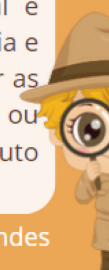


PISTA 3.1

(...) E outro si me apraz que o dito capitão e governador e todos os seus successores possão per si fazer villas todas e quaesquer povoações que se nba dita terra fizerem e a que a elles bem parecer que o devem ser, as quaes se chamarão villas e terão termo e jurisdição e liberdades e insignias dellas segundo for o custumes de meus Reinos, e isto porem se entenderaa que poderão fazer todas villas que quiserem nas povoações que se tiverem ao longo da costa da dita terra (...)

(...) E outro si me apraz por fazer merce ao dito Vasco Fernandez e a todos seus successores a que esta capitania e governança vier de juro e de herdade para sempre que elles tenham e ajão todas as moendas dagoas marinhas de tal e quaesquer outros engenhos de qualquer qualidade que sejam que na dita capitania e governança se poderem fazer, e hei por bem que pessoa alguma não possa fazer as ditas moendas, marinhas, nem engenhos senão o dito capitão e governador ou aquelles que elles para isto der licença de que lhe pagarão aquelle foro ou tributo que se com elle concertar (...)

Trechos do traslado da Carta de Doação da Capitania do Espirito Santo a Vasco Fernandes Coutinho - Évora, 1º de junho de 1534.

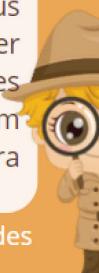


PISTA 3.2

(...) Darão e poderão dar e repartir todas as ditas terras de sesmaria a quaesquer pessoas de qualquer qualidade e condição que sejam e lhes bem parecer livremente sem foro nem direito algum, somente o dizimo de Deos que serão obrigados de pagar a ordem do todo o que nas ditas terras ouverem segundo he declarado em foral e pela mesma maneira as poderão dar e repartir por seus filhos fora do mogado e assi por seus parentes, e porem os ditos seus filhos e parentes nao poderao dar mais terra da que derem ou tiverem dada a qualquer outra pessoa estranha (...)

(...) Todo o Brasil que na dita terra ouvera de ser sempre meu e de meus successores sem o dito capitão e governador nem outra alguma pessoa poder tratar nelle nem vendelo para fora soamente poderá o dito capitão e assi os maes da dita capitania aproveitar do dito brasil ali na terra no que lhes fornecem segundo he declarado em o foral, e tratando nelle ou vendendoo para fora encorrerão nas penas conteudas do dito foral (...)

Trechos do traslado da Carta de Doação da Capitania do Espirito Santo a Vasco Fernandes Coutinho - Évora, 1º de junho de 1534.



PISTA 4



**Óleo sobre tela de Oscar Pereira da Silva, 1900
Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, 1500**

PISTA 5



(...) denominando a terra, em que ele ia saltar e os seus, com o nome de Espírito Santo, em comemoração do dia em que a igreja festejava uma das três pessoas da Trindade, nome que depois perdeu quando foi mudada a povoação para o de Vila Velha, sendo mais tarde por uma lei da Assembleia Provincial revivido, dando também este nome a toda a província. Conquanto os indígenas apelidassem à nova povoação Moab, terra habitada por emboabas, contudo o nome de Espírito Santo subsistiu, não só hoje à vila como à província em geral. (...)

Trechos retirado do livro escrito por Basílio Carvalho Daemon, em 1879: "Província do Espírito Santo - sua descoberta, história cronológica, sinópse e estatística", p. 110.

PISTA 5.1



(...) Ordenou o donatário a dar-se princípio a uma povoação neste inculto território, já construindo-se cabanas, já entregando-se ao plantio das sementes que trazia, já edificando-se um forte no lugar onde hoje se acha a fortaleza de Piratininga, como à construção de uma pequena capela próxima à praia e no fim da mesma, pouco mais ou menos no lugar hoje denominado rua de São João, e talvez com essa invocação, por ser o nome do monarca português, quem o sabe? Vasco Fernandes Coutinho ordenou ainda a construção de um engenho e principiou a abrir uma situação e nela foi residir no lugar conhecido hoje por Sítio Ribeiro, pertencente ao Sr. Paulino. No local ainda se veem derrocados paredões, restos de alicerces e paredes em ruína, tudo disseminado; ali residiu também Vasco Fernandes, filho, e D. Grinalda, que fizeram diversas doações. (...)

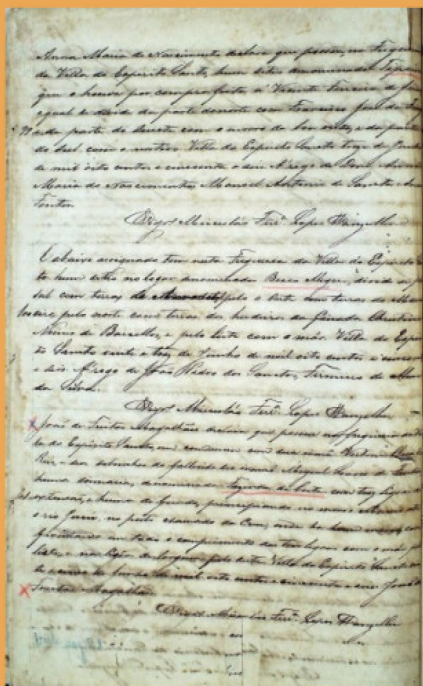
Trechos retirado do livro escrito por Basílio Carvalho Daemon, em 1879: "Província do Espírito Santo - sua descoberta, história cronológica, sinópse e estatística", p. 110-111.

PISTA 6



Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Vila Velha, que começou a ser construída em 1535 pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho

PISTA 7



(...) "A Sesmaria da Fazenda da Costa possui três léguas de extensão e uma ao fundo, principiando no Morro do Moreno até o Rio Jucu, onde tem um marco, confrontando em todo comprimento das três léguas com o mar pelo leste e na légua de largura pelo oeste."(...)

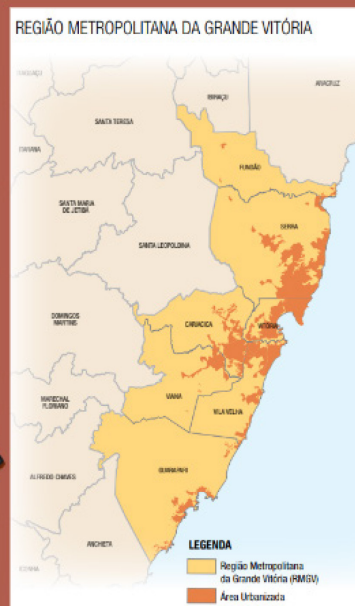
Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo
Documento de registro da concessão da Sesmaria da Fazenda da Costa, Vila Velha.



PISTA 8



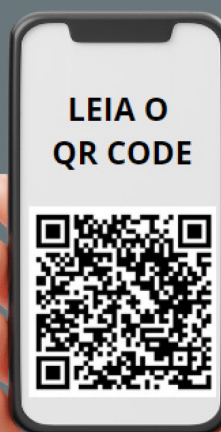
Atlas do Brasil,
João Teixeira Albernaz, 1666



ATLAS histórico-geográfico do Espírito
Santo. Vitória, ES: SEDU/IJSN, 2011.



Veja
e Escute



PISTA 9

Hino de Vila Velha de 22 de junho de 1971

PISTA 10

Art. 1º Ficam estabelecidas as denominações das 5 (cinco) Regiões Administrativas do Município de Vila Velha, conforme se segue:

I - Região 01 – CENTRO; (Centro de Vila Velha, Boa Vista I, Boa Vista II, Coqueiral de Itaparica, Cristovão Colombo, Divini Espírito Santo, Glória, Iha dos Ayres, Itapuã, Jaburuna, Jockey de Itaparica, Olaria, Praia da Costa, Praia das Gaivotas, Praia de Itaparica, Residencial Coqueiral e Soteco)

II - Região 02 – GRANDE IBES; (Ibes, Araçás, Brisamar, Cocal, Darly Santos, Guaranhuns, Iha dos Bentos, Jardim Asteca, Jardim Colorado, Jardim Guadalajara, Jardim Guaranhuns, Nossa Senhora da Penha, Nova Itaparica, Novo México, Pontal das Garças, Santa Inês, Santa Mônica Popular, Santa Mônica, Santos Dumont, Vila Guaranhuns e Vila Nova)

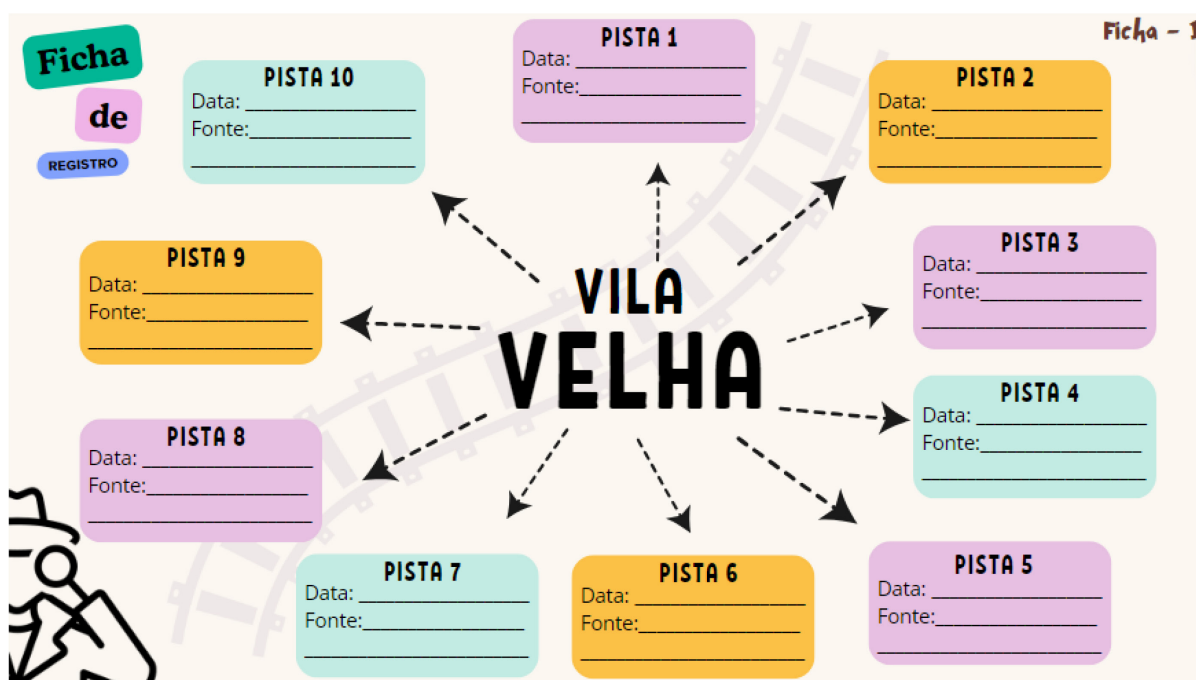
III - Região 03 – GRANDE ARIBIRI; (Aribiri, Argolas, Ataíde, Cavalieri, Chácara do Conde, Dom João Batista, Garoto, Ilha da Conceição, Ilha das Flores, Paul, Pedra dos Búzios, Primeiro de Maio, Sagrada Família, Santa Ria, Vila Batista, Vila Garrido e Zumbi dos Palmares)

IV - Região 04 – GRANDE COBILÂNDIA; (Cobilândia, Alecrim, Alvorada, Cobi de Baixo, Cobi de Cima, Industrial, Jardim do Vale, Jardim Marilandia, Nova America, Planalto, Rio Marinho, Santa Clara, São Torquato, Vale Encantado e Polo Empresarial Novo México)

V - Região 05 – GRANDE JUCU. (Barra di Jucu, Balneário Ponta da Frunta, Barramares, Cidade da Barra, Interlagos, Jabaeté, João Goulart, Morada da Barra, Morada do Sol, Morro da Lagoa, Normília da Cunha, Nova Ponta da Fruta, Praia dos Recifes, Riviera da Barra, Santa Paula I, Santa Paula II, São conrado, Terra Vermelha, Ulisses Guimarães e Vinte e Três de Maio)

LEI Nº 4.707 DE 10 DE SETEMBRO DE 2008 - Dispõe sobre a institucionalização dos bairros de Vila Velha

- Fichas de registro dos alunos



Ficha - 2

Desventando as Histórias da Vila

Se vocês estivessem na posição dos indígenas, como imaginam que seriam suas sensações/reações ao avistar a chegada das embarcações europeias?

Ao ler sobre a descrição da terra, das águas e da vegetação, vocês conseguem imaginar como seria viver nesse ambiente, antes da chegada do europeu?

A partir das pistas, cite as principais intervenções feitas pelo europeu no território brasileiro:

Ficha - 3

Desventando as Histórias da Vila

Como a chegada de Vasco Coutinho à capitania do Espírito Santo impactou a população local e os aspectos sociais e econômicos da região?

A partir da análise das pistas, vocês acreditam que as intervenções feitas por Vasco Fernandes Coutinho, afetaram o processo de ocupação territorial da localidade de Vila Velha? Justifique

Analisando o atual Município de Vila Velha, quais permanências e quais mudanças vocês conseguem observar, na cidade, ao longo do tempo?

Ficha - 4

Desventando as Histórias da Vila

Ao percorrer a história local de Vila Velha através das pistas, conte como foi essa experiência e o que mais surpreendeu o grupo:

[illegible]

Ficha - 5

DETETIVE: _____

NOME DO MEU BAIRRO: _____

CONTE A HISTÓRIA DO SEU BAIRRO: _____

COLE AQUI UMA FOTO QUE
REPRESENTA O SEU BAIRRO

[illegible]

4 “FAZENDO UMA CONGADA”

4.1 Conexões para além das fronteiras

[...] falar da origem dos negros capixabas é pensar os remanescentes de muitas culturas e etnias africanas; segundo, somar isso às miscigenações ocorridas com os brancos e os índios, e terceiro, nessa resultante mestiça deve-se incluir ainda a participação, mesmo que em escala pequena, dos brancos da grande imigração europeia e dos brasileiros em geral. (MACIEL, 2016, p.67)

“Iaiá, você vai à Penha? “Iaiá, você vai à Penha? Me leva ô, me leva...”, trechos de uma das toadas cantadas pelas bandas de congo do Espírito Santo, e que alguns pesquisadores afirmam tratar-se na verdade de uma súplica, na qual os escravizados estariam implorando para que pudessem ir até o Convento da Penha. Iaiá seria, portanto, uma abreviação da palavra Sinhá, e o pedido de visita ao templo religioso direcionado a ela, seria um momento não apenas de devoção, mas também de descanso, no qual era permitido, ao escravizado, folgar o trabalho (ACHIAMÉ, 2019).

O congo é uma das manifestações populares mais citadas quando se trata da cultura capixaba, podendo ser considerado um universo que reúne conceitos, atores, objetos, práticas, linguagens e locais em torno da devoção a São Benedito e outros santos. Tal devoção engloba ritos, performances de sons, movimentos, música, dança, cores, sensações e sentimentos, que se manifestam através das bandas de congo e dos rituais promovidos por estas, sendo um legado e uma tradição transmitido de geração em geração. (ORTIGÃO *et al.*, 2020)

Os conjuntos musicais são constituídos por um número variável de homens e mulheres que tocam, cantam e dançam, cujas cantigas tratam de diversos temas, em especial, das devoções aos santos. Seus componentes se apresentam devidamente uniformizados, os homens com calça comprida e camisa e as mulheres com saia rodada e blusa, e ostentam estandartes que identificam o grupo e o santo de sua devoção (Atlas do Folclore Capixaba, 2009).

Apesar das peculiaridades que ocorrem ao longo do território capixaba, referidas bandas se assemelham na dança e na utilização dos instrumentos como tambor, casaca, caixa, chocalho, triângulo, apito, entre outros. As mulheres, em regra,

dançam ao redor do grupo musical, que fica posicionado no formato de círculo, com as mãos na cintura e girando de um lado para outro.

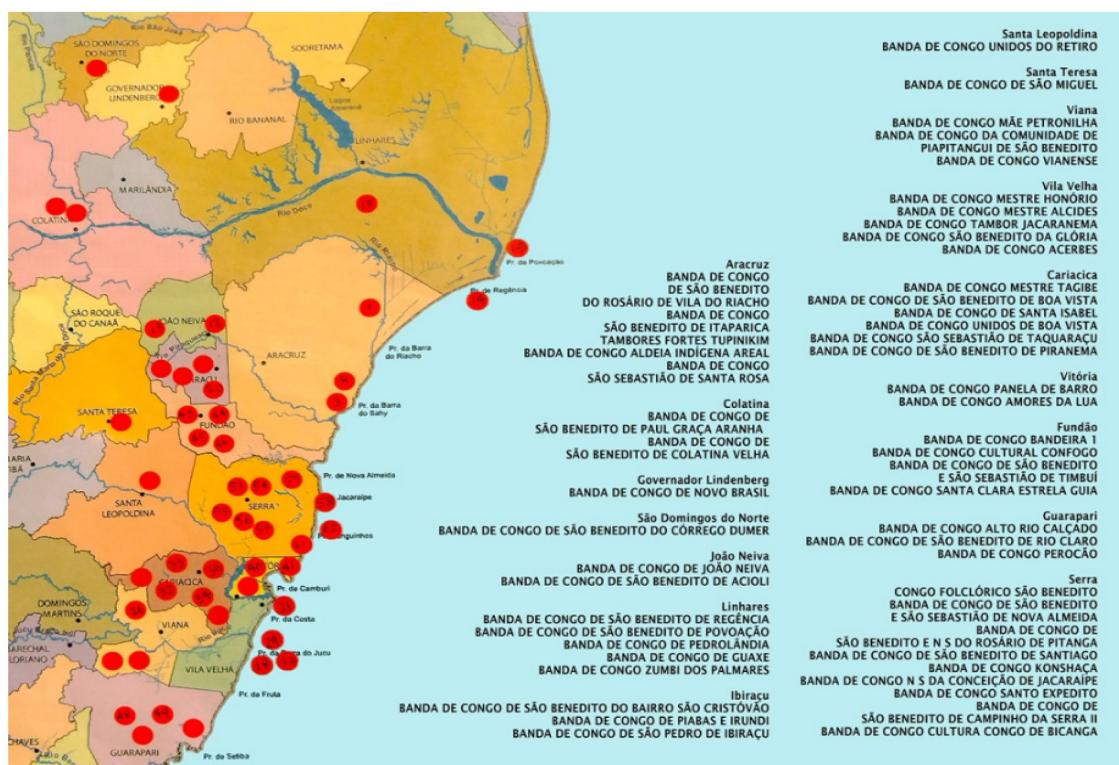
Figura 11 - Banda de Congo Beatos de
São Beneditos - ES



Fonte: <https://cioffbrasil.org/acerbes-es/>. Acesso em: 03 maio 2024.

A partir do inventário realizado pela Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo, em 2014, foram catalogadas 67 bandas de congo em atividade, espalhadas pelas regiões metropolitanas e pelo interior do estado, sendo que algumas delas estão localizadas no município de Vila Velha/ES.

Figura 12 - Mapa das bandas de congo, segundo o levantamento do IPHAN (2014-2015)



Fonte: <https://ocongueiro.com/2019/09/25/os-caminhos-do-congo-pelo-es/#more-1125>. Acesso em: 10 maio 2024.

Assim, apesar de ser uma manifestação cultural muito presente em várias regiões do Espírito Santo, ressalta-se que existe controvérsia acerca da origem do congo capixaba, sendo atribuído, por alguns pesquisadores, como Guilherme Santos Neves (2008), como uma tradição de origem indígena, inicialmente denominada de banda de índios. Tal conclusão é baseada em registros feitos por viajantes e religiosos, como o Padre Antunes de Serqueira, o bispo do Rio de Janeiro e D. Pedro Maria de Lacerda, que ao entrarem em contato com o congo, descreveram-no como primitivos grupos musicais formados por indígenas.

A primeira referência impressa (mas não mais remota) colhemo-la no livro do Padre Antunes Sequeira, *Esboço histórico dos costumes do povo espírito-santense* (1893), onde – segundo tudo indica – se faz menção a uma das primitivas “bandas de congos” integradas por índios mutuns (do rio Doce). Eis o tópico: “Nas danças acocoram-se todos em círculo, batendo com as palmas das mãos nos peitos e nas coxas e soltando guinchos horríveis. Fazem caretas e trejeitos, acompanhados de uma música infernal.” E o padre capixaba passa a descrever o instrumental que, *mutatis mutandis*, ainda se usa nas atuais bandas de congos: “os cassacos, um bambu dentado, corrida a escala por um ponteiro da mesma espécie, e tambores feitos de um pau cavado, às vezes oco por sua natureza, tendo em uma das extremidades um couro pregado com tarugos de madeira rija.” E prossegue: “A eles juntam o som produzido por um cabaz cheio de caroços ou sementes do mato, hoje grãos de feijão e milho.” (NEVES, 2008, p. 69)

Maciel (2016), por outro lado, nos oferece uma linha de análise diferente, a partir de outras fontes históricas, chamando atenção para uma apresentação de congo no ano de 1854, na festa de Queimado, - região com grande concentração de escravizados -, fazendo menção, ainda, a uma lei sancionada no mesmo ano, que proibia o ajuntamento de negros para a realização de batuques e danças (Postura n. 3, de 10 de julho).

Logo, apesar do historiador Maciel destacar o congo como uma das práticas decorrentes do patrimônio cultural afro-capixaba, é difícil concluir a sua real origem, se as bandas de índios foram incorporando os elementos africanos, ou se o contrário foi o que ocorreu; mas fato é que não há como compreendermos essa manifestação em sua integralidade sem analisarmos a formação sociocultural do estado do Espírito Santo.

Assim, referida expressão cultural tem raízes indígenas, africana e europeia, transmitidas de geração em geração, através da história oral e da memória. Desse modo, os elementos negros estariam presentes nos tambores, nas danças e na

nomenclatura atribuída à manifestação; a herança indígena na casaca¹¹ e, a europeia, refletida na prática religiosa do catolicismo, por meio da devoção aos santos.

Desta forma, dentre os diversos instrumentos utilizados pelo congo, cabe um olhar mais detido sobre a casaca, posto ser um artefato típico das bandas de congo do Espírito Santo e por possuir uma versão lendária acerca de seu uso, na qual Quintino (2018) relata que alguns mestres de congo narram que a casaca foi passada dos índios para os escravos. Estes seguravam firme o pescoço do instrumento, como se estivesse enforcando os senhores que lhes fizeram mal, e tocavam o artefato como se estivesse machucando as costelas de seus patrões com uma vareta. Nessa versão, os senhores de escravos, capitão do mato e a sinhazinha, eram odiados, mas devido à folia, tal fato acabava sendo camuflado.

Logo, o congo capixaba é resultante da reconstrução e reinvenção dos códigos identitários a partir dos diferentes elementos étnicos, constituindo-se em uma manifestação que já nasceu, de certa forma, híbrida.

[...] para os conguistas, o congo articula visões de mundo por meio da expressão das bandas, que, por sua vez, orientam papéis sociais e obrigações. Extrapola, no espaço e no tempo, os limites das festas e do calendário religioso para se constituir em um elemento identitário das pessoas e dos grupos, que vêm resistindo ao preconceito, por um lado, e à *espetacularização* de seus rituais, por outro. (ORTIGÃO *et al.*, 2020, p.2)

Vemos, portanto, que essa importante manifestação cultural, presente no território capixaba, é decorrente de diferentes elementos étnicos, o que nos faz voltar aos trilhos da história local, no intuito de buscarmos possíveis respostas que nos levem a compreender a chegada dos negros no Espírito Santo e consequente processo de formação da identidade local.

Em relação à população negra presente no território do Espírito Santo, documentos da história capixaba dão indicações de que por volta de 1550 já existiam, nesta terra, negros escravizados, talvez trazidos de Portugal pelos conquistadores; entretanto, oficialmente, a importação da força de trabalho diretamente da África só teria ocorrido após 1561 (MACIEL, 2016).

¹¹ Para certa historiografia, a casaca seria o elemento que distinguiria o congo como exclusividade capixaba, e também o seu maior símbolo. Essa linha apoia-se em dois relatos do século XIX que chegaram a nossos dias: o desenho e a descrição de uma “casaca”, ou “cassaca”, um “reco-reco com cabeça”, registrado pelo Imperador Pedro II em seu diário da viagem à Província do Espírito Santo, em 1861; e uma gravura publicada pelo artista-viajante francês Biard, em 1862, que retrata um grupo por ele chamado de “banda de índios”, no qual se vê uma pessoa a tocar o que parece ser um “reco-reco com cabeça esculpida”. (ORTIGÃO *et al.*, 2020, p. 50)

Desta forma, a vinda de negros escravizados para o Espírito Santo teve por intuito atender a economia da região, que até o século XVIII era voltada para o cultivo da cana-de-açúcar e da mandioca, bem como a criação de gado e para a pesca, o que levou a essa população a ficar concentrada nas regiões norte, nos atuais municípios de São Mateus, Conceição da Barra, Linhares; na região central, englobando as cidades de Vitória, Serra, Santa Leopoldina, Vila Velha e, ao Sul, Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kenedy (ARAUJO *et al.*, 1999).

Portanto, cabe aqui destacar que estamos falando acerca de um território que, atualmente, conforme o censo do IBGE¹², mais da metade de sua população se autodeclara parda ou negra. E que, já em 1824, possuía, quando ainda denominada Vila do Espírito Santo, um significativo número de negros e pardos.

Quadro 2 - Mapa da população da Província do Espírito Santo do ano de 1824

Freguezias	Brancos		Índios		Pardos Livres		Pardos Capangas		Pretos Livres		Pretos Capangas		Almas	Fogos
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
Victoria	1427	1640	224	249	1248	1369	1073	925	849	906	1466	1562	13038	2580
Itapemirim	298	264	102	108	198	184	16	9	12	18	665	458	2332	227
Benevente	215	215	387	461	115	171	28	37	7	5	191	175	2007	477
Guarapirim	552	559	176	142	272	339	233	194	139	132	537	584	3859	373
Espirito Santo	183	163	8	5	147	149	100	92	31	44	254	192	1368	338
Viana	79	77	15	5	39	36	1	-	-	1	24	10	287	106
Serra	515	497	68	55	176	205	125	137	66	65	616	565	3090	428
Almeida	96	107	1346	1665	40	35	20	25	10	13	98	72	3527	159
Linhares	51	53	154	107	58	50	3	4	8	5	27	12	532	88
S. Mathews	500	603	241	270	358	412	111	154	118	153	1424	965	5313	498
Soma	3916	4178	2721	3067	2651	2950	1710	1577	1240	1442	5306	4595	35353	5274

Fonte: Vasconcelos (1978), Memória estatística do Espírito Santo.

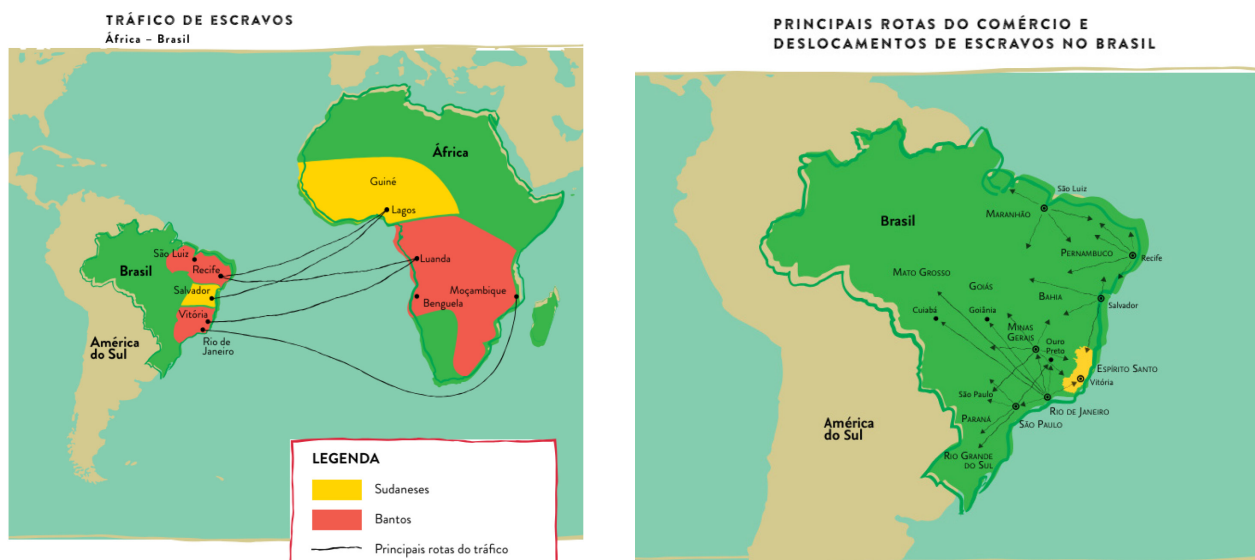
Logo, apesar da dificuldade em se definir com exatidão a origem da população africana no território capixaba, Cleber Maciel (2016) tenta apontar algumas pistas acerca desses grupos étnicos, linguísticos e culturais, - a partir da documentação deixada pelo tráfico de africanos, pelo levantamento de estudiosos e, pelo que ficou registrado, das falas populares -, a despeito do Espírito Santo ter sido uma capitania de pequena projeção econômica no cenário escravista brasileiro; ainda sim, mesmo

¹² <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=3205200&tema=1>.

que em quantitativo inferior ao de outras localidades, recebeu escravizados vindos diretamente da África e de outras regiões do próprio Brasil.

Desta feita, referido historiador conclui que o Espírito Santo, assim como em outros lugares do Brasil, apesar da dificuldade em pormenorizar a origem de seus negros, acredita-se que a maioria deles pertencia à grande etnia Banto, sendo também identificada a presença de Sudaneses, mas que, no entanto, para se compreender os negros capixabas, há que se levar em consideração também a migração interna, que propiciou o fluxo de outras etnias para o estado em questão. Assim, Maciel nos apresenta dois mapas que representam o tráfico dos negros escravizados no Brasil:

Figura 13 - Mapas que representam o tráfico dos negros escravizados no Brasil



Fonte: MACIEL, 2016.

Trazendo o foco da nossa análise para Vila Velha/ES, no que se refere à presença de negros nesse território, o historiador Maciel também aponta a existência de registros datados de 1710, que constataam a presença de quilombos, onde atualmente situa-se Ponta da Fruta, localidade pertencente ao município.

Maria Stella de Novaes, por sua vez, também faz menção acerca da presença dos negros na municipalidade, ao registrar, por exemplo, o aluguel dos escravizados pertencentes ao Convento da Penha, à população em geral, visando gerar renda ao templo religioso.

[...] Em 1872, era de quarenta e dois. Sabiam, geralmente, um ofício em que, às vezes, se tornava verdadeiros mestres. Os moradores de Vitória e Vila Velha serviam-se de escravos da Penha, como empregados de modo que eram uma fonte de renda, para o Santuário. Pelo ano de 1850, pagava-se, de aluguel, por um escravo ou uma escrava, de 2\$000 a 18\$000, mensalmente. (NOVAES, 2010, p. 34)

Novaes (2010), ressalta ainda, ter encontrado a prática da Cabula¹³ no bairro do IBES¹⁴, relatando: “Ali um pai-de-santo realizava o seu impressionante ritual, embora mais civilizado: velas, jeribita, lança, punhais medonhos, que dançavam!... Rezas, cantos sagrados ou nimbos, etc.”

Ademais, destaca-se a forte presença da capoeira e das religiões de matriz africana, apresentando a localidade de Vila Velha/ES o maior quantitativo de casas do estado, como aponta Batista (2016): “A maior concentração das casas está no município de Vila Velha (40 casas), seguido da Serra (35), Vitória (25), Cariacica (25), Viana (5) e demais localidades com aproximadamente 470 casas”.

Assim sendo, os negros fazem parte da constituição e da construção da identidade da população capixaba e, consequentemente, da municipalidade de Vila Velha/ES, sendo perceptível a sua presença e importância através da culinária, da língua, da religião, das manifestações culturais, como o congo, as escolas de samba, o jongo, a música, entre outros.

¹³ (...) é um cerimonial em que os negros procuram, através de raízes e cipós alucinógenos, encontrar-se com seus ancestrais africanos. E que está reduzida apenas a duas Mesas por causa da destruição das florestas, notadamente para o plantio de eucalipto. Essa Mesa de Santa Maria é na floresta, e os personagens e falas reproduzem o que era na África a linguagem africana Banto, de mais de dois mil anos atrás. (...)

A Cabula tem sua elite e os iniciados são pessoas escolhidas pela comunidade negra porque é basicamente na Cabula que o negro toma toda informação de necessidade de voltar à África, da necessidade de reencontrar a liberdade. É na Cabula que os negros têm, através de raízes e cipós, essa visão de que a liberdade se faz através de manifestação e devoção aos deuses africanos.

A Cabula começa, basicamente, com o Mestre mandando avisar a hora da sessão e quem sabe o caminho vai. Só pode ir sozinho. Isso é um código, pois se duas pessoas forem juntas é porque uma não é iniciada.

Entretanto só o Mestre pode levar alguém para ser iniciado. A iniciação ocorre quando o Mestre Cabuleiro leva o escolhido ao Camocito onde os tambores já estão em atividade, as pessoas dançando o Jongo, e mascando um tipo de cipó, tudo depois das vinte horas da noite, antes de iniciar a sessão. Depois ficam uns três ou quatro minutos de concentração e dirigem-se ao centro do Camocito onde há uma imagem pequena de Santa Maria. Aí, o Mestre começa a invocar os Deuses africanos, os Espíritos e também os Espíritos de pessoas mortas nas lutas dos escravos pela liberdade, inclusive citando alguns fatos. Quando alguém é levado para ser iniciado, essa pessoa, sob um efeito alucinógeno, é conduzida a uns cem metros e lá é amarrada tão enrolada no cipó timbó ou guembê (difícil de ser trabalhado e manuseado) e depois, rolando pelo chão, chega ao centro do Camocito onde o Mestre consegue, rapidamente, desmanchar aquele amarrado, sem precisar desfazer nenhum nó. (MACIEL DE AGUIAR, Sebastião. Na entrevista à produtora de televisão Vera Viana)

¹⁴ Instituto do Bem Estar Social.

Finalizando, verificou-se ser muito grande a cultura negra viva, presente e atuante, marcando tão profundamente o cenário da vida cultural capixaba a ponto de se poder dizer, sem receio de errar, que, existe sim uma base histórica de sustentação para a formulação da ideia de que existe uma possível “cultura afro-capixaba”. (MACIEL, 2016, p. 155)

Ressalto aqui que a historiografia por muito tempo abordou a história do negro a partir do viés da escravidão e da perspectiva colonial, desumanizando os negros e apresentando-os como uma mercadoria, o que também ocorria com “a população do Espírito Santo, para a qual o escravo também não passava de um objeto, de uma coisa que se podia legalmente comprar, vender, alugar, avaliar, emprestar, doar, dividir, penhorar, hipotecar, arrendar, devolver [...]”. (ALMADA, 1984)

Desta feita, o que se pretende através do presente capítulo, juntamente com a oficina proposta, é possibilitar que o aluno reflita acerca da presença dos negros na municipalidade para além do processo de escravidão, sendo vistos como sujeitos da história local de Vila Velha/ES e, conseqüentemente, formadores da identidade canela-verde.

Explico...

4.2 Encruzilhadas

Ao trabalhar na rede municipal de ensino de Vila Velha/ES, observo que, apesar da grande maioria dos alunos serem negros, muitos não se reconhecem como tanto.

Isso me faz lembrar de um trabalho passado em sala de aula, no ano de 2023, no qual solicitei que os alunos entrevistassem uma mulher negra da localidade na qual estava situada a escola em questão, tendo por intuito, em linhas gerais, conhecer e reconhecer as histórias de vida e de luta das mulheres negras do bairro.

Quando, uma aluna negra veio até a mim falando: *“Professora, mas eu não conheço nenhuma mulher negra”* ... O que me remeteu a vários pensamentos: Com certeza, na própria família dela haveria várias mulheres negras com inúmeras histórias de vida para inspirá-la..., mas como promover essa reflexão? Pois reconhecer-se enquanto negra não perpassa apenas pela quantidade de melanina contida na pele,

mas também por inúmeras subjetividades, que implicam na forma de ser, estar e compreender o mundo do qual a aluna faz parte.

Desta forma, enquanto professora, entendo que não poderia simplesmente verbalizar para a minha aluna: “*Olha, você é negra e na sua família, com certeza, tem várias mulheres negras a serem entrevistadas*”. Percebi a partir daquele momento o quanto importante é o nosso trabalho enquanto educadores e o quanto fundamental se faz a promoção da lei 10.639/03, que tornou obrigatório o estudo da história e da cultura africana e afro-brasileira no nosso cotidiano escolar, possibilitando rupturas em currículos eurocentrados e reflexões acerca da história única.

Poderia aqui passar a apresentar-lhes as inúmeras estratégias que busquei desenvolver com essa turma em questão, - como a discussão acerca do fenótipo, o desenvolvimento de uma exposição fotográfica, exibição de vídeos, entre outros -, mas não existem fórmulas mágicas capazes de apagar todo um contexto de silenciamento. Portanto, não se frustrem, pois apesar de todo o meu esforço, não consegui levar àquela aluna a refletir acerca da ideia que faz de si própria. Posto que:

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as) [...]. (GOMES, 2005, p. 43)

Por conseguinte, a política do embranquecimento, a difusão do mito da democracia racial, entre outros fatos pelos quais o Brasil passou, geraram uma certa invisibilidade, apagamento e negação da história e da cultura do povo negro, ao ponto de muitos alunos sequer saberem que Vila Velha/ES recebeu inúmeros africanos no período colonial. Dessa forma, o que pretendo a partir deste momento é trazer para a discussão o conceito e as encruzilhadas que constituem as identidades individuais e coletivas da população *vila-velhense*, da qual os negros fazem parte.

Para tanto, recorrendo a Stuart Hall (2011), a identidade não é mais vista como algo fixo ou dado, mas sim como um processo fluido que ocorre através das interações sociais, políticas e culturais, ou seja, como resultante de uma construção social, formada por meio de relações de poder, representações simbólicas e processos discursivos.

Deste modo, a passagem do tempo e as transformações sociais, decorrentes do processo de globalização, demandaram, ao sujeito pós-moderno, novas formas de

pensar, de ser e de conviver, gerando, como aponta Hall (2011), uma certa “*crise da identidade*”, na qual as velhas identidades, responsáveis pela estabilidade do mundo social, estariam se deslocando e entrando em declínio, sendo substituída pela fragmentação do indivíduo.

Quanto mais a vida se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem ‘flutuar livremente’. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. (HALL, 2011, p. 75)

Assim, o estudo da história local é fundamental para que nossos alunos compreendam quem são e para que tenham o sentimento de pertencimento à temporalidade e à espacialidade presente. Pois, afinal, o que significa, na atualidade, ser um *canela-verde*?

Na busca por uma resposta a esse questionamento, se faz necessário olharmos, também, para o conceito da interseccionalidade, tendo em vista que, ao analisarmos a população brasileira, estamos falando de identidades múltiplas. Assim:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS *et al.*, 2021, p. 15-16)

Portanto, trata-se de um complexo processo marcado pela interseção de raça, classe, gênero, entre outros, que não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes, mas como uma sobreposição ou entrelaçamento que ocorre de forma invisível. Esse processo unifica o indivíduo e afeta todos os aspectos do seu convívio social, moldando suas experiências individuais e coletivas.

Retomemos os caminhos que inicialmente nos levaram ao diálogo sobre o congo capixaba, para compreendermos como essa manifestação cultural, que evidencia em sua constituição as influências africanas, indígenas e europeias,

demonstra a interação dessas múltiplas identidades na formação de uma expressão única e significativa da identidade coletiva capixaba.

4.3 Quarta estação de memórias - “Fazendo uma congada”

4.3.1 Apresentação da oficina

Ao nos identificarmos como *canelas-verdes*, estamos verbalizando o nosso sentimento de pertencimento a um dado grupo social; por conseguinte, estamos buscando nos individualizar e dizer quem somos.

Mas essa afirmação só faz sentido ao compreendermos que a identidade é um conceito relacional, que não se esgota em si mesmo, ou seja, que nasce a partir do outro; pois, só sou “canela-verde” uma vez que não sou “paulista” ou “carioca”, por exemplo.

Assim, definir-se como canelas-verdes ou qualquer outra identidade, não é algo simples. Em um mundo no qual múltiplos caminhos se entrecruzam, as identidades são formadas por sobreposições que não se excluem, mas se moldam mutuamente.

ROTA	Esta oficina será desenvolvida em cinco etapas, durante as quais os alunos entrarão em contato com uma importante manifestação da cultura capixaba: o congo. Através dessa oficina, pretende-se que os alunos reflitam sobre sua própria identidade, levando em consideração narrativas históricas a partir da perspectiva dos povos negros.
DURAÇÃO DA VIAGEM	5 etapas de 50 minutos.
PASSAGEIROS	Esta oficina foi elaborada pensando nos alunos de 6 ^{os} Anos do Ensino Fundamental.
BAGAGEM	1. Sala de vídeo; 2. Vídeo: “O Congo e a Casaca, Símbolo Capixaba”; 3. Garrafa pet de água de 250 ml;

	4. Garrafa pet de refrigerante de 250 ml; 5. TNT (4m); 6. Tesoura; 7. Canetinha; 8. Fita adesiva; 9. Papel A4; 10. Lápis de cor; 11. Lápis; 12. Palito de Churrasco; 13. Ficha de apontamentos e 14. Ficha contendo algumas toadas cantadas pelas bandas de congo capixaba.
PREPARAÇÃO DA BAGAGEM	1. Organizar um espaço no ambiente escolar, para exibição do vídeo: “<i>O Congo e a Casaca, Símbolo Capixaba</i>”; 2. Solicite que os alunos tragam para sala de aula: lápis de cor, canetinha, tesoura, fita adesiva e duas garrafas pets de formas e tamanhos distintos; 3. Divida os alunos da sala em quatro grupos; 4. Organize as carteiras da sala de aula, possibilitando o trabalho em grupo.
PONTO DE EMBARQUE	História: tempo, espaço e formas de registros.
OBJETIVO DA VIAGEM	As origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização.
EMBARQUE	1ª Etapa: 1. Visando levar o aluno a refletir acerca da presença do negro no território de Vila Velha, deverá ser exibido o vídeo: “<i>O Congo e a Casaca, Símbolo Capixaba</i>”, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oiJRc7IYzRQ 2. Entregue para cada aluno a ficha de apontamentos, que contém os seguintes questionamentos: a) Qual a origem do congo capixaba? b) Quais os principais instrumentos musicais utilizados pelas bandas de congo do Espírito Santo?

	c) Quais os símbolos contidos nos estandartes das bandas de congo capixaba? d) Considerando que o congo capixaba é uma manifestação cultural resultante da integração de diferentes elementos étnicos, qual é a origem da população negra presente em Vila Velha/ES? e) O que mais chamou sua atenção no documentário? 2ª Etapa: 1. Divida a sala de aula em quatro grupos; 2. Entregue o TNT (1m) e as folhas A4 para os grupos; 3. Convide cada grupo a fazer sua própria congada, para tanto eles deverão: 3.1 Confeccionar suas casacas, conforme orientações contidas na “hora de montar a própria casaca”; 3.2 Escolher um nome para a banda de congo; 3.3 Preparar um estandarte com TNT e Papel A4; 3.4 Criar suas próprias vestimentas, que poderá ser feita a partir do TNT ou das próprias roupas dos estudantes. 3ª Etapa: Elaborar uma apresentação escolhendo uma das toadas contidas na Bagagem 3, ou criar sua própria toada. 4ª Etapa: Apresentações dos grupos, devendo justificar a escolha do nome da banda, o símbolo escolhido na confecção do estandarte e a música apresentada.
COMPARTILHE A VIAGEM	5ª Etapa:

	Ao final, pode-se realizar uma roda de conversa na qual o professor, atuando como mediador, deverá convidar os alunos a refletirem e responderem às seguintes questões: a) Como essa oficina mudou sua percepção sobre a cultura e a identidade do Espírito Santo? b) Após participar dessa oficina, você se sente mais conectado à identidade capixaba? Por quê? c) Como o Congo Capixaba reflete a herança cultural e a resistência da comunidade negra no Espírito Santo? d) O que há de África em você? e) Pra você, o que significa, na atualidade, ser um <i>canela-verde</i>?
PONTO DE CHEGADA	(EF06HI05) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas.

BAGAGENS

- Ficha para apontamentos

Apontamentos:

a) Qual a origem do congo capixaba?

b) Quais os principais instrumentos musicais utilizados pelas bandas de congo do Espírito Santo?

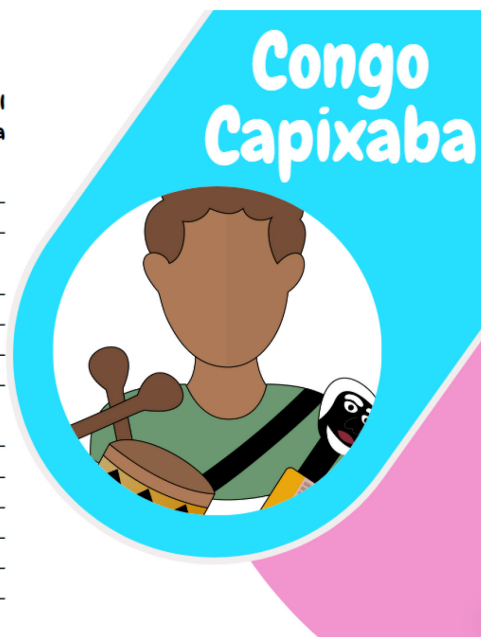
c) Quais os símbolos contidos nos estandartes das bandas de congo capixaba?



Apontamentos:

d) Considerando que o Congo Capixaba é uma manifestação cultural resultante da integração de diferentes elementos étnicos, qual é a origem da população negra presente em Vila Velha/ES?

d) O que mais chamou sua atenção no documentário?



- Hora de Montar a própria casaca

Vamos fazer uma casaca?

Separe os materiais:

1. Garrafas pet de tamanhos diferentes
2. Tesoura
3. Fita adesiva
4. Papel A4
5. Lápis de Cor
6. Canetinha
7. Palito de churrasco



Hora de colocar a mão na massa

Passo 1

- * Pintar e recordar o papel A4
- * Retirar as etiquetas das garrafas pet



Passo 2

- * Colocar o papel picado dentro das garrafa
- * Decorar as garrafas



Passo 3

- * Juntar uma garrafa na outra, fixando com fita adesiva

Passo 4

- * Pronto, agora é só segurá-la pelo pescoso e com o palito de churrasco tocá-la



Congo Capixaba



• Toadas de congo



Toadas de Congo



TOADA DE LOUVOR AOS SANTOS

IAIÁ VOCE VAI À PENHA?
ME LEVA Ô. ME LEVA
EU VOU CRIAR CAPRICHIO
EU VOU TRABALHAR
EU TENHO UMA PROMESSA A PAGAR
ESSA PROMESSA QUE EU TENHO A PAGAR
A MINHA SANTA PADROEIRA,
ELA VAI ME AJUDAR.

TOADA DE PASSARINHO

ME DÁ O BICO MEU LORO,
ME DÁ O PÉ PAPAGAIO
COMEI A FRUTA MADURA,
DEIXAI A VERDE NO GALHO
OI ME DÁ O BICO MEU LORO,
OI ME DÁ O PÉ PAPAGAIO.

TOADA DE MAR, RIO OU LAGOA

BOTEI MINHA CANOA N'ÁGUA
O VENTO JÁ DEU DE PROA
VALEI-ME NOSSA SENHORA
ESTOU DENTRO DA LAGOA, DOLORA
AI, DOLORA!
MINHA CANOA É DE ARARIBA
MEU REMO DE ARARIBÁ,
DOLORA.

TOADA DE VIAGEM

QUEBRA, QUEBRA GABIROBA,
QUERO VER QUEBRAR
Ô QUEBRA LÁ QUE EU QUEBRO CÃ
QUERO VER QUEBRAR
AQUI NÃO TEM, AQUI NÃO HÁ.
É NA BAHIA QUE EU VOU ACHAR.

TOADA DE CHEGADA

EU CHEGUEI DE LONGE,
EU CHEGUEI AGORA!
É PRA LOUVAR SÃO BENEDITO
E NOSSA SENHORA.

TOADA DE DESPEDIDA

ADEUS, MEU PESSOAL,
ADEUS, ADEUS!
VOCÊ FICA COM SAUDADE, QUEM VAI
EMBORA SOU EU!

Goretti Medici Gaia



Toadas de Congo



TOADA DE CAMINHADA

O PAU ROLOU, CAIU
OI LÁ NAS MATA NINGUÉM VIU
O PAU ROLOU CAIU, LÁ.

TOADA DE TRABALHO E DIA A DIA

MADALENA, MADALENA
VOCÊ É MEU BEM QUERER
VOU FALAR PRA TODO MUNDO
VOU FALAR PRA TODO MUNDO
QUE EU SÓ QUERO É VOCÊ

25 DE DEZEMBRO É DIA TÃO BONITO
VAMOS TODOS PARA A RUA
VAMOS TODOS PARA A RUA PRA LOUVAR
SÃO BENEDITO

O CONGO DE BENEDITO E DE SUA MÃE
QUERIDA
A VIRGEM DA CONCEIÇÃO
A VIRGEM DA CONCEIÇÃO E A SENHORA
APARECIDA

TOADA DE VERSO

O JUNCO É DA LAGOA, ENSINA A MULHER NADAR
ENSINA, ENSINA, ENSINA! ENSINA A MULHER NADAR
ADEUS JUNCO DA LAGOA,
O HOMEM É COISA BOA. SÓ EU PRA VADIARI!

O MEU PAI ME DEU UMA SURRA
PELO COSTUME QUE EU TINHA
DE JANTAR COM REI NA MESA
E PISCAR O OLHO EM MINHA RAINHA

ADEUS JUNCO DA LAGOA,
O HOMEM É COISA BOA. SÓ EU PRA VADIARI!
O JUNCO É DA LAGOA, ENSINA A MULHER NADAR
ENSINA, ENSINA, ENSINA! ENSINA A MULHER NADAR
ADEUS JUNCO DA LAGOA,
O HOMEM É COISA BOA. SÓ EU PRA VADIARI!

AS DO CÉU ESTRELAS CORREM
EU TAMBÉM QUERO CORRER
AS ESTRELAS ATRÁS DA LUA
EU ATRÁS DE UM BEM QUERER

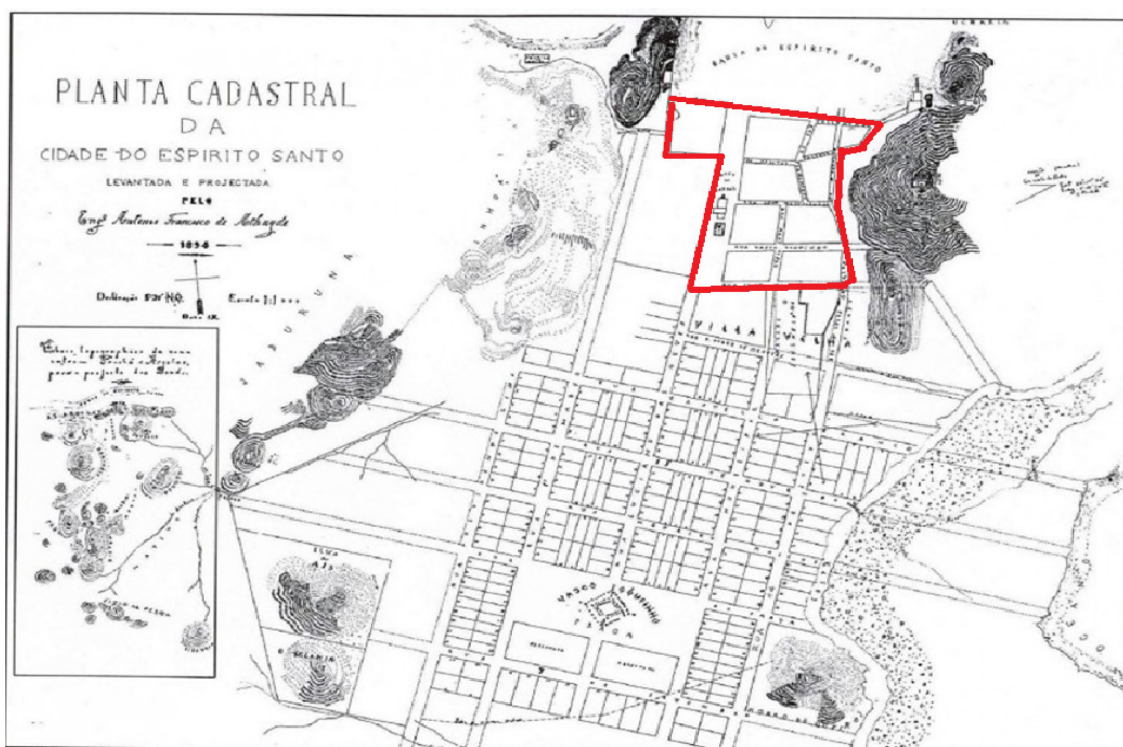
5 CHEGANDO AO DESTINO: A VILA VELHA DO TEMPO PRESENTE

5.1 Entre memórias e novos trilhos

Dentro do bonde da história, podemos acessar diversas estações de memórias, sejam as que ficaram pelos trilhos já percorridos ou as que são vislumbradas à frente. Assim, chegar ao fim de um percurso não significa que não há mais trilhos a serem percorridos, pois a malha da história está constantemente sendo formada por caminhos imbricados.

Desta forma, convido o leitor a desembarcar do bonde e visualizar o entorno, e assim, para compreendermos a Vila Velha do presente, comecemos pelo ano de 1894, momento no qual o engenheiro Antônio Francisco Athayde confeccionou a primeira planta cadastral de Vila Velha, realizando o levantamento da cidade existente até então, conjuntamente com o seu projeto de expansão.

Figura 14 - Planta Cadastral da Cidade do Espírito Santo (atual Vila Velha), confeccionada pelo Engenheiro Antônio Athayde, em 1894



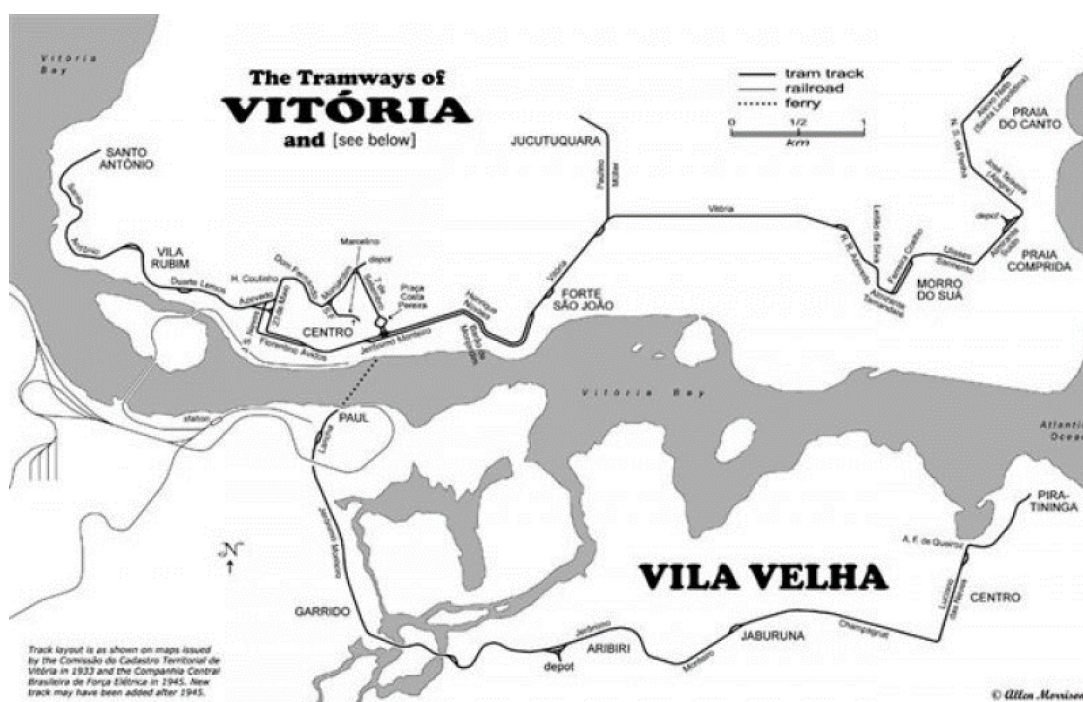
Fonte: <https://www.morrodomoreno.com.br/materias/pa-bubu.html>. Acesso em: 22 ago. 2024 com intervenção da autora.

Dessa forma, a análise da planta cadastral nos permite visualizar as diversas transformações e intervenções que começaram a ser realizadas no município a partir do século XIX, que impulsionaram seu crescimento e expansão.

Nesse cenário, no início do século XX, Vila Velha abrigava duas importantes estações ferroviárias na região de Argolas, que desempenharam um papel estratégico na conexão da cidade com outras regiões do Espírito Santo, facilitando o transporte de mercadorias e pessoas. A primeira delas, a Estação São Carlos, inaugurada em 1905, teve seu nome alterado para Pedro Nolasco em 1935 e fazia parte da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Já a segunda, a Estação Leopoldina, foi inaugurada em 1937 e fazia conexão com o Rio de Janeiro.

Com a chegada da luz elétrica, em 1910, seguida pelo bonde datado de 1912, a ocupação territorial é intensificada. Os bondes se tornaram um capítulo à parte na vida da população de Vila Velha/ES, pois datam de um período em que não existia nenhum automóvel, consolidando-se, portanto, como importante transporte coletivo urbano. Eles percorriam cerca de dez quilômetros indo da praça da Igreja do Rosário (situada no sítio histórico de Vila Velha) até Paul, no oeste do município, local em que era possível fazer a travessia para a capital do Espírito Santo, Vitória, por embarcações.

Figura 15 - Mapa da linha de bonde implementada em Vitória e Vila Velha



Fonte: Exposição Centenário do Bonde de Vila Velha – Acervo Casa da Memória.

A introdução desse meio de transporte na localidade também contribuiu para acelerar a ocupação do município, levando ao crescimento e à criação de novos bairros, sendo identificados, até aproximadamente 1950, as localidades de Paul, Argolas, São Torquato, Vila Batista, Ilha das Flores, Aribiri, Glória, Barra do Jucu, Ponta da Fruta, Praia da Costa, Praia de Itapuã e Itaparica (NEVES et al., 2013).

Figura 16 - O bonde passando sob o viaduto da Estação Leopoldina, situada no bairro Argolas, em 1963



Fonte: <https://www.morrodomoreno.com.br/materias/ponto-final-paul.html>. Acesso em: 13 abr. 2024.

Já em 1951, a construção da Rodovia Carlos Lindenberg tornou-se um marco importante na ocupação territorial de Vila Velha/ES. Embora tenha contribuído para o declínio dos bondes, a rodovia proporcionou maior mobilidade e rapidez no deslocamento da população, facilitando o uso de ônibus e impulsionando o desenvolvimento de bairros como Cobi, Ibes, Santa Inês, entre outros adjacentes.

Figura 17 - Rodovia Carlos Lindenberg, década de 1950/60



Fonte: <https://www.morrodomoreno.com.br/materias/fatos-historicos-de-vila-velha.html>. Acesso em: 13 abr. 2024.

Dessas localidades mencionadas, é interessante destacar o IBES (Instituto do Bem Estar Social), por ter sido o primeiro bairro projetado de Vila Velha/ES, marcando, desta forma, a primeira intervenção pública habitacional do Estado de grande importância, sendo constituído de 244 casas populares, todas térreas, que visavam diminuir o déficit de moradias, tendo parte delas construídas para abrigar trabalhadores do setor industrial, que o governo esperava promover, e a outra parte destinada aos funcionários de instituições ligadas ao governo e inscritos nos programas sociais.

O bairro foi entregue com uma praça central, todas as ruas calçadas, com iluminação pública, rede de distribuição de água, drenagem pluvial, biblioteca central, prédio destinado à escola pública, centro comercial e mercado.

Figura 18 - Vista aérea do lbes em Vila Velha, onde podemos ver a construção das residências e formação do bairro, s/d



Fonte: Coleção governo Jones dos Santos Neves.

Outro acontecimento significativo foi a emancipação política definitiva de Vila Velha/ES, que se separou da cidade de Vitória em 1947. Além disso, o debate sobre sua nomenclatura, que ora era chamada de Vila do Espírito Santo e ora de Vila Velha, foi finalmente encerrado com a promulgação da Lei nº 479 de 1959, que oficialmente lhe atribui o nome Vila Velha¹⁵ (GURGEL, 2010).

Nesse contexto de expansão da cidade de Vila Velha, destaca-se também a abertura da Rodovia do Sol, que teve início no final dos anos de 1960 e conclusão em 1977, ligando a municipalidade à cidade de Guarapari, incorporando essas regiões litorâneas e promovendo a ocupação do solo entre as duas localidades.

Mais um fator de destaque que impulsionou o crescimento da localidade foi a construção de três pontes que promoveram a sua conexão com a capital Vitória. Antes

¹⁵ Nome atribuído em razão da sede da capitania, que se denominava Vila do Espírito Santo, ter sido transferida para a Vila de Vitória, para a vila nova, assim, em oposição, a Vila do Espírito Santo passou a ser chamada de Vila Velha.

dessas obras, o deslocamento de pessoas e o transporte de pequenas mercadorias entre referidos municípios ocorriam por meio dos catraieiros¹⁶ e das lanchas.

A ponte Florentino Ávidos, também denominada “Cinco Pontes”, em razão de ser composta por cinco vãos metálicos, fabricados em aço e importados da Alemanha, foi inaugurada no ano de 1928, tendo por intuito inicial fazer a ligação entre o cais portuário e o continente. Por sua vez, a Ponte do Príncipe, ou popularmente chamada “Segunda Ponte”, que conecta as cidades de Vitória, Cariacica e Vila Velha, foi inaugurada em 1979, mas apenas em 1986 é que a sua ligação com o município canela-verde foi concluída. Já em 1989, com intuito de desafogar o trânsito das duas primeiras pontes, foi finalizada a construção da Ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça, apelidada de “Terceira Ponte”.

Figura 19 - Imagem, em ordem de construção, das três pontes que fazem a ligação entre o município de Vila Velha e Vitória



Fonte: Montagem de fotos realizada pela autora a partir do acervo da biblioteca do instituto Jones dos Santos Neves.

Gurgel (2010), no que se refere às atividades econômicas de Vila Velha, evidencia a indústria, chamando atenção para os polos de confecções da Glória e Santa Inês, além do setor portuário e da indústria alimentícia.

Em relação aos gêneros alimentícios, destaca-se a fábrica de chocolates Garoto, por ser uma das mais antigas do Espírito Santo, fundada em 1929, teve sua sede mudada para o bairro da Glória em 1936. Seus primeiros proprietários foram uma família de imigrantes alemães, que iniciaram sua trajetória a partir da venda de balas em tabuleiros de madeira por meninos nos pontos de bonde.

¹⁶ A catraia é uma embarcação de pouca profundidade, movida a vela, remo ou um tipo de canoa motorizada, que é utilizada no transporte de passageiros, e que é geralmente manobrada por uma só pessoa, o catraieiro.

Figura 20 - Fábrica garoto na década de 1960



Fonte: <http://www.sefa.es.gov.br/painel/indu03.htm>. Acesso em: 18 ago. 2024.

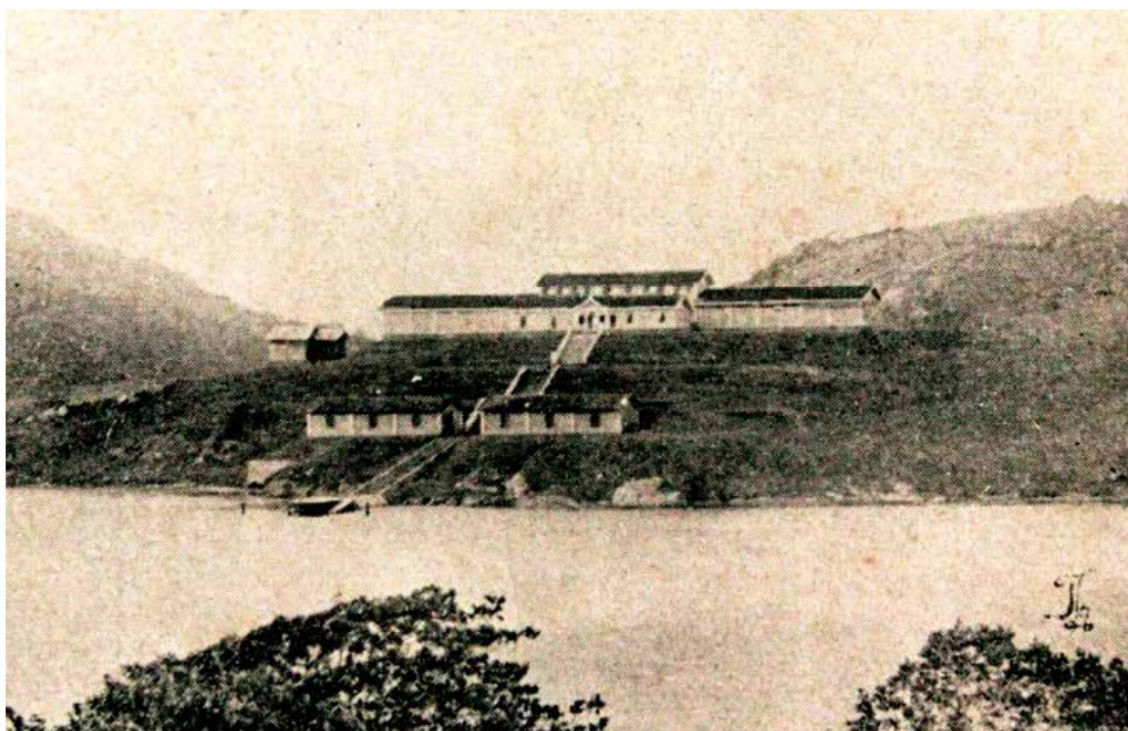
No que se refere à imigração para o Espírito Santo, iniciada no século XIX, Gilda Rocha (1984) aponta que o movimento tinha como objetivos principais aumentar o contingente populacional e expandir as potencialidades produtivas do estado.

[...] O sistema de “colonização” terá mais sucesso no Extremo-Sul do país (Rio Grande, Santa Catarina e Paraná), e em maiores proporções no Espírito Santo, longe nestes casos da ação perturbadora e absorvente da grande lavoura. Encontrará aí o interesse e o estímulo dos governos locais das províncias que procurarão solucionar com ele o problema de seus territórios quase, desertos, e fomentar com o povoamento as atividades econômicas e as rendas públicas. (PRADO JUNIOR, 2004, p. 189-190)

A autora organiza o processo migratório ocorrido no Espírito Santo, em três fases distintas: a primeira, entre 1847 e 1881, foi marcada pela criação de colônias oficiais e pequenas propriedades, como Santa Izabel, Rio Novo do Sul, Santa Leopoldina e Castelo; a segunda fase, vai de 1882 a 1887, foi caracterizada pela chegada de um número relativamente reduzido de imigrantes e pela suspensão dos incentivos governamentais; e a terceira, ocorrida entre 1888 e 1896, destacou-se pela intervenção direta do governo local, que direcionou os colonos para grandes fazendas de café e estabeleceu os núcleos de Afonso Cláudio, Antônio Prado, Accioly Vasconcellos, Demétrio Ribeiro e Muniz Freire.

Grande parte dos imigrantes chegava ao estado pelo porto de Vitória, sendo, a partir de 1889, muitos deles direcionados à Hospedaria Pedra D' Água, localizada em Vila Velha/ES, onde ficavam em uma espécie de regime de quarentena, antes de serem liberados para as suas respectivas colônias.

Figura 21 - Hospedaria Pedra D' Água, construída em 1889



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

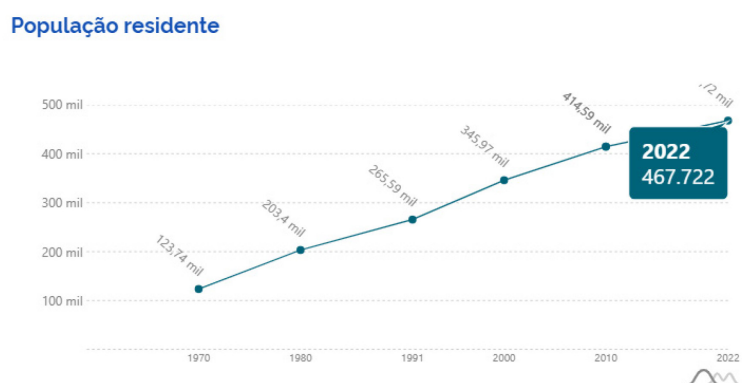
Já o mar, que banha a municipalidade, tornou possível a instalação de um complexo portuário, que movimentava diversos produtos no estado do Espírito Santo, como brinquedos, automóveis, equipamentos industriais, produtos ligados à exploração do petróleo, trigo, fertilizantes, granito, mármore, café, soja, cereais, produtos siderúrgicos, combustíveis (NEVES et al., 2013).

Essa proximidade com o mar, em razão de ser um município litorâneo, fez com que Vila Velha/ES também contasse com uma grande extensão de praias, que com o passar do tempo foram atraindo diversos moradores e consequentemente promovendo um crescimento imobiliário para a região, destacando-se as localidades de Praia da Costa, Praia de Itapuã, Praia de Itaparica, Barra do Jucu, Ponta da Fruta, entre outras.

Assim, chegamos no ano 2008, com a lei municipal 4.707, que reconheceu oficialmente a existência de 91 bairros, ressaltando que, ao contrário do IBES, a grande maioria deles foi construída sem muitos recursos de agrimensura e topografia e, portanto, muitos destes bairros, hoje, apresentam ruas tortuosas, sem saída, travessas, becos, vielas, escadarias, chegando a formar, em alguns casos, um verdadeiro labirinto.

Logo, toda essa expansão da municipalidade é também evidenciada através dos censos demográficos realizados pelo IBGE, entre os anos de 1970 a 2022, que demonstram um significativo aumento populacional.

Gráfico 1 - Evolução da população de Vila Velha de 1970 a 2022



Fonte: Censo IBGE 2022.

Assim, através desse percurso, foi possível visualizarmos as diversas marcas construídas ou deixadas ao longo do tempo pela sociedade, que contribuem para a compreensão de Vila Velha/ES. Portanto, quais seriam esses marcos históricos e como eles auxiliam no estudo da história local?

5.2 As janelas do tempo

O patrimônio cultural é, no presente, uma espécie de via de acesso ao passado; mais que isso, é o “conjunto de valores, memórias e experiências que impulsionam as ações e dão significado à existência humana” (REZNIK, *et al.*, 2014, p.18).

Percebe-se que o conceito de patrimônio é polissêmico e plural, podendo ser entendido de formas distintas a depender do momento histórico. Sendo por vezes associado à ideia de propriedade privada, poder e prestígio. Estando, por um certo tempo, muito relacionado à monumentalização, a chamada “sacralização da memória em pedra e cal”, que acabava evidenciando as narrativas oficiais, não dando conta das memórias individuais e coletivas.

Desta forma, patrimônio não é sinônimo de monumento, nem se limita aos bens materiais, pois são os sujeitos que lhe atribuem sentido. Logo, ele surge do aspecto relacional, isto é, são os indivíduos que mediam as memórias, conferindo sentido e significado ao patrimônio. Em outras palavras, refletir sobre o patrimônio significa, igualmente, pensar nas formas sociais de culturalização do tempo, próprias a toda e qualquer sociedade humana (GUIMARÃES, 2012).

Portanto, compreende-se que o patrimônio cultural abrange tanto os bens materiais – como edifícios, monumentos históricos, relíquias, documentos e paisagens – quanto os bens imateriais, que incluem saberes, modos de fazer, formas de expressão e celebrações. Em suma, trata-se de elementos considerados essenciais para a formação dos valores dos grupos sociais.

Acompanhando essa concepção, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 216, ampliou o conceito de patrimônio, substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Referida mudança possibilitou, sobretudo, o reconhecimento dos bens imateriais. Vejamos:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Ao olharmos para a municipalidade de Vila Velha/ES, verificamos que dada localidade guarda e valoriza um conjunto de bens que trazem as marcas de suas referências identitárias. Assim, a preservação destes patrimônios, ao longo do tempo, só se justifica uma vez que atribuímos sentidos contemporâneos a eles, tornando-os importantes para as nossas vidas no tempo presente.

Caso contrário, qual a razão de ser do Convento da Penha, do congo, da romaria à Nossa Senhora da Penha, da Praia de Itaparica, dentre tantos outros patrimônios, se no presente não fôssemos capazes de enxergar além das narrativas históricas oficiais? Estaríamos em um ciclo contínuo das marcas do colonialismo; mas é só por meio de novos significados e perspectivas que conseguimos, através do patrimônio, conectar histórias, dar visibilidade as memórias silenciadas e gerar no indivíduo o sentimento de pertencimento e de identidade.

O patrimônio não é passado, já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica. Nesse aspecto é que a história parece, com tamanha frequência, “morta”, no sentido corrente. Mas, ao contrário, o patrimônio é “vivo”, graças às profissões de fé e aos usos comemorativos que os acompanham. (POULOT, 2009, p. 12)

Neste sentido, o patrimônio desempenha uma função essencial de preservação e educação, podendo ser utilizado no contexto escolar como uma das possíveis estratégias para o ensino da história, uma vez que parte de um universo próximo ao aluno, facilitando a construção de conhecimentos significativos, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.

Ao trazer o patrimônio local para a sala de aula, o professor pode fomentar discussões que conectem o conteúdo histórico com a realidade vivida pelos estudantes. O estudo de monumentos, celebrações ou práticas culturais locais oportuniza que os alunos reflitam sobre o passado e seu impacto no presente, enriquecendo a compreensão histórica e promovendo uma aprendizagem mais concreta e contextualizada. Logo:

O processo educativo, em qualquer área de ensino/aprendizagem tem como objetivo levar os alunos a utilizarem suas capacidades intelectuais para a aquisição de conceitos e habilidades, assim como para o uso desses conceitos e habilidades na prática, em sua vida diária e no próprio processo educacional. A aquisição é reforçada pelo uso dos conceitos e habilidades, e o uso leva à aquisição de novas habilidades e conceitos.

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva. (HORTA et al, 1999, p. 6)

Portanto, o estudo da história local é enriquecido pelo estudo do patrimônio cultural, pois é através dele que compreendemos o que é relevante para uma

determinada localidade, bem como quais memórias estão sendo preservadas e que identidades estão sendo construídas.

5.3 Quinta estação de memórias - Chegando ao destino: A Vila Velha do tempo presente

5.3.1 Apresentação da oficina

Pensar ou compreender uma localidade no presente é também refletir acerca do seu patrimônio cultural. Pois os patrimônios se apresentam como verdadeiros portais abertos que nos conectam ao passado, mas que, no presente, revelam quem somos.

Assim, ruas, monumentos e tradições carregam uma herança cultural, que vai além de paisagens e construções, sendo expressões vivas da identidade de um povo, da maneira como seus habitantes se relacionam com o passado e projetam o futuro.

Desta forma, o patrimônio tem a capacidade de despertar nas pessoas o sentimento de pertencimento a uma localidade ou a um povo.

ROTA	Esta oficina será desenvolvida em três etapas, nas quais os alunos terão a oportunidade de explorar diversos patrimônios culturais que fazem parte da história de Vila Velha/ES. Através do uso de imagens desses patrimônios, pretende-se que os alunos <i>“atravessem o portal do tempo”</i>, analisando a sua constituição e as razões que levaram à sua preservação. Tendo por objetivo promover uma reflexão acerca da importância desses patrimônios na conservação das memórias coletivas e na construção de uma identidade local.
DURAÇÃO DA VIAGEM	3 etapas de 50 minutos.

PASSAGEIROS	Esta oficina foi elaborada pensando nos alunos de 6 ^{os} Anos do Ensino Fundamental.
BAGAGEM	1. Sala de vídeo; 2. Vídeo: “<i>Patrimônio cultural material e imaterial</i>”; 3. Ficha de apontamentos; 4. Lápis e borracha; 5. Sala de aula 6. Álbum de figurinhas; 7. Figurinhas adesivas
PREPARAÇÃO DA BAGAGEM	1. Organizar um espaço no ambiente escolar, para exibição do vídeo: “<i>Patrimônio cultural material e imaterial</i>”; 2. Solicite que os alunos tragam para sala de aula lápis e borracha; 3. Organize um espaço para que os alunos preencham a ficha de apontamentos e para que trabalhem na montagem do o álbum de figurinhas.
PONTO DE EMBARQUE	Registros da história: linguagens e culturas; História: tempo, espaço e formas de registros.
OBJETIVO DA VIAGEM	Os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e Formas de registro da história e da produção do conhecimento histórico.
EMBARQUE	1ª Etapa: 1. Exiba o vídeo: “<i>Patrimônio cultural material e imaterial</i>”, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lpndteeSpd4, (Canal Entrando na História, Elaine Abreu, acesso em 24/08/2024), visando que o aluno compreenda de forma lúdica o conceito de patrimônio. 2. Entregue para cada aluno a ficha de apontamentos com as seguintes perguntas: a) O que você entende por patrimônio? b) O que diferencia patrimônio material do patrimônio imaterial? Cite exemplos.

	c) Algo que não é considerado patrimônio hoje pode vir a ser no futuro? 2ª Etapa: 1. Organize a sala de aula para que cada aluno consiga trabalhar com o álbum de figurinhas; 2. Oriente os alunos para que selecionem as imagens e cole nos respectivos espaços; 3. Ao colar as imagens em seus respectivos espaços, o aluno deverá responder as questões sugeridas e fazer reflexões acerca de cada patrimônio. 4. Oriente o aluno a pensar em um patrimônio não elencado no álbum de figurinhas e tirar a sua própria foto ou a desenhar a imagem que corresponda ao patrimônio selecionado, para completar o seu álbum.
COMPARTILHE A VIAGEM	3ª Etapa: Ao final, pode-se realizar uma roda de conversa na qual o professor, atuando como mediador, deverá convidar os alunos a refletirem acerca das seguintes questões: a) Você se sente como um dos protagonistas da história local de Vila Velha? b) O que você considera que deva ser objeto de preservação pela sociedade atual? Por quê? c) Você julga que o patrimônio é responsável pela preservação da memória e da constituição da identidade local? d) O patrimônio pode refletir as desigualdades e os conflitos históricos de uma sociedade? e) Quais são os desafios para manter o patrimônio cultural de uma cidade em crescimento como Vila Velha?
PONTO DE CHEGADA	(EF05HI10) Inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo e

(EF06HI02B) Analisar a importância das diferentes linguagens (visual, oral, escrita, audiovisual, material e imaterial) em diferentes sociedades e épocas.

BAGAGEM

- Ficha de apontamentos



APONTAMENTOS

- 1 a) O que você entende por patrimônio?

- 2 b) O que diferencia patrimônio material do patrimônio imaterial? Cite exemplos.

- 3 c) Algo que não é considerado patrimônio hoje pode vir a ser no futuro?

- Álbum de figurinhas



Olá, Exploradores Históricos!

Prepare-se para embarcar em uma jornada interativa para explorar o rico patrimônio cultural de nossa cidade, de forma divertida e envolvente...

**Vamos começar as
nossas descobertas?**





FAROL DE SANTA LUZIA

Você considera o Farol de Santa Luzia um dos patrimônios de Vila Velha? Por quê?

Como o Farol de Santa Luzia contribui para transformações na região de Vila Velha?







BONDE

Qual era o percurso feito pelo bonde no município de Vila Veba?

De que forma a chegada do bonde impactou no crescimento de Vila Veba?





FESTA DA PENHA

O que a Festa da Penha representa pra você e sua comunidade?

Você acredita que a Festa da Penha contribui para a identidade cultural do Espírito Santo?

CONVENTO DA PENHA

Conte a história de construção do Convento da Penha:

PRAIA DA COSTA

Ao comparar as duas imagens o que mais lhe chamou atenção?

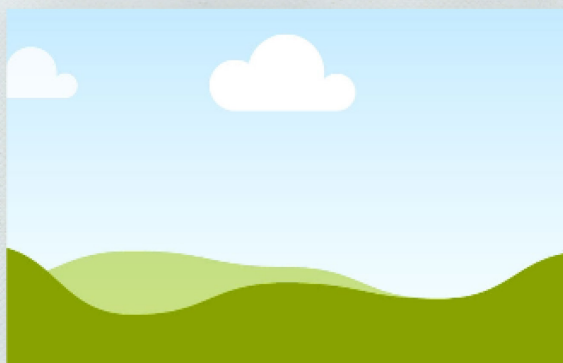
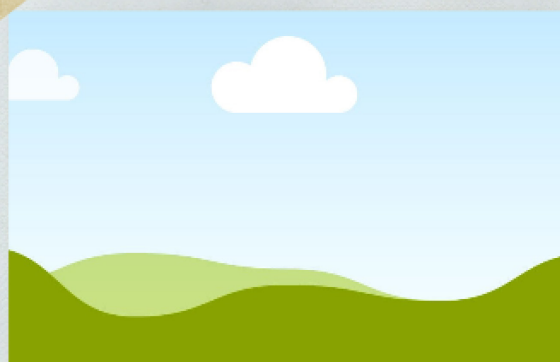


Foto antiga da Praia da Costa

Ao tomar posse da Capitania do Espírito Santo em 1535, Vasco Fernandes Coutinho reservou para si uma área que veio a ser conhecida como "Fazenda da Costa" e construiu a sua sede no pequeno "Sítio do Ribeiro".



MORRO DO MORENO

O nome "Morro do Moreno" tem origem no início da colonização do Espírito Santo. O morro foi usado como posto de observação para defender Vila Velha e Vitória de ataques de navios corsários. Vasco Fernandes Coutinho designou o colono João Moreno como responsável pela observação e plantação no local, o que deu origem ao nome. Posteriormente, o morro serviu como Posto Semafórico para sinalizar a entrada de navios na Baía de Vitória, função que durou até o início do século XX.



MOCIDADE UNIDA DA GLÓRIA

Você considera a MUG um patrimônio cultural? Por quê?

Desfile da MUG - 2024

Desfile da MUG - 1983

No final dos anos 1960, um grupo de amigos em Vila Velha, após as partidas do time de várzea Leão da Glória, começou a se reunir para batucadas que levaram à criação do bloco Calção Vermelho. Os foliões, inicialmente desfilavam pelo bairro da Glória com calções vermelhos e sem camisa. Com o crescente sucesso, em 1979, o bloco deu início a sua transformação em escola de samba.

TERCEIRA PONTE

Você sabe qual o nome oficial da Terceira Ponte?

Construção da Terceira Ponte

Qual a relevância dessa construção para a cidade de Vila Velha?

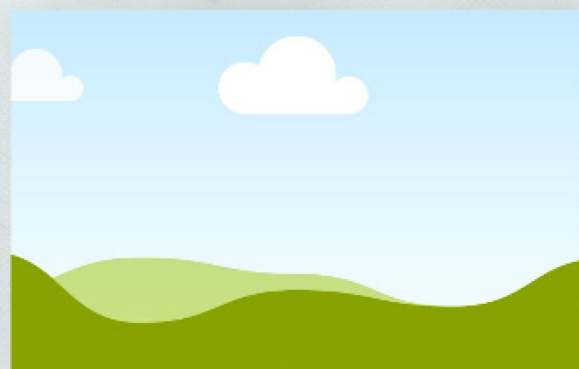
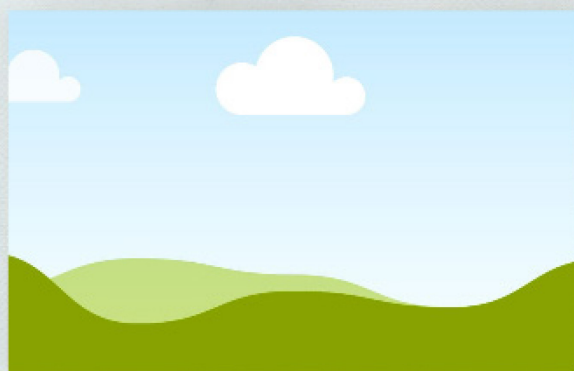
MOQUECA CAPIXABA



A moqueca capixaba faz parte das tradições de sua família?

O que não pode faltar na moqueca capixaba?

VILA VELHA



Compare e descreva as imagens:





CONSIDERAÇÕES FINAIS – Concluindo a viagem e prospectando percursos

A viagem não começa quando se percorrem distâncias, mas quando se atravessam as nossas fronteiras interiores. (MIA COUTO, 2006)

Vivemos em uma era de constantes inovações tecnológicas, mas, muitas vezes, o único recurso disponível para o professor ainda é o quadro, o pincel e o livro. Faltam espaços para a promoção de um ensino dinâmico que dialogue com as vivências experienciadas pelos alunos no presente.

Assim, essa pesquisa surgiu a partir das minhas angústias pessoais que perpassam tanto pela escassez de materiais que abordem a história local de Vila Velha/ES, quanto pela crescente falta de interesse e desmotivação dos alunos, que muitas vezes não compreendem o porquê do estudo da história.

Nesse contexto, a pesquisa se insere, não com a pretensão de resolver todos os desafios do ensino de história na atualidade, mas como uma ferramenta potencial para auxiliar o professor no processo de ensino e aprendizagem, promovendo, por meio das oficinas sugeridas, um ensino crítico que engaje e aproxime o aluno do conhecimento histórico.

Desta forma, a pesquisa apresenta o estudo da história local, dentro do contexto escolar, como um possível caminho capaz de gerar uma aprendizagem significativa para o aluno, pois parte do que lhe é próximo, conhecido e/ou vivido para a compreensão dos processos históricos. Além disso, a proposição didático-pedagógica, no formato de oficinas, tem por intuito viabilizar que o professor, mesmo diante da escassez de recursos e espaços físicos, consiga, dentro da sala de aula, dinamizar o ensino a partir do protagonismo do aluno.

Ao longo da pesquisa, portanto, ao partirmos da análise da história local da municipalidade de Vila Velha/ES, buscou-se promover reflexões acerca do ensino de história, da memória, da identidade e do patrimônio, bem como contemplar outros olhares sob a historiografia sedimentada e eurocentrada, considerando, para tanto, também as narrativas históricas silenciadas.

Deste modo, a estruturação da dissertação foi pensada como um percurso a ser seguido pelo professor de história do sexto ano do ensino fundamental, no qual nos deparamos com algumas estações de memória acerca da história local de Vila Velha/ES, que visam possibilitar ao docente aliar a teoria à prática cotidiana. Todavia,

apesar do trabalho abordar alguns aspectos acerca da história local de Vila Velha/ES, as oficinas propostas podem ser facilmente ampliadas e adaptadas a outras realidades, contextos e séries.

Este trabalho tem por intuito enriquecer a prática pedagógica do professor, por meio de uma abordagem alinhada às realidades vivenciadas pelos alunos, promovendo o desenvolvimento de múltiplos saberes, habilidades e competências.

Portanto, a pesquisa traz algumas sugestões e possibilidades ao professor, em especial àqueles que atuam em Vila Velha/ES, para abordar as lacunas existentes sobre a história local e para fomentar um ensino de história cada vez mais crítico e significativo.

Assim, espero que o material proposto seja capaz de dinamizar as aulas, promover reflexões e levar o aluno a compreender-se enquanto sujeito histórico.

Por fim, fazendo menção a Ilmar Rohloff de Mattos (2006), pretende-se que os professores, ao fazer uso do material sugerido, compreendam-se enquanto autores, produtores de aulas textos, dessa forma entendo:

A aula de história como texto é criação individual e coletiva a um só tempo; criação sempre em curso, que permanentemente renova um objeto de ensino em decorrência de novas leituras, de outras experiências vividas, da chegada de novos alunos, dos encontros acadêmicos e das conversas com os colegas de ofício, do surgimento de novos manuais didáticos, das decisões emanadas das instâncias educacionais e das questões, dos desafios e das expectativas geradas pelo movimento do mundo no qual vivemos, em sua dimensão local ou global. (MATTOS, 2006, p.14)

Portanto, o percurso desta viagem não se encerra aqui, pelo contrário, está apenas começando...

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo Santos. **História local e ensino de história: interrogação da memória e pesquisa como princípio educativo.** In GABRIEL, Carmem T. e MONTEIRO, Ana Maria e MARTINS, Marcus Leonardo. *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

ACHIAMÉ, Fernando. **“Iaiá você vai a Penha?”: a música do congo em homenagem a padroeira.** Jornal Agazeta. 2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/iaia-voce-vai-a-penha--a-musica-do-congo-em-homenagem-a-padroeira-0419#:~:text=Iai%C3%A1%20%C3%A9%20como%20as%20escrava,r%C3%A1dio%20CBN%20Vit%C3%B3ria%2C%20Fernando%20Achiam%C3%A9>.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história?** In Marcia Gonçalves, Helenice Rocha, Luís Reznik, Ana Maria Monteiro (org). *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 21-39.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e Transição. O Espírito Santo (1850/1888).** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. 106-107.

ARAUJO, L. F. ; OSORIO, C. M. ; BRAVIN, A. . **Negros do Espírito Santo.** 1. ed. São Paulo: Escrituras, 1999. v. 01. 127p.

BARCA, Isabel. **Aula Oficina: do Projeto à Avaliação.** In. Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144.

BENTIVOGLIO, Julio (org.). **História dos povos indígenas no Espírito Santo: os Purí.** Serra: Editora Milfontes, 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Reflexões sobre o ensino de História.** Estud.Av., São Paulo, v.32, n.93, p.127-149, Aug.,2018.

_____. **Livros didáticos entre textos e imagens.** In: BITTENCOURT, Circe. (Org.). *O saber histórico na sala de aula.* v. 8., nº 8., p. 69-90. 2003.

BOURDIN, Alain. **A questão local.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** 9394/1996.

_____. **Lei 11645**, de 10 de março de 2008.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 1998.

_____. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. 2002. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: IBGE; Brasília, DF: Ministério da Educação.

CAIMI, Flávia Eloisa. **O que precisa saber um professor de história?** Londrina: História & Ensino, v. 21, n. 2, p. 105-124, jul./dez., 2015.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2021.

CAPAI, Humberto (org.). **Atlas do folclore capixaba**. Vitória: SEBRAE, 2009.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quareto, 2015.

COLLINS, PATRICIA. **Interseccionalidade**. Patrícia Hill Collins, Sirma Bilge; tradução Rane Souza. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Aryana. **“História Local”**. In *Dicionário de Ensino de História*, Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p.132-136.

COSTA, Henrique Antônio Valadares da. **Arqueologia do Estado do Espírito Santo: subsídios para gestão do patrimônio arqueológico no período de investigação acadêmica de 1966 a 1975**. 2013a. 175f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____. **A ocupação holocênica no litoral norte do Espírito Santo**. 2019. 350f. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

_____. **Diagnostico para levantamento do potencial arqueológico na área do Parque Natural Municipal de Jacarenema**. Vila Velha/ES. 2008.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa**. 3ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIGUTI, Levy. **O homem pré-histórico, o molusco e o sambaqui: considerações sobre a subsistência dos povos sambaquieiros.** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, v. 3, 1993, p. 67–80.

FONSECA, Selva G. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados.** Campinas: Papirus, 2003.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **História e ensino de História.** 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 213 p.
GASPAR, Maria Dulce. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. **Os Ocupantes Pré-Históricos do Litoral Brasileiro.** In: Tenório, M. C. (Org.). *Pré-História da Terra Brasilis.* Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** In: BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005, p. 43.

_____. **A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03.** Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis. Ed. Vozes, p. 67-89, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo. **O Patrimônio como Categoria de Pensamento.** In: **Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. **“História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância”.** In MONTEIRO, Ana Maria, GASPARELLO, Arlette Medeiros e MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). *Ensino de História. Sujeitos, Saberes e Práticas.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2004, p. 175-186.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **História, Memória e Patrimônio.** Revista do Patrimônio e Artístico, n.34, p. 91-111, 2012.

GURGEL, Antônio de Pádua. **História Política e Econômica de Vila Velha.** Vitória: Pro texto Comunicação e Cultura, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Et al. **Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)/Museu Imperial, 1999.**

KRENAK, Ailton. **Antes, o mundo não existia.** In: NOVAES, Adauto (org.). Tempo e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a restinga.** Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1946. 227 p.

LEE, Peter. **Em direção a um conceito de literacia histórica.** In: Educar, Curitiba: Especial, 2006, p. 131-150.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.
LOUREIRO, Vicente da Silva. **Sesmarias.** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 1988.

LOUREIRO, Klítia. **História dos povos indígenas no Espírito Santo: os Tupiniquim.** Coleção História dos Povos Indígenas do Espírito Santo, v.2, Julio Bentivoglio (org.). Vitória: Editora Milfontes, 2019.

MACEDO, Inara Novaes. **Entre rios, praias e planetas: travessias do congo na Barra do Jucu.** Dissertação de mestrado. Vitória: UFES, 2015.

MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **“Mas não somente assim!” Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História.** Tempo, UFF, Niterói (RJ), v. 11, n. 21, p. 15-26, jun. 2006.

NEVES, Guilherme Santos. **Coletânea de estudos e registros do folclore capixaba: 1944-1982.** Vitória: Centro Cultural de Estudos e Pesquisas do Espírito Santo, 2008.

NEVES, Luiz Guilherme Santos; PACHECO, Renato; ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga. **Vila Velha: Nosso Município, Noções Históricas e Geográficas.** Vitória: Formar Gráfica e Editora, 3ª ed., 2013.

NOELLI, Francisco Silva. **As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupis.** In: Revista de Antropologia, São Paulo, v. 39, n.2, p. 7-53, 1996.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo, n.10, dez., 1993, p.7-28.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo.** Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964.

_____. **A escravidão e a abolição no Espírito Santo.** Vitória: IHGES, 2010.

OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

ORSSICH, Adam. **Relatório arqueológico do Espírito Santo**. In: Revista de Cultura da UFES, Vitória, v. 6, n. 20, p. 73-120, jun.- ago, 1981 [1964].

ORTIGÃO, Elisa Ramalho; NAME, José Otávio Lobo. **Dossiê de pesquisa com vistas ao registro do Congo do Espírito Santo como Patrimônio Imaterial Nacional**. Vitória, ES: UFES, 2020.

PEROTA, Celso. **Resultados preliminares sobre a arqueologia da região central do estado do Espírito Santo**. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do 5º ano, 1969- 1970. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, n. 26, p. 127-139, fev. 1974.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente, do século XVIII-XIX: do monumento aos valores**. Tradução Guilherme Joao de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

QUINTINO, Isabel. **O congo capixaba como patrimônio imaterial: as festas de São Benedito na Serra e as bandas de congo**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2018.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 15- 38.

REZNIK, Luís; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; GONÇALVES, Márcia de Almeida; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Caixa de História: Piraí**. Guia do professor. São Gonçalo: FFP/Uerj, 2014.

_____. **Caixa de história: Cachoeiras de Macacu**. Guia do professor. São Gonçalo: FFP/UERJ, 2014.

_____. **História local: pesquisa, ensino e narrativa**. In: I Encontro de História do Vale do Paraíba Fluminense, 2008, Vassouras - RJ. I Encontro de História do Vale do Paraíba Fluminense - Relatório de Atividades. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cidade Viva/ Instituto Cultural Light, 2008. p. 49-53.

_____. **Uma reflexão sobre a escrita local e o do biográfico**. In: XXIII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz, 2005, p. 1-8.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil – 1995. 2000**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yVWUMOgi6h0>. Acesso em: 11 de janeiro de 2024.

_____. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

RIBEIRO, Luís Cláudio. M. **Modos de Ver (1534-1643): o governo da capitania do Espírito Santo na sua primeira centúria.** In: BITTENCOURT, Gabriel; RIBEIRO, Luiz Cláudio. (Org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história II.* Vitória, ES: Secult, 2012, p. 189; CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 04.

ROCHA, Gilda. **Imigração estrangeira no Espírito Santo (1847-1896).** Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1984.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. **“Uma caixa de História Local nas mãos do professor”.** In GABRIEL, Carmem T., MONTEIRO, Ana Maria e MARTINS, Marcus Leonardo. *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 129-145.

ROCHA, Levy. **Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo.** Brasília: EBRASA, 1971.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Segunda Viagem ao interior do Brasil.** Espírito Santo. Trad. Carlos Madeira. São Pulo: Companhia Editora Nacional, 1936, Coleção Brasileira, v. 72.

SALETTTO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 2011.

SANTOS, Jair. **Vila Velha: onde começou o Espírito Santo.** Vitória: Gráfica Santo Antônio, 1999.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História.** São Paulo: Editora Scipione, 2004, p. 89-110.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **História do ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização.** Revista de História da Educação – RHE, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 73-91, maio/ago., 2012.

_____. **A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula: entre o embate, o dilaceramento, e o fazer histórico.** In: Encontro Perspectivas do Ensino de História, 2., 1996, São Paulo. Anais[...] São Paulo: USP, 1996. p. 115-128.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensino de História hoje: errância, conquista e perdas.** Rev. Bras. Hist. [online], 2010, v.30, n.60.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis: Vozes, 2007.

TARDIF, Maurice. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários – Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério.** In Revista Brasileira de Educação. 2000, nº13, p. 5-24.

TENÓRIO, Maria Cristina. **Pré-História da Terra Brasilis.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. **Memoria statistica da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

VIEIRA, Elaine; VOLQUIND, Léa. **Oficinas de ensino: O quê? Por quê? Como?** 4ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

VIANA, José Ítalo Bezerra. **História Local.** 1ª ed. Sobral: INTA – Instituto Superior de Teologia Aplicada, 2016.

WESOLOWSKI, Verônica. (1999). **Práticas funerárias pré-históricas do litoral de São Paulo.** In M. Tenório, Pré-História da Terra Brasilis (pp 189-195). Rio de Janeiro: EdUFRJ.